



Revista MEB
de Educação Popular



meb
Movimento de
Educação de Base

ISSN 2965-6176

Volume 4 (outubro / 2024)



**Educar para a
Cidadania Ecológica**



ISSN 2965-6176

Dialogando sobre o
Saber, viver e lutar.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
SCS Quadra 3 Bloco A Nº 79 Brasília-DF CEP: 70303-000

Revista MEB de Educação Popular

Telefone: (61) 3225-2999

E-mail: revista@meb.org.br

Website: www.meb.org.br/revistameb

Periodicidade

Anual

Idioma

Português

Corpo Editorial

Ir. Delci Maria Franzen (MEB)	Editora-chefe
Ir. Cláudia Chesini (MEB)	Editora-executiva
Carlos Lopes (UnB)	Conselho Editorial
Elizabeth Carlos do Valle (UEPA)	Conselho Editorial
Eliane de Moura Martins (MTD)	Conselho Editorial
Joaquim Alberto Andrade Silva (UBEC)	Conselho Editorial
Leonardo Cavalcanti (UnB)	Conselho Editorial
Ir. Jorge de Paula (UNISINOS)	Conselho Editorial
Pe. Gabriele Cipriani (MEB)	Conselho Editorial

Revisão ortográfica

Renato Thiel

Projeto gráfico e diagramação

Lavínia Design

Ilustração da Capa

Ateliê 15

Nota editorial: As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam necessariamente o ponto de vista do conselho editorial da Revista MEB de Educação Popular. Correções ortográficas e gramaticais são de responsabilidade dos autores.

ISSN 2965-6176

EDITORIAL 6**ARTIGOS**

A promoção humana integral e o cuidado com a casa comum a partir da pedagogia freireana (Dom Vicente Ferreira) **8**

A transição energética no Brasil implantada a partir de um modelo exploratório e violador dos direitos humanos e da natureza (Francisco Adilson da Silva e Dra. Moema Hofstaetter) **13**

Educação Popular e Ecologia Integral: a práxis na Amazônia (Sílvio Marques Sousa Santos, Adriano Luís Hahn, Vera Lúcia Lourido Barreto e Mercy Maria dos Santos Soares) **20**

Filosofia e Ecologia: a educação freireana como ferramenta conscientizadora do cuidado da casa comum (Guilherme Felipe S. Rocha) **31**

Fortalecendo a resiliência e o empoderamento das comunidades locais num cenário de transição energética justa e inclusiva (José Antônio Boareto e Betânia Hoss Lunelli) **37**

DEPOIMENTOS

O caminho para um futuro mais sustentável e consciente (Magnólia Santos Rodrigues) **44**

O que dizem as mulheres do Movimento de Educação de Base? **46**

ENTREVISTA

Educar para a Cidadania Ecológica (Marcos Sorrentino) **47**

Ecologia integral e cuidado da criação (Moema Miranda) **51**

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto Rodas de Educação e Cultura no trabalho junto à população de rua na cidade de Recife: canteiro do plantio e escolha das sementes	52
Experiências de intercâmbio teórico-prático no contexto do Grupo de Estudo do MEB (GEMEB)	57
Contribuição da metodologia do Movimento de Educação de Base – MEB, na formação dos educadores populares e demais envolvidos na educação de jovens e adultos – EJA, do projeto MEB e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no estado do Ceará	60
Seminário “Transição ou transação energética?”	67

RESENHA

Primavera Silenciosa (Gabriele Cipriani)	71
--	-----------

CULTURA POPULAR

Cultura popular e cidadania ecológica	76
Música – Réquiem por um Planeta (Roberto Malvezzi)	77
Poesia – Apague o Apagão da Consciência (Iremar Ferreira)	78
Poesia – Somos Rios em Movimentos (Iremar Ferreira)	78

SUGESTÕES DE LEITURA	79
-----------------------------------	-----------

Vivemos em uma era de desafios ambientais profundos e de transformações globais que exigem de todos nós um novo olhar sobre o Planeta e nosso papel como humanos e como cidadãos. Nunca antes foi tão necessário integrar a educação com as questões ecológicas, colocando a sustentabilidade no centro de nossas práticas e de nossa maneira de ver o mundo. É com esse espírito que lançamos esta edição da nossa revista com o título **Educar para a Cidadania Ecológica**, reunindo artigos, relatos de experiências e entrevistas que refletem sobre as ações, os saberes e as práticas que podem contribuir para um futuro mais sustentável e inclusivo.

A educação popular, historicamente voltada para a emancipação e a conscientização, é uma aliada poderosa na construção de uma nova mentalidade ecológica. Por meio de metodologias participativas, de diálogos abertos e do envolvimento das comunidades, ela nos oferece caminhos para compreender e enfrentar os desafios ambientais de forma coletiva. Este número da revista busca explorar como as práticas educativas podem transformar a relação das pessoas com a natureza, ajudando a formar cidadãos e cidadãs comprometidos com o cuidado e o respeito por todas as formas de vida.

A crise climática, em especial, demanda respostas urgentes e ações concretas em nível local e global. Os artigos presentes nesta edição trazem reflexões sobre como enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como adotar comportamentos individuais e coletivos mais sustentáveis e, acima de tudo, como a educação pode ser a chave para transformar a consciência ambiental em prática cotidiana. Autores discutem ainda o papel das energias renováveis como parte de uma transição justa e necessária para combater o aquecimento global, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeite os limites do Planeta. A resenha de uma obra clássica estimula ampliar a leitura e reconhecer a dignidade da vida e do bem comum, compreendendo a interdependência ambiental e social de todos os seres vivos.

Nas entrevistas trazemos vozes de ativistas, educadores e pesquisadores que estão na linha de frente dessa mudança. Eles compartilham suas experiências, destacando a importância de uma educação comprometida com o “bem viver” – uma filosofia que nos convida a repensar o modo como habitamos o mundo, priorizando a convivência harmoniosa com a natureza e a justiça social.

Os relatos de experiências que compõem esta edição ilustram como comunidades, escolas e organizações estão aplicando a educação popular em suas ações ecológicas. São exemplos que inspiram, mostrando que é possível construir práticas cotidianas que respeitem a biodiversidade, promovam a soberania alimentar e garantam que o cuidado com a Terra, nossa Casa Comum, seja um compromisso compartilhado.

Ao longo das páginas da revista fica evidente que educar para a cidadania ecológica vai muito além de ensinar conceitos sobre meio ambiente. Trata-se de formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel como agentes de transformação, capazes de pressionar por políticas públicas que protejam o Planeta e de adotar estilos de vida que reflitam o respeito pelo ecossistema global.

Convidamos você, leitor e leitora, a embarcar nessa jornada de reflexão e ação. “Vamos apagar o apagão da consciência”, diz o verso do poeta na página de cultura popular desta Revista. Esperamos que os textos e os vídeos aqui presentes inspirem novos comportamentos e que, juntos, possamos contribuir para a construção de um mundo em que todas as formas de vida importem e se desenvolvam. Afinal, educar para a cidadania ecológica é, acima de tudo, um ato de esperança e resistência. Esperança de que é possível viver em um planeta mais justo e sustentável, e resistência contra as forças que insistem em explorar e degradar a vida. Que cada leitor e leitora, ao percorrer estas páginas, sintam-se inspirado a agir, a transformar e a lutar por um mundo em que o futuro de todas as formas de vida seja valorizado e preservado.

Agradecemos aos que contribuíram neste espaço de troca e construção de saberes. Boa leitura e boas-vindas para o coletivo da Revista MEB.

Ir. Delci Maria Franzen
Secretaria Executiva
do Movimento de Educação
de Base – MEB

A promoção humana integral e o cuidado com a casa comum a partir da pedagogia freireana

Dom Vicente Ferreira¹

A palavra pedagogia tem origem na língua grega. “Paidos” quer dizer criança e “agein” significa conduzir. É uma das dimensões fundamentais de nossa vida. Os processos de amadurecimento pessoal e social dependem de investimentos contínuos. Basta lembrar quantos anos um bebê precisa de cuidado até se tornar uma pessoa adulta, capaz de ter autonomia na vida. E mesmo crescidos, permanecemos eternos aprendizes. Também gostamos de transmitir algum conhecimento ou experiência. Em tudo, necessitamos de mestres, de pessoas ou grupos que nos iniciem no caminho. Seja na família, na escola, no trabalho ou em inúmeras outras situações, somos carentes de pedagogos. De alguém que nos tome pelas mãos para indicar direções rumo a um viver livre e responsável. Muitas pessoas se doam, diariamente, na arte de ensinar, numa escola ou em tantas outras realidades. É por isso que, em uma sociedade plural e em contínuas mutações, é missão importante aprofundar os conteúdos e práticas educativas. Nem tanto na tarefa de transmitir conhecimentos já prontos. Mas no exercício de formar pessoas capazes de cooperar com os caminhos de um desenvolvimento humano, individual e coletivo, baseado na dignidade e no cuidado com a natureza. Espero que este artigo ajude na reflexão sobre a educação e sua missão de gerar sujeitos e processos culturais corresponsáveis na defesa do bem comum e do meio ambiente.

1 Provocações decoloniais

São polissêmicas as manifestações da crise global pela qual passamos. Considero que a aguda realidade da injustiça social revela a urgente necessidade de lutar por um novo humanismo. E os vários desafios ecoló-

gicos, como o aquecimento global, devem impulsionar nosso pensar e agir em direção a uma época de defesa aguerrida da biodiversidade. Creio que nossas escolas sejam horizontes indispensáveis para defender a dignidade de todos, oportunizando uma vida saudável em um planeta sustentável. Sem um sério processo de formação para uma nova consciência da relação humana com o planeta terra, não lograremos um futuro esperançoso sobretudo para as novas gerações. Mas será que toda escola tem convicções e metodologias facilitadoras de “mais vida” às pessoas e de cuidado para com toda a criação? Ainda que esses temas estejam presentes, quem detém sobre eles o domínio do discurso e da práxis? Então, uma tarefa importante é avançar na defesa da narrativa de que temáticas como a ecologia integral devem ser incluídas nos projetos de ensino no país e no mundo, numa ótica decolonial. A saber, a partir da narrativa que nasce desde as vulnerabilidades sistêmicas e de seus sujeitos insurgentes, povos originários, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, coletivos das mulheres, questões de gênero etc.

Por isso, considero que a mudança de época pela qual passamos, com sua complexa crise socioambiental, exige de nós um sério discernimento sobre quais os caminhos de educação trarão frutos de libertação, diante de tantos cenários opressores presentes na sociedade global. No emaranhado polissêmico de nossa cultura global, todos os dias passam pelos nossos olhares muitas propostas. Elas são opções que nem sempre se dialogam e que, em muitos casos, levam a consequências antagônicas. Diante disso, tenho como pressuposto uma herança muito conhecida que se ancora no pensamento decolonial de Paulo Freire. Então, pergunto-me. O que caracteriza uma educação que cuida da promoção humana integral e o cuidado com a casa comum? De que modo a pedagogia freiriana continua inspiradora enquanto pedagogia da libertação e como, a partir dela, devemos

¹ Dom Vicente Ferreira, bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora, Bahia, é membro do Grupo de Pesquisas Interfaces da Antropologia na Teologia Contemporânea, na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, de Belo Horizonte, e membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire, da Universidade Estadual da Bahia. Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, é presidente da Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração da CNBB, escritor, psicanalista e poeta.

acolher novas e desafiadoras narrativas como é o caso da ecologia integral?

Compreendendo que os processos educativos não acontecem espontaneamente, pois são frutos de escolhas com suas narrativas, é necessário discernir a serviço de quem eles estão comprometidos. Os currículos, da forma como os conhecemos, por exemplo, refletem, geralmente, os interesses de quem domina os saberes. Numa cultura capitalista como a nossa, as plataformas curriculares muito estão a serviço de preparar profissionais para o mercado. O que nos interpela sobre “quem tem lugar e quem não teve e disputa um lugar de legítimo reconhecimento no território dos currículos, desde a educação da infância, fundamental, média, da EJA e até da formação em pedagogia ou em licenciatura?” (ARROYO, 2011, p. 18). Os docentes são os que mais sofrem os impactos de uma noção de ensino pautada apenas na transmissão de conhecimentos. Em muitos cenários são considerados apenas aulistas e não sujeitos da educação.

É notável que os sistemas educacionais, em grande escala, estejam a serviço da capacitação das pessoas para o trabalho. Sobretudo a partir de um aperfeiçoamento técnico, o educador se reduz a um transmissor de conhecimento e o aluno a um receptor. De modo que a escola se transforma em um espaço que não leva em conta o acúmulo subjetivo nem dos docentes, nem dos discentes. De modo que “quando os educandos são reduzidos a empregáveis a docência se transforma em treinamento” (ARROYO, 2011, p. 102). A principal perda desse modelo é em relação à experiência vivida pelos agentes da educação. De modo que é tarefa primordial problematizar a ausência dos sujeitos sociais do território do conhecimento. Que sujeitos estão ausentes? “A ausência dos coletivos populares, dos trabalhadores no território do conhecimento apenas reflete a ausência seletiva ou o não reconhecimento da maioria dos coletivos sociais como atores na diversidade dos campos da vida social, política, econômica, cultural e intelectual” (ARROYO, 2011, p. 138). Se, por um lado, há uma longa história de estigmatização de coletivos que emergem das bases; por outro, essas vozes sobrevivem na resistência. A busca de conhecimento está diretamente ligada ao modelo de sociedade que se busca. Sonhamos com uma sociedade que garanta a dignidade e a vida plena de todos, que honre compromissos éticos e reconheça a diversidade, ou apenas nos adequamos ao *status quo* que, geralmente, é rígido pelas elites dominantes?

Docentes e discentes tem direito não somente de saber conteúdos, através de uma escola bancária, mas de um saber fundamental de si mesmos e das estruturas sistêmicas nas quais vivem. Todo ser humano é ser que interage, aberto ao pensar a partir de seus raciocínios e pertencas contextualizadas. Uma educação crítica não se limita a um padrão já posto. Tendo em vista que a história que se conta na educação é história de quem vence, o que fazer com as “massas” derrotadas? Não é justo que o massacre dos povos originários, o absurdo da escravidão, a exclusão das classes periféricas, a depredação do planeta terra, estejam ausentes dos processos educativos. A arte de pensar é um aliado para a sobrevivência humana. Todo sujeito carrega consigo um saber adquirido nas tramas de seu próprio viver. Negar o direito de todo ser humano de conhecer-se é um ato irresponsável de qualquer sistema, muito mais quando se trata de educação.

Quando um processo educativo visa apenas preparar uma pessoa para o mercado, as lições do tempo de cada sujeito, suas memórias não importam. Porque ele é considerado também como um objeto para o mercado. Para combater o risco de anulação dos sujeitos da educação, é necessário resgatar categorias como tempo e espaço. Tempo enquanto dom de viver e criar a vida. Espaço enquanto categoria que nos molda, o território afetivo das vivências, os lugares geográficos e os territórios dos afetos e histórias. As casas, as ruas, o clima, a vida aberta nas geográficas são captadas pelo coração humano enquanto presença a si mesmo. Por fim, “os vínculos entre educação-cidadania foram radicalizados pelos movimentos sociais que, ao politizar os direitos à terra, teto, trabalho, soberania alimentar, memória, identidade, saúde, educação... repolitizam a cidadania e a educação, repolitizam a cidadania conquistada superando as subcidadanias condicionadas” (ARROYO, 2011, p. 374). E tudo isso é muito importante para combater as armadilhas colonialistas, fazendo emergir sujeitos e coletivos decoloniais.

2 O esperar freireano

O legado freireano diz que a pedagogia dominante é a das classes dominantes. Por isso, é necessário conscientizar o oprimido de sua situação para que busque meios para se livrar do opressor. Desse modo, a pedagogia do oprimido ensina a nomear o mundo como forma de humanizá-lo, ou seja, de liberá-lo de sua opacidade, dando-lhe abertura de sentido. É a partir

da intencionalidade do sujeito que o horizonte da vida se abre. É nessa abertura que se descortina a realidade do domínio, dos interesses de quem oprime. Portanto, a alfabetização não é somente o aprendizado de repetir conhecimentos, mas de assumir a missão de sujeito da própria história. Como afirma Paulo Freire, “a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção do ser mais” (FREIRE, 2021, p. 40). A emancipação dos oprimidos é libertadora tanto para si mesmos quanto para os opressores.

Como consequência desse paradigma, emerge a constante necessidade da construção do conteúdo programático do ensino, o que não é uma escolha aleatória. “Quem atua sobre os homens para, doutrinando-os, adaptá-los cada vez mais à realidade que deve permanecer intocada são os dominadores” (FREIRE, 2021, p. 117). Diferentes dos animais, somos históricos. Temos consciência de nós mesmos. Sendo históricos, deparamos com situações limites que nos instigam à transformação. Nesse ponto, nasce a possibilidade de um inédito viável que, para os oprimidos, precisa ser concretizado, enquanto para os opressores, em nome da manutenção da ordem, deve ser evitado. Optando pelos oprimidos, é fundamental para o investigador a questão dos temas geradores emergentes no real da vida a favor de um outro mundo possível. E, nesse ponto, surge uma regra de ouro. O investigador não pode eleger uma temática emergente sem o protagonismo do oprimido, já que tais temáticas nascem é do próprio agir e pensar do homem na sua relação com o mundo. Não são temas abstratos, destacado da realidade. O silêncio ou mutismo diante das situações limites podem significar a força gigante da opressão.

A investigação temática que acontece junto com tem chances de se alcançar o que é próprio do povo, favorecendo sua autocrítica, propiciando “a nova percepção e o novo conhecimento, cuja formação já começa nesta etapa da investigação, se prolongam, sistematicamente, na implantação do plano educativo, transformando o “inédito viável” na “ação editanda”, com a superação da consciência real pela consciência máxima possível (FREIRE, 2021, p. 153). O fazer humano, diferente do animal, é ação e reflexão. É por isso que “não é possível à liderança tomar os oprimidos como meros fazedores ou executores de suas determinações; como mero ativistas a quem negue

a reflexão sobre o seu próprio fazer” (FREIRE, 2021, p. 168). Se isso acontecer, ainda não entendeu que “o seu quefazer, ação e reflexão, não pode dar-se sem a ação e a reflexão dos outros, se seu compromisso é o da libertação” (FREIRE, 2021, p. 169). A educação do dominador é conformar as massas a sua visão de mundo. Já uma educação da libertação é dialógica. Não pretende conquistar as massas, mas acompanhá-las em seu processo de leitura do mundo. O papel da liderança não é fazer pelo povo ou abandonar o povo no seu fazer. Mas se dá em uma profunda solidariedade a ele.

O opressor não sobrevive quando já não tem alguém para destinar sua palavra de ordem. O mito maior, que a ele serve, é que as massas são ignorantes e incapazes de pensar a realidade. Enquanto, para o libertador, o diálogo é a essência da revolução. Quando ele acontece, a própria revolução já está em curso. Aliás, ela deve evitar se acostumar ao poder para que não se torne contrarrevolução. É um processo sempre em curso. Já a conquista das massas é um método antidialógico. São vários os seus métodos. Violentos ou mais sutis, como o paternalismo. “Daí que, na ação da conquista, não seja possível apresentar o mundo como problema, mas, pelo contrário, como algo dado, como algo estático, a que os homens se devem ajustar” (FREIRE, 2021, p.187).

A educação libertadora possibilita o encontro do sujeito consigo mesmo enquanto capaz de ser mais, no seu encontro com os outros e com o mundo. O verdadeiro desenvolvimento não é o que buscam as classes dominantes para manterem seu *status quo*. É o caminho coletivo de ajudar as pessoas a desenvolverem o melhor de si. “Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma morte em vida. E a morte em vida é exatamente a vida proibida de ser vida” (FREIRE, 2021, p. 233). Essa descoberta freiriana é por demais importante para o que pretendo com essa reflexão. A saber, a educação não é maior que o homem. Ela deve estar sempre favorecendo sua aventura libertadora na arte do viver. Em nossos dias, essa intuição freiriana, com tudo que ela se propõe de encaminhamento, é fundamental quando é reconhecido, por diversos coletivos, que a ecologia integral é um tema inédito. Que não pode ser capturado por metodologias que estão a serviço das elites do poder global. De alguma forma, sem as vítimas sistêmicas, qualquer discurso sobre a defesa do meio ambiente estará operando em favor dos opressores.

3 Ecologia Integral: um tema cristão urgente e transversal para a educação

O tema da criação é constitutivo dos ensinamentos da Igreja. Na perspectiva judaico-cristã, não há razões para sustentar a ruptura dos seres humanos com a misteriosa arquitetura do universo enquanto dádiva do criador. Diante da degradação ecológica, São João Paulo II afirma que “há necessidade, pois, duma conversão ecológica, para a qual os Bispos hão-de dar a sua contribuição ensinando a correcta relação do homem com a natureza. À luz da doutrina sobre Deus-Pai, criador do céu e da terra, vê-se que se trata duma relação «ministerial»: o homem está efectivamente colocado no centro da criação, como ministro do Criador”. (São João Paulo II, 70).

O sexto capítulo da *Laudato Si* trata da educação e espiritualidade ecológica. A partir desse tema, proponho algumas inspirações fundamentais em sintonias com as considerações anteriores. Assim afirma Francisco: “muitas coisas precisam reorientar seu rumo, mas antes de tudo a humanidade necessita mudar... destaca-se assim um grande desafio cultural, espiritual e educativo que suporá longos processos de regeneração” (LS, 202). É urgente superar o consumismo obsessivo, optando por uma maneira mais simples de viver. A paz não se encontra no acúmulo de coisas, mas em saber cultivar um estilo de sobriedade feliz. Quer dizer, “quando somos capazes de superar o individualismo, realmente se pode desenvolver um estilo de vida alternativo e se torna possível uma mudança importante na sociedade” (LS, 208).

Para uma conversão ecológica, o Papa Francisco nos propõe uma nova aliança da humanidade com o planeta terra. Impulsiona-nos a uma educação ambiental que deve ser transversal, envolvendo família, escola, política, religiões, arte etc. “Espero também que em nossos seminários e casas religiosas de formação se eduque para uma austeridade responsável, para a contemplação agradecida do mundo, para o cuidado da fragilidade dos pobres e do ambiente” (LS, 214). Esse processo de educação ambiental deve perpassar todos os setores da vida cristã. Também é tarefa da catequese incluir a ecologia integral em seus roteiros de iniciação. Isso porque “viver a vocação de ser protetores da obra de Deus é parte essencial de uma existência virtuosa, não consiste em algo opcional nem em um aspecto secundário da experiência cristã” (LS, 217).

Portanto, proponho que o tema da ecologia integral, seja assumido como eixo transversal de nossos

sistemas educativos. O grito da terra e dos pobres devem ocupar a posição de temáticas insurgentes. Certamente, aos que mais produzem feridas no planeta não lhes é interessante falar de mudança, como não interessa ao patrão falar de direitos do escravidado. Por isso, a saída é “o multilateralismo desde baixo” (LD, n. 37). Muitas redes tem inspirado esse novo caminho. É motivo de alegria a construção de coletivos que levam a sério as propostas da *Laudato Si*. A Rede Igrejas e Mineração, a Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração, da CNBB, a força das pastorais sociais e ambientais, a presença resistente dos movimentos sociais, a Economia de Francisco e Clara, as várias redes que têm nome de *Laudato Si*, são alguns exemplos. Mais recentemente, como Bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora, na Bahia, tenho descoberto vários trabalhos, a partir de minha aproximação com a Universidade Estadual da Bahia, UNEB, a partir de uma forte herança freiriana. Dentre eles se encontra a AECOFABA, Associação das Escolas Familiares Agrícolas da Bahia.

(In)conclusão: educar-se em travessia

No final dessa breve reflexão, ousou propor um ponto que o considero essencial para a educação no século XXI. A poliédrica crise global, humana e ecológica, tem trazido sérias interrogações sobre nosso futuro. Questões como o aquecimento global, a inteligência artificial, o domínio das armas nucleares, provocam as mais diversas reações. Há os que aproveitam dessa travessia de época para continuar impondo seu estilo de domínio sobre os outros. O neoliberalismo sabe, muito bem, privilegiar ricos e excluir pobres. Outros tantos, vão se submergindo no mimetismo das massas. Apenas comprando o imaginário de mundo que o mercado lhes oferece. No entanto, penso que haja quem se deixe tocar pelo sonho de um salto evolutivo da vida nesse planeta, diante da séria possibilidade de sua extinção. Sobre essa terceira via que desejo pensar na vocação da educação, enquanto educere, tirar de dentro, como nos ensina a tradição freireana.

Diante de uma existência cada vez mais instável, a mudança se imporá como palavra de constante presença. A descontinuidade sempre nos acompanhou, mas nesse século ela será mais hóspede do que nunca. Por isso, tudo indica que seria um equívoco nossas escolas se preocuparem, excessivamente, com transmissão de conhecimentos. A inteligência artificial poderá fazer isso melhor do que ninguém. São

inegáveis as contribuições tecnológicas. No entanto, elas são mais úteis quando sabemos o que queremos de nós mesmos. Nesse ponto, mais do que na época socrática, há uma tarefa muito urgente nos processos pedagógicos que é o de auxiliar as pessoas no encontro consigo mesmas. Considerando que a idade do universo é de 13,8 bilhões de anos, que o planeta terra foi formado há cerca de 4,5 bilhões de anos e que o ser humano existe há 2 milhões de anos, uma boa educação deveria resgatar a espiritualidade do Salmo 8, quando nele o autor se pergunta, diante da grandeza do cosmos, “o que é o homem”. Na *Fratelli Tutti*, Papa Francisco insiste na formação de um “coração aberto ao mundo inteiro”.

Mais do que saber sobre coisas, espera-se dos processos educativos que auxiliem as pessoas a saberem um pouco mais de si. A retornarem à nossa mais antiga e atual questão: quem somos nós e qual o sentido da vida? E, quem sabe, a recuperarmos o senso crítico a respeito das arrogâncias com as quais estamos destruindo o planeta e colocando em risco a nossa própria espécie. Não creio que algum aparato técnico fará isso por nós. Pensar o que é próprio do pensar e sentir o que é próprio do sentir. Se criarmos algum robô com essas qualidades, teremos que batizá-lo também com algum nome de humano. Nossas escolas não podem menosprezar essa qualidade que carregamos dentro de nós mesmos, a saber, a arte de pensar e de sentir. E, no mais fundo dessas demandas ontológicas, nasce também a nossa pergunta pelo mistério que se chama Deus. De alguma forma, uma educação que promova a dignidade humana e o cuidado com a casa comum não pode escapar do aprofundamento da missão da fé cristã e das religiões em nossos dias.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BENTO XVI. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis***. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FERREIRA, Dom Vicente. **Crepúsculo: profecias de um tempo novo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2021. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- João Paulo II. **Pastores Gregis**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- Papa Francisco. **Laudato Si. Lettera enciclica sulla cura della casa comune**. Milano: Paoline, 2015.
- Papa Francisco. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**. Sobre a amizade e a fraternidade universal. Assis: Tipografia Vaticana, 2020.
- Papa Francisco. **Laudate Deum**. Exortação apostólica. Brasília: Edições CNBB, 2023.

A transição energética no Brasil implantada a partir de um modelo exploratório e violador dos direitos humanos e da natureza

Francisco Adilson da Silva¹

Dra. Moema Hofstaetter²

Ao visitar as comunidades do interior do Nordeste brasileiro, as falas já não mais ocorrem aqui e acolá, de forma isolada. Elas compõem um uníssono e se repetem em oito dos nove estados da região Nordeste do Brasil. São falas que relatam o barulho, a insônia que reina em diversas casas em função do barulho dos motores e hélices, dores de cabeça, a perda da audição, o estresse, o uso de remédio controlado, as rachaduras nas casas e nas cisternas, a poeira que tem causado diversos problemas respiratórios e a perda da produção, a perda da terra e, quando não mais é possível aguentar, o abandono da moradia. De forma recorrente deparamo-nos com relatos de aumento da prostituição infantil/juvenil, e na consequência mais conhecida, a chegada dos “filhos dos ventos”.

Sabemos que a crise climática representa a principal ameaça existencial para a humanidade, o que exige que abordemos este debate com a máxima urgência e rigor. No entanto, não podemos aceitar que a transição energética reproduza um modelo exploratório e violador dos direitos humanos e da natureza.

O que se tem observado, e o que tem sido pautado pelo conjunto dos movimentos sociais, organizações da sociedade e por pesquisadores, é que este modelo adotado no Brasil está à serviço da expansão do capitalismo verde internacional sobre os recursos naturais nacionais, caracterizando a privatização dos nossos recursos naturais e da costa brasileira. Sob a roupagem de preocupação ambiental, limpa e verde, grandes corporações internacionais exploram territórios brasileiros em busca de lucro privado, desconsiderando as populações originárias destes territórios.

No entanto, este formato de exploração tem causado danos à soberania nacional, assim como prejuízos ambientais e sociais. Se os relatos acima ocorrem em função da construção de parques eólicos *onshore* (na terra), as mesmas comunidades tradicionais têm se perguntado quais serão os impactos sociais e ambientais gerados pelos parques eólicos *offshore* (no mar), que certamente alterarão a biodiversidade marinha e o sustento dos pescadores e pescadoras artesanais.

É imperativo considerar a nova realidade que se delineia para os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão com a implementação dos parques eólicos *offshore*. Diversos estudos destacam preocupações em relação à instalação desses parques, devido à lacuna de conhecimento sobre os impactos potenciais que podem afetar o Sistema Marinho Costeiro. Existe um vazio de conhecimento.

Ou seja, o processo de implementação de parques eólicos *offshore* traz incertezas, especialmente no Sul do Mundo, onde a inexistência de empreendimentos semelhantes dificulta a análise dos seus impactos. As comunidades locais, que já enfrentando desafios com a expansão rápida de parques eólicos *onshore*, temem que a chegada dos parques *offshore* possa repetir e ampliar conflitos, afetando diretamente a pesca artesanal, envolvendo pescadores artesanais, marisqueiras, barqueiros, quilombolas e indígenas, além de outros grupos sociais que habitam estes territórios, com consequências importantes para os pequenos municípios, e com repercussões na segurança alimentar de milhares de famílias no Brasil.

1 Ouvindo as comunidades afetadas

Em escuta realizada junto a representantes de comunidades e colônias de pesca artesanal, pelo Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Sócio Ambiental

1 Diácono da Arquidiocese de Natal / Coordenador Executivo do Serviço de Assistência Rural e Urbano-SAR

2 Pesquisadora do LISAT/ UFRN, colaboradora do SAR e do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental-RN

– Núcleo RN (2020), durante o período da pandemia Covid-19, foram sistematizados alguns pontos que causam preocupação por parte dos pescadores e pescadoras artesanais, como (i) a proibição da pesca em áreas onde as torres serão construídas e no entorno do parque, (ii) o isolamento de áreas onde os pescadores eram acostumados a pescar, (iii) o aumento da distância que o pescadores terão que percorrer para acessar o pescado, (iv) o afastamento certo do peixe, (v) dificuldades para o manejo das redes, (vi) o afugentamento dos peixes, (vii) o prejuízo para a pesca da lagosta, (viii) a instalação de equipamentos e cabos elétricos, ruídos e luzes das turbinas, podem ter efeitos negativos na vida marinha, nas características geofísicas dos ambientes e nas atividades sociais (medo de choques).

Nesta escuta surgem algumas perguntas: (i) Quais serão as rotas no mar que estarão disponíveis aos pescadores artesanais?; (ii) Os pescadores estarão livres de acidentes, em função das torres e do cabeamento colocado no mar?; (iii) Serão implantadas usinas nos arrecifes (berçário da vida marinha)?; (iv) Qual vai ser a área de exclusão da pesca (pesca e tráfego das embarcações)?; (v) A curva que as embarcações terão de realizar, será de quantos quilômetros?

Fato é que a narrativa dos pescadores e das pescadoras precisa ser ouvida e incluída nas decisões. É preciso que o mar seja compreendido como bem coletivo e não como recurso financeiro.

Posto isto, é possível refletir que, tanto a continuidade do aumento no uso de fontes fósseis quanto a expansão descontrolada de grandes empreendimentos renováveis (eólicos e solares) são insustentáveis. É preciso discutir, rejeitar e propor alternativas a esta transição energética que reproduz um modelo exploratório e que viola direitos humanos e da natureza.

A mudança para uma matriz energética verdadeiramente sustentável requer salvaguardas e respeito à legislação, a fim de preservar os territórios que têm sido degradados de maneira cultural, social e ambientalmente crescente e irreversível.

2 Ambientes Regulatórios e Comerciais

Em todo o mundo, diversos governos nacionais e locais estão estabelecendo ambientes regulatórios e comerciais para promover a construção, financiamento e investimento em energia eólica *offshore*, atrelados aos compromissos assumidos no Acordo de Paris, buscando reduzir as emissões de gases de

efeito estufa e combater as mudanças climáticas, mas também em função de que essa energia renovável possa impulsionar a produção de hidrogênio verde.

Aqui no Brasil não é diferente. Em novembro de 2020, o Ibama lançou um Termo de Referência para orientar os empreendedores na apresentação de estudos de impacto ambiental, visando avaliar a viabilidade de projetos eólicos *offshore*. Desde então, houve um aumento significativo no número de projetos pré-cadastrados em todo o país. Embora nenhum projeto tenha sido licenciado até o momento, a movimentação dos empreendedores e o empenho dos governos, especialmente no Rio Grande do Norte e no Ceará, têm gerado preocupações nas comunidades costeiras.

No entanto, urge a necessidade de considerar os múltiplos usos do mar, temática que deveria ser ponto central nas discussões sobre o planejamento dos parques eólicos *offshore* no Brasil. O país carece de um Planejamento Espacial Marinho abrangente, capaz de mapear e identificar oficialmente as diversas atividades desenvolvidas no mar, e para além da produção de petróleo e gás, energias renováveis, transporte marítimo, entre outros, considerando de forma efetiva a pesca artesanal.

A Alemanha, nos seus documentos (Burghardt-Kaufmann, 2019), aponta medidas preventivas e de mitigação para evitar impactos significativos, incluindo a seleção cuidadosa de locais, escolha de tipos de fundação com menor intensidade de ruído, proibição de obras intensivas em ruído durante períodos sensíveis da fauna, e implementação de iluminação que não atraia aves, além de dispositivos que desliguem durante períodos críticos de migração. Essas diretrizes visam equilibrar o desenvolvimento de parques eólicos *offshore* com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades afetadas.

Com base em licenças marítimas previamente concedidas no Reino Unido (Hussain, 2019), as medidas de mitigação que podem ser incorporadas nas condições da licença marítima incluem: (i) Aspectos Temporais (por exemplo, limitar o período durante o qual uma atividade pode ocorrer, visando evitar ou reduzir perturbações aos animais marinhos); (ii) Monitoramento (a monitorização pós-consentimento é geralmente necessária para validar as previsões da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e da Avaliação de Risco Habitual (HRA) em relação aos impactos, além de fornecer evidências da eficácia das medidas de mitigação e identificar impactos não previstos); (iii) Ações (medidas acordadas que o detentor da licença

deve adotar, como garantir uma monitorização acústica mais eficaz na área antes de iniciar atividades de construção em momentos de visibilidade reduzida).

Em estudos comparativos realizados por Burghardt (2019), em países como Alemanha, Japão, Austrália e México, é perceptível que, para a concessão de uma licença para a vida selvagem marinha, não deve existir uma “alternativa satisfatória” ao projeto proposto, e as atividades autorizadas não devem ser prejudiciais ao ponto de alcançar um estado de conservação favorável de qualquer Espécie Protegida em sua área de distribuição natural.

Atente-se, no entanto a uma observação na análise comparativa entre os modelos de produção de energia renovável nestes países, onde há um cuidado ambiental e social e com todo um aparato legal e jurídico para estes processos, desde o licenciamento até produção final de energia e a realidade de países como o Brasil, onde há uma grande lacuna em termos de estudos científicos, sobretudo no mar porém, não exclusivamente, carecendo de uma regulamentação satisfatória, onde leve-se em consideração a problemática ambiental com toda a sua biodiversidade, as questões sociais e culturais das comunidades e populações tradicionais. Isso se agrava quando se trata dos parques *offshore*, pois, o Brasil não dispõe de zoneamento ecológico, com o devido planejamento do espaço marinho que possa orientar o seu uso racional, incluindo sobretudo as comunidades tradicionais pesqueiras com o seu modo de ser e viver.

3 Monitoramento da situação ambiental e social no Nordeste

Aqui no Brasil, um dos problemas sérios enfrentados, além da devastação ambiental e social, é a violação da Convenção 169 da OIT (2011), à qual o Brasil é signatário. Esta convenção estipula a importância de realizar consultas livres, prévias e informadas sempre que um empreendimento, ação, política ou programa estiver prestes a ser desenvolvido e afetar os povos tradicionais, seja por iniciativa pública ou privada. Conforme relatado pelas comunidades, este processo não está sendo devidamente implementado. No máximo, são conduzidas audiências públicas, as quais, devido às limitações dos membros das comunidades em relação a dados técnicos complexos, não oferecem uma compreensão adequada dos projetos.

Nessa perspectiva, o Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR), juntamente com um conjunto de

organizações parceiras de natureza social e acadêmica, atendendo às demandas de várias comunidades impactadas por energias renováveis, têm monitorado de perto a situação ambiental e social no Nordeste, especialmente no Estado do Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, foram conduzidos diagnósticos em algumas comunidades, e em 2023, realizaram-se oficinas territoriais com a participação de lideranças e agentes sociais de diversas comunidades afetadas. Essas atividades culminaram na criação de Cartografias Sociais, que não apenas identificam os impactos negativos das energias renováveis, mas também destacam os pontos essenciais que cada comunidade considera vital para a preservação do equilíbrio ambiental, social, cultural e religioso em seus territórios, denominados como “achados territoriais”.

É importante ressaltar que, ao final de 2023, apenas no Rio Grande do Norte, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre parques eólicos *onshore* em operação, em construção, já licenciados, mas com construção ainda não iniciada, e aqueles aguardando licenciamento (DRO), está prevista a instalação de um total de 488 parques eólicos, com um quantitativo de 4830 torres. Da mesma forma, em relação às fazendas fotovoltaicas ou parques solares, a projeção é de implementação de 531 fazendas, considerando exclusivamente o RN.

Uma preocupação que começa a ser levantada nas comunidades diante desses dados refere-se à questão da soberania, considerando que as energias renováveis, especialmente os parques eólicos já implantados até agosto de 2023, ocupam 262 mil hectares (equivalentes a 5% do território do estado do RN), segundo o ClimaInfo (2023). Essa extensão está sob controle dos denominados “latifundiários dos ventos” (Repórter Brasil, 2023), representados por 27 empresas brasileiras e 19 empresas estrangeiras. Chama a atenção o fato de muitos proprietários e agricultores familiares, cujas terras foram arrendadas, alegarem ter perdido o controle da terra e não recebido os valores prometidos.

No que diz respeito a essa questão de soberania, destacam-se pelo menos três situações preocupantes:

- **Soberania Alimentar e Nutricional:** Os proprietários e agricultores que arrendam suas terras não podem mais cultivar suas lavouras nem criar animais naquela área. Isso implica em uma perda gradual na produção de alimentos, tanto

para a comercialização quanto para a própria subsistência, afetando principalmente a produção da agricultura familiar, responsável por cerca de 70% do consumo diário de alimentos na mesa dos brasileiros. Além disso, esse modelo agrava a situação previdenciária dos agricultores, que perdem direitos e benefícios, como a aposentadoria rural (não reconhecimento como segurado especial).

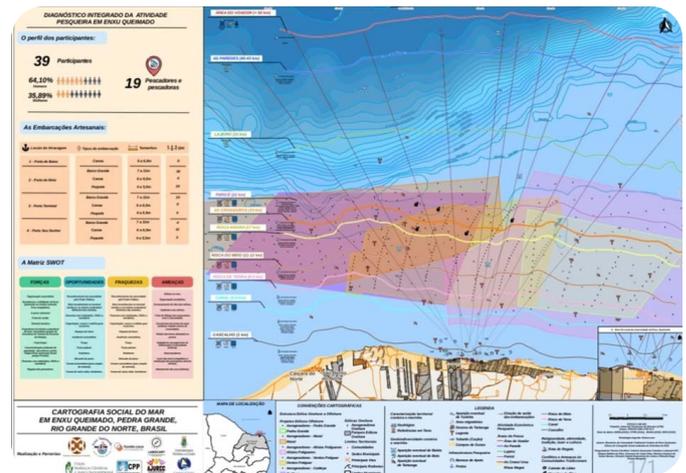
- **Soberania Hídrica:** Em um território situado no semiárido brasileiro, já desertificado pela ação humana, e diante de uma crise hídrica mundial, é arriscado entregar, seja vendendo diretamente ou arrendando, territórios inteiros sob o controle de empresas, que poderão explorar os recursos naturais da propriedade, incluindo a água.
- **Soberania Territorial:** O arrendamento de glebas de terra por uma média de 40 anos, podendo ser renovado automaticamente por igual período, indica um risco de grilagem, com a perda da propriedade que, em grande parte, está nas mãos de agricultores familiares, especialmente nos assentamentos do crédito fundiário e de reforma agrária. Isso pode resultar na reconcentração da terra, formando um novo tipo de latifúndio. Essa realidade aponta sérios riscos, incluindo a constituição de “territórios estrangeiros” dentro do próprio território nacional, com a perda total, por parte das comunidades, do acesso e do uso da terra, descaracterizando a função social da terra.

Essas questões foram levantadas por lideranças e agentes sociais presentes nas oficinas territoriais que elaboraram as Cartografias Sociais, considerando as cartografias dos parques de energia eólica *onshore* e as fazendas fotovoltaicas, além dos futuros parques *offshore*, que ameaçam a pesca artesanal. Somente na região litorânea do RN, entre a divisa do estado com o Ceará até o município de Touros, serão instaladas mais de 1.200 torres de energia eólica no mar, com 9 grandes parques disputando espaço, visando também a produção de hidrogênio verde para exportação. Isso afetará principalmente Caiçara do Norte e municípios pesqueiros vizinhos, importantes territórios pesqueiros do estado do Rio Grande do Norte.

Para exemplificar o conteúdo das cartografias, que tem por objetivo dar visibilidade às comunidades tradicionais existentes no estado do RN, comparti-

lharemos as cartografias realizadas no Município de Pedra Grande, sendo que a Cartografia do Mar, foi coordenada pelo Coletivo Cirandas, junto à Colônia de Pesca de Enxu Queimado – Existe Porque Persiste, e o extrato da Cartografia Social do Território de Enxu Queimado, parcela de um dos três territórios onde o SAR realizou as Cartografias Sociais.

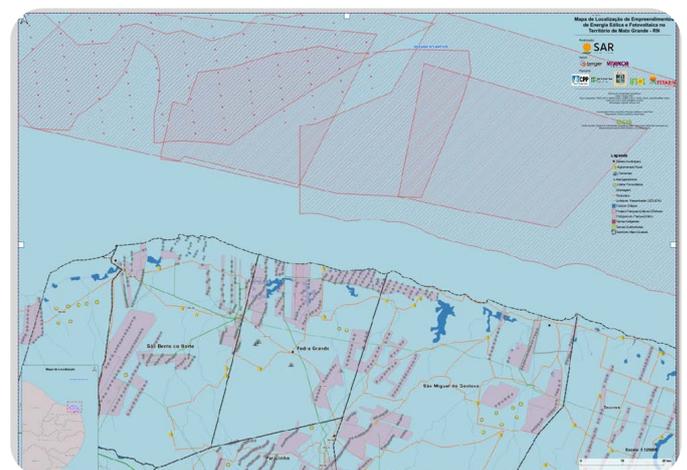
Figura 1 – Cartografia Social do Mar



Fonte: Projeto Enxu Queimado Existe Porque Persiste/ Assessoria Coletivo Cirandas

Nesta Figura 1, da Cartografia Social do Mar, é possível observar que a pesca artesanal terá acesso impedido ao seu território de pesca, uma vez que os traçados realizados pelas embarcações serão impedidos pelos parques previstos de serem implantados. É importante ter presente que a pesca artesanal tem um papel econômico importante no município de Pedra Grande.

Figura 2 – Cartografia Social de Pedra Grande

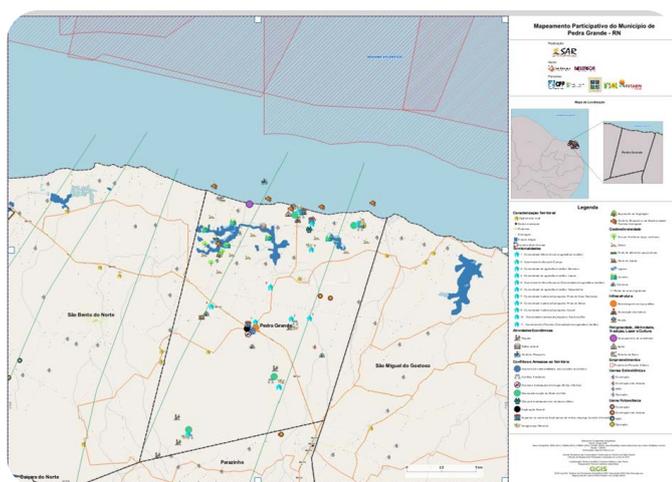


Fonte: Arquivos do SAR

O SAR, que realizou Cartografias Sociais em três regiões do Estado do RN, definiu que, metodologicamente, era importante localizar dos recursos naturais (corpos da água e cavernas) e a localização das torres eólicas existentes e previstas, assim como fazendas fotovoltaicas previstas, na cartografia de base para a discussão do território, conforme é possível observar na Figura 02. Na cartografia social as comunidades são vozes ativas, trazem seus conhecimentos daquela realidade, constroem, coletivamente a sua realidade, ampliando os seus conhecimentos nas trocas de informações, permitindo atuar sobre a realidade (Popayan, 2005).

Na Figura 2 é possível observar o quantitativo de parques eólicos em Pedra Grande, com destaque para o entorno da Colônia de Pesca de Enxu Queimado, já cercada por parques em terra e que, em um futuro próximo, estará cercada por parques no mar.

Figura 3 – Achados Territoriais



Fonte: Arquivo do SAR

Por fim, na Figura 3, é apresentada a Cartografia Social do Território de Pedra Grande, com ênfase para a Colônia de Pesca de Enxu Queimado, que identificou achados territoriais voltados para as dimensões social, ambiental, cultural e de pertencimento, na tentativa de visibilizar os modos de vida ancestral dos povos originários, comunidades quilombolas, da pesca artesanal, entre outros, que precisam ser considerados e incluídos no planejamento dos seus territórios.

4 Organização para o futuro

Diante de todos os desafios apontados pelas comunidades, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2023, o SAR promoveu o I Seminário Vozes dos Territórios por uma Transição Energética Justa e Solidária. O evento contou com a participação de diversos parceiros, atores sociais de estados do Nordeste e lideranças, buscando aprofundar o debate sobre os impactos dos grandes projetos nas comunidades. O objetivo era abordar as relações sociais, econômicas e ambientais influenciadas pelos empreendimentos de energia eólica e solar, além de fortalecer a atuação de grupos e organizações da sociedade civil na busca de alternativas ao enfrentamento do atual modelo de produção de energia nos territórios. Ao término do Seminário, os representantes das comunidades, territórios e demais participantes decidiram criar e lançar o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), promovendo a articulação entre as comunidades afetadas, organizações parceiras e entidades sociais e de ensino e pesquisa nos estados do Nordeste.

Além do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), foi lançado o Manifesto Vozes dos Territórios por uma Transição Energética Justa e Popular. Este manifesto expressa, com profunda legitimidade, as vozes dos sujeitos de direito que defendem a agenda pública da transição energética, lutando pela construção de um país sem pobreza, sem exploração predatória dos recursos naturais e com maior equidade e justiça social.

O manifesto denuncia um modelo de produção energética que não respeita o meio ambiente, desvaloriza o modo de vida das comunidades, gera insegurança alimentar ao ocupar vastas glebas de terra que ficam sem produzir alimentos, e não respeita a biodiversidade e os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

O Manifesto adota uma postura política que demanda do governo em suas diversas esferas, do poder judiciário, das empresas e da sociedade como um todo, um modelo de desenvolvimento que leve em consideração as pessoas, comunidades e territórios, respeitando seus direitos e assegurando a participação da sociedade civil para garantir os direitos constitucionais de todos.

O modelo de desenvolvimento que se delineaia nesta transição energética evidencia os mesmos problemas que vivenciamos desde os primórdios da colonização,

caracterizados por um racismo ambiental esdrúxulo, onde os pobres e suas comunidades são consistentemente prejudicados em prol dos colonizadores e, mais recentemente, do capital nacional e internacional, que cada vez mais explora os recursos naturais e as pessoas.

As comunidades estão conscientes de que existem alternativas mais justas e inclusivas que consideram a segurança alimentar e nutricional, respeitando seu modo de vida e o meio ambiente, com toda a sua biodiversidade. Essas alternativas envolvem práticas agroecológicas e sustentáveis, garantindo a qualidade de vida para todos. Nesse cenário, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade e direcione políticas públicas capazes de atender aos mais vulneráveis. Legalmente, as empresas também devem ser obrigadas a adotar políticas de contenção dos efeitos e mitigação dos impactos causados nos diversos processos da produção de energias renováveis.

O Manifesto destaca que os mais pobres e vulneráveis não podem arcar com as consequências de um modelo desenvolvimentista devastador e concentrador de renda, que perpetua um racismo ambiental em constante agravamento, tornando-os suas principais vítimas.

Em última análise, é imperativo que todos os cidadãos e cidadãs tomem consciência dessa problemática e busquem, de maneira respeitosa e dialógica, soluções adequadas para remediar os passivos sociais, ambientais, econômicos e culturais nas comunidades e territórios impactados por esse modelo. É urgente questionar, debater e propor alternativas a este modelo exploratório e violador dos direitos humanos e da natureza. A transição energética não pode deixar ninguém para trás.

REFERÊNCIAS:

ANEEL. **Sistema de Informações de Geração da Aneel - SIGA**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ASOCIACIÓN DE PROYETOS COMUNITARIOS – POPAYAN. **Territorio y Cartografía Social**. Proyecto: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociación de proyectos comunitarios. a.p.c. 2005. p.1-9. Disponível em: http://www.rutapedagogicaamigoniana.org/documentos/materiales/Modulo_0_Territorio.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Termo de Referência — Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA**. Tipologia: COMPLEXOS EÓLICOS MARÍTIMOS (OFFSHORE). IBAMA/MMA. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/publicacoes/2020-11-TR_CEM.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

BURGHARDT-KAUFMANN, A. **Germany: A complex and sophisticated planning and approval process does not prevent opponents from raising environmental challenges — even after project approvals are awarded**. Berlin: White & Case, April, 2019. Disponível em: <https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/germany>. Acesso em: 5 mar. 2024.

CLIMAINFO. **Empresas eólicas concentram terra e afetam pequenos agricultores no RN**. Dezembro, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/635043-empresas-eolicas-concentram-terra-e-afetam-pequenos-agricultores-no-rn>. Acesso em: 5 mar. 2024.

HUSSAIN, Tallat. **United Kingdom**: A global leader in offshore wind power capacity, the UK has seen rapid expansion in the sector. Berlin: White & Case, April, 2019. Disponível em: <https://www.whitecase.com/insight-our-thinking/united-kingdom>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OFFSHORE wind projects: Assessing the environmental impact. An overview of rules and developments in Australia, Germany, Japan, Mexico, the UK and the US. Berlin: **White & Case**, April, 2019. Disponível em: <https://www.whitecase.com/publications/insight/offshore-wind-projects-assessing-environmental-impact>. Acesso em: 5 mar. 2024.

REPÓRTER BRASIL. **Latifundiários do vento: como eólicas concentram terras e afetam agricultores no Rio Grande do Norte**. Por Hélen Freitas, Dezembro, 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/12/latifundiarios-ventos-empresas-eolicas-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO – SAR. **Boletim Cartografia Social do Rio Grande do Norte**. Impactos Negativos das energias renováveis no RN. Disponível em: https://sars.cdn.prismic.io/sars/ef5d90b7-f1c7-4c37-988c-b4a37057aae0_Boletim+Cartografia+Social+dos+Territo%CC%81rios+_+SAR.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL E URBANO – SAR. **Manifesto das Vozes dos Territórios Por uma Transição Energética Justa e Popular**. Disponível em: https://sars.cdn.prismic.io/sars/15475644-acd5-45c-4-8edd-c3620ea79756_MANIFESTO+DAS+VOZES+-DOS+TERRITO%CC%81RIOS+POR+UMA+TRANSI-C%CC%A7A%CC%83O+ENERGE%CC%81TICA+JUSTA+E+POPULAR_docx.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

Educação Popular e Ecologia Integral: a práxis na Amazônia

Sílvio Marques Sousa Santos¹

Adriano Luís Hahn²

Vera Lúcia Lourido Barreto³

Mercy Maria dos Santos Soares⁴

RESUMO: A pesquisa reafirma que a Educação Popular, baseada em amorosidade, autonomia, diálogo, liberdade e escuta ativa, transcende a mera transmissão de conhecimentos, promovendo participação consciente na formação e realidade socioambiental dos indivíduos. Inspirada em Paulo Freire, valoriza a horizontalidade nas relações e a pluralidade de saberes. A Ecologia Integral, alinhada a esses princípios, adota uma visão holística e sistêmica para enfrentar desafios socioambientais. A interseção dessas abordagens fortalece comunidades, promovendo um futuro mais justo, sustentável e inclusivo.

Palavras-chaves: Educação Popular. Ecologia Integral. Amazônia. MEB. SARES.

Introdução

O contexto atual complexo exige da humanidade respostas complexas. As desigualdades socioambientais, a radicalização e violência política, os conflitos bélicos, os genocídios, as migrações políticas e ambientais, a falta de direitos fundamentais nas periferias, a diferença entre ricos e pobres, por mais que sejam problemas antigos, hoje se intensificam dada a emergência climática que acontece no mundo, pois suas consequências recaem fortemente sobre os mais oprimidos. As emissões de gases de efeito estufa, des-

matamento e mudança no uso da terra, e os conflitos agrários, agricultura intensiva, indústria e produção de energia, queima de combustíveis fósseis, crescimento populacional e urbanização, desperdício de recursos e resíduos, mudanças nos padrões de consumo, são causas da tragédia socioambiental transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação, com foco em enchentes, incêndios e secas.

Dada essa realidade, o problema enfrentado pelos educadores populares neste texto é a tese de como a metodologia freireana possibilita a transformação socioambiental, construindo um novo marco civilizatório proposto pelo paradigma da Ecologia Integral, a partir de uma experiência concreta. Nesse sentido, o objetivo é apresentar como a Educação Popular é ferramenta eficaz para esta construção, considerando as possibilidades que o caminho sinodal e o cuidado da casa comum nos proporcionam.

Para tanto, após a revisão da literatura, apresenta-se na primeira parte do artigo a metodologia, cuja abordagem é qualitativa, explicativa e descritiva, a partir da pesquisa-ação. Essa metodologia possibilita a compreensão das práticas, percepções e desafios enfrentados por educadores e líderes comunitários na integração dessas duas dinâmicas.

Na segunda parte, a Educação Popular e a Ecologia Integral são apresentadas nos seus conceitos, princípios, aplicações práticas e casos. A Educação Popular, fundamentada nos princípios da emancipação e da participação ativa das comunidades, desempenha um papel crucial na promoção da consciência crítica e na transformação socioambiental. A articulação dessa prática pedagógica com os princípios da Ecologia Integral, que propõe uma visão holística e interconecta com toda realidade, torna-se cada vez mais relevante. A Ecologia Integral, delineada por pensadores como Leonardo Boff e Papa Francisco, vai além do ambien-

1 Doutor em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, filósofo, teólogo, professor de filosofia e teologia na Faculdade Católica do Amazonas e Diretor do SARES.

2 Mestre em Ciências Sociais, filósofo, teólogo, educador popular e coordenador de projetos do SARES.

3 Mestre em Políticas Públicas, socióloga, educadora popular, Coordenadora de Programas e Projetos Federais / Gerência de Programas e Projetos Complementares / Diretoria de Políticas e Programas Educacionais / Secretaria de Educação e Desporto.

4 Pedagoga, teóloga, educadora popular, educadora social do Sares.

talismo, abrangendo uma relação harmônica entre o ser humano, a sociedade e a natureza.

Na última parte, o estudo de caso aborda o Curso de Educação Popular como método e a Ecologia Integral como meta. Dito curso foi realizado por algumas entidades parceiras, no primeiro semestre, nas periferias da cidade de Manaus, capital do Amazonas. Com essa investigação se pretendeu mapear a iniciativa existente, e aprofundar a compreensão dos impactos dessa abordagem na construção de uma sociedade, na qual a justiça socioambiental é um fator preponderante.

1 Metodologia

A abordagem da pesquisa é qualitativa (Creswell, 2013, p. 131; Minayo, 2014, p. 195; Patton, 2015, p. 256), e quanto à sua natureza, é uma investigação aplicada, dessa maneira, realizada no âmbito da pesquisa-ação (Thiollent, 2011, p. 22). Como procedimentos e quanto aos seus objetivos é exploratória, descritiva e explicativa (Thiollent, 2011, p. 23). Essa metodologia tem como objetivo uma similaridade aos objetivos metodológicos da educação popular (Caldart, 2002, p. 18; Brandão, 2004, p. 26; Freire, 2018, p. 55), dado que tange a transformação social por meio da interação efetiva entre pesquisadores, facilitadores e participantes. O objetivo da investigação é compreender a interseção entre Educação Popular e Ecologia Integral, desde uma experiência prática das duas teorias.

Os participantes da pesquisa foram 139 lideranças comunitárias da área missionária Santa Maria Gorete, uma circunscrição eclesial que se localiza na região periférica da arquidiocese de Manaus, mais precisamente na zona leste da cidade. A seleção dos participantes foi baseada na função e engajamento em atividades eclesiais dos mais variados grupos paroquiais, assim garantindo uma amostragem representativa e diversificada.

A coleta de dados utilizou múltiplas técnicas qualitativas dada a abordagem da investigação (Creswell, 2013, p. 160; Bogdan; Biklen, 1994, p. 47). Foram elas: observação participante, análise documental e questionários. A observação participante foi realizada em seis encontros de formação sobre a Educação Popular e Ecologia Integral para as lideranças comunitárias, registrando observações detalhadas sobre as dinâmicas, práticas pedagógicas e as interações dos participantes. A análise documental (Cellard, 2008, p. 303; Bardin, 2011, p. 45) se deu a parte dos planos de aulas,

relatórios dos projetos, produção dos participantes, material de trabalho. Por fim, no último encontro, as entrevistas semi estruturadas (Bogdan; Biklen, 1994, p. 134) em forma de avaliação do percurso, realizadas nos 6 encontros anteriores. Essas entrevistas possibilitaram aprofundar as percepções dos participantes, suas práticas em relação aos termos do curso (Lüdke; André, 2017, p. 34).

A análise dos dados (Bogdan; Biklen, 1994, p. 220), na condição de abordagem qualitativa, deu-se a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011, p.45), observando a transcrição e organização dos dados, codificação e, por conseguinte, a categorização, a análise temática e, por fim, a validação a partir da triangulação dos métodos e fontes (Bogdan; Biklen, 1994, p. 229; Cellard, 2008, p. 310; Bardin, 2011, p. 45). Esses procedimentos metodológicos visam suprimir os limites impostos por qualquer pesquisa qualitativa, dadas as subjetividades na interpretação dos elementos e os limites das possíveis generalizações, devido ao foco contextual específico da pesquisa.

2 Educação Popular

2.1 Princípios da Educação Popular

Quando falamos de Educação Popular, consideramos que o próprio modo de realizar a educação com o povo está permeado por princípios que o educador-educando assume como seus e que estão presentes em suas atitudes e ações no próprio ato de educar. Ou seja, são valores ou princípios que perpassam a maneira de realizar as atividades educativas, o modo de construir conhecimentos e a forma de participação dos educandos-educadores nos debates e na elaboração do saber.

Um desses valores é a *amorosidade*, que envolve a totalidade do ser humano em seu modo de existir e atuar, de amar, de ensinar, de querer o bem do povo e das pessoas e, por isso, implica um compromisso real com o mesmo povo, com a vida, com a liberdade e o crescimento dos educandos-educadores no processo de aprendizagem (Freire, 1996, p. 45). Um amor verdadeiro que se regozija em ver o desenvolvimento e o processo de libertação e de autonomia dos demais, em que ser mais significa ser mais com os demais

A amorosidade não busca controlar ou subjugar o outro como se fosse uma posse ou um objeto, mas alguém que merece respeito e possui direitos e dignidade. Por isso, se deseja para si mais liberdade, se deseja para si autonomia, também respeitará e pro-

moverá o mesmo direito de liberdade e de autonomia dos demais. Neste sentido, a *liberdade* ligada a uma justa *autonomia* são valores da Educação Popular. Ninguém pode ser autêntico quando lhe são negadas a liberdade e a autonomia de construir de modo responsável e consciente a sua história (Freire, 1996, p. 24-25). Contudo, a autonomia não se confunde com a autossuficiência nem com a ideia de que cada qual constrói-se isoladamente e independentemente dos demais e da sociedade. Por isso, tanto a autonomia quanto a liberdade não são realidades estanques, mas processos. Por conseguinte, uma compreensão mais acertada é entender ditos conceitos como processos de autonomia e de libertação, uma vez que na concretude histórica essas transformações podem ser demoradas e não acontecem de maneira imediata nem de forma unívoca.

Outro valor é a atitude de *permanente escuta* do povo ou da comunidade (Freire, 1996, p. 43), de sua realidade, que podemos também chamar de acolhida das vivências e experiências do povo. Essa escuta, de certo modo, é também um olhar para o contexto que envolve as estruturas sociais em que o educando-educador se encontra, mas também de suas experiências vitais, de suas interpretações e do modo como as vive e as sente. Escutar implica um ouvir ativo e atento, para compreender a realidade não somente como uma mera informação, mas com profundidade, em que a emoção e a razão andam juntas e não separadas.

Para escutar com qualidade é necessário ser capaz de *dialogar*, que é uma relação de “A” com “B” e não de “A” sobre ou para “B”, como se um dos lados não tivesse identidade ou não tivesse nada para expressar. O diálogo é uma relação horizontal que nasce de uma matriz crítica (Jaspers), mas que “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” (Freire, 1967, p. 107). Quando os elementos do diálogo estão presentes em ambos os lados, a comunicação acontece e ninguém das partes é anulado, ou seja, há um reconhecimento mútuo.

Dessa horizontalidade das relações brotam as *atitudes democráticas* que, de certa forma, são o reconhecimento de todo o povo em seu direito de participar da construção do país no qual nenhuma voz seja calada (Freire, 1996, p. 35), mas possa expressar suas ideias e contribuir com propostas que moldam os destinos do país, participando de diferentes formas na política, isto é, ativamente e não como simples receptor

de projetos ou de propostas distantes de suas necessidades reais. O contrário das posturas democráticas são as atitudes autoritárias, verticais e elitistas, nas quais o povo permanece passivo, não opina, e é considerado incapaz segundo a concepção de lideranças com características ditas elitistas.

A proposta da Educação Popular vai de encontro a essa epistemologia elitista, que valoriza somente o saber de especialistas, isto é, dos que detêm determinado conhecimento e, portanto, seriam, segundo essa perspectiva, os únicos aptos a pronunciar sua palavra, os únicos sabedores e os que de fato poderiam ensinar as verdades da ciência para os demais. Na perspectiva da Educação Popular, não é negado o valor do saber dos profissionais e especialistas, uma vez que foram eles que se debruçaram durante anos para conhecer a fundo determinada temática ou problema. A crítica feita é sobre a atitude autoritária que alguém com determinado conhecimento pode assumir, quando nega o direito da palavra aos demais e usa o seu poder e conhecimento em detrimento de outras formas de saber. Neste sentido, a Educação Popular valoriza a pluralidade e complementaridade dos saberes. Não significa uma ingênua nivelção de toda forma de conhecimento, mas de valorização de diferentes saberes que, muitas vezes, foram simplesmente descartados durante o processo de colonização. Um exemplo disso, são os conhecimentos medicinais tradicionais dos povos indígenas.

Sendo assim, um outro princípio da Educação Popular é a atitude de abertura aos *diferentes saberes* presentes no meio popular (Freire, 1996, p. 15), como seus conhecimentos culinários, sua cultura, sua sabedoria de vida, mas também o direito de pronunciar sua palavra e não ser um simples depósito de conhecimentos por parte de quem pretende ensinar. O dito anteriormente não significa diminuir a importância do conhecimento científico, mas significa uma mudança de atitude do especialista em sua relação com o povo e com o conhecimento, pois sem perder sua postura profissional, sabe conjugá-la com relações mais humanizadas, dialógicas e horizontais, sabendo que, ainda que tenha algo importante a oferecer, também recebe algo da comunidade e sempre aprenderá algo com aqueles que pretende ajudar. É uma relação em que um pode aprender do outro, o que significa um constante diálogo entre os diferentes indivíduos, em que o educador-educando não somente ensina, mas também aprende.

2.2 Aplicações práticas em comunidades

Ao trazer algumas experiências de Educação Popular presentes no estado do Amazonas, quer se reafirmar que esses espaços oportunizam a socialização de conhecimentos e saberes, interação e interlocução. E como diz Freire (1992, p. 47), “não há práticas educativas, como de resto nenhuma prática, que escape de limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos e culturais”.

O Movimento de Educação de Base (MEB), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que a partir do trabalho de base junto a camponeses, no Rio Grande do Norte, em 1961, baseado na metodologia de Paulo Freire, atingiu meio milhão de camponeses no Norte e Nordeste com programa de alfabetização de adultos, educação do campo da saúde, do trabalho, da cidadania, da organização social e participação política, por meio do instrumento pedagógico, o rádio (Caderno I ciclos de seminários organizado pela Rede de Educação Popular de São Paulo, 2008).

O MEB representa o processo de renovação da pedagogia católica, conhecida como Teologia da Libertação, compromisso que a ala progressista da Igreja Católica assume junto ao povo, fruto das conferências do episcopado de Medellín-Colômbia, em 1968, e de Puebla-México, em 1979. Sua missão perpassa por contribuir na promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora ao longo da vida, servindo sempre e em primeiro lugar os pobres.

O Movimento de Educação de Base (MEB), rica experiência de Educação Popular no Amazonas nos anos 80, com o projeto de alfabetização de adultos, propunha uma educação de adultos que pensasse as relações do analfabetismo, vinculando-o às causas socioeconômicas para além dos aspectos pedagógicos. A formação para a organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais nas cidades de Tefé, Carauari, Parintins, Itacoatiara e Manaus, foi um processo significativo que repercutiu na constituição de espaços de luta, como o Fórum da Educação do Campo, dos Rios e Floresta, atuando nas cidades, citadas acima, até os dias de hoje (Feitoza, 2008, p. 109).

O MEB, no período de 2004/2005, numa parceria com o governo federal, retoma o projeto de alfabetização de adultos nas cidades de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva (BARRETO, 2023, p. 37). A metodologia de alfabeti-

zação do MEB, baseado no método “ver, julgar e agir”, prescreve que o alfabetizar deve partir da realidade das(os) alfabetizandas(os), refletir acerca dessa realidade para buscar as causas e, assim, agir de forma concreta para mudá-la, segundo a proposta da educação popular freireana. Nesse sentido, a experiência do MEB, até os dias de hoje, continua sendo objeto de estudo e pesquisa sobre sua metodologia e proposta de alfabetização.

O Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Educação Popular (NEPE), criado em 1989, a partir do interesse e disposição política de um grupo de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, defendia uma concepção de educação diferente da oferecida no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. “A proposta básica do Núcleo traduz-se em buscar uma nova relação institucional com a sociedade, com propósito de priorizar as demandas de educação das camadas populares, incorporando a educação feminina enquanto elemento das classes oprimidas” (Feitoza, 2008, p. 189).

Na trajetória do NEPE, desde sua criação, preponderam as ideias-força de Paulo Freire, presentes em suas obras, o que denota o alcance das reflexões filosóficas do autor para além de seus contributos específicos para educação de adultos na América Latina e no Brasil (Feitoza, 2008, p. 190).

2.3 Casos de estudo de sucesso

A Associação de Educação Católica do Amazonas (AEC), no campo da Educação Popular traz uma experiência associada ao trabalho desenvolvido por meio da coordenação de educação popular que chega junto às comunidades de Manaus a partir de 1997, com a missão de resgatar a Educação Popular como prática social que nasce a partir dos anseios e da luta das classes populares por melhores condições de vida.

Nesse sentido, a partir da escuta acerca das experiências que já existiam nas comunidades, a AEC em parceria com o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Educação Popular (NEPE), um grupo constituído por professores pesquisadores da Educação Popular e estudantes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizam rodas de conversa e momentos de estudos acerca dessa forma de educação. E foi a partir desses acúmulos e parceria que, em 1988, realizou-se em Manaus, “o I seminário estadual de educação popular, o qual teve como objetivos, debater acerca da edu-

cação popular na perspectiva de Paulo Freire e a educação popular em tempos neoliberais, momento de olhar para os desafios e perspectivas para a construção de uma práxis libertadora” (Barreto, 2004, p. 98).

A Rede de Educação Cidadã (RECID) é uma articulação de diversos atores sociais, entidades, movimentos sociais e populares, universidades públicas e governo federal que assumem a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e Educação Popular. Uma experiência recente e híbrida, por assim dizer, inédita no Brasil e, pode-se afirmar, na América Latina. Pela primeira vez o governo federal se empenha na formação da população mais empobrecida do país, e, para isso, convida diferentes segmentos organizados da sociedade civil para, conjuntamente, desencadear processos de formação política a partir de um trabalho mediado pela pedagogia da Educação Popular. À RECID coube contribuir na construção de caminhos possíveis para mudanças a partir de um processo de sensibilização, formação política e conscientização no período de 2003 a 2015. Buscou combater a fome e a exclusão social no país por meio do diálogo e da participação ativa na promoção dos direitos humanos e superação da miséria, afirmando e propondo um projeto popular, democrático e soberano de nação.

3 Ecologia Integral

O crescente reconhecimento da complexidade dos problemas ambientais tem levado líderes de organizações ambientais, governos, empresas e universidades a buscar cada vez mais modelos interdisciplinares, multidisciplinares e até mesmo transdisciplinares para resolvê-los. Concordamos que precisamos de um mapa mais abrangente para compreender e resolver os nossos desafios mais difíceis.

Desde a publicação da Encíclica Sobre o cuidado da casa comum – *Laudato Si'* do Papa Francisco (Francisco, 2015)⁵, o conceito de *Ecologia Integral* tem ganhado força, tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos populares e, oferecida a teoria, ora se torna um paradigma (Kuhn, 1997), a saber, que o planeta é um sistema vivo, no qual tudo está interligado e, portanto, necessita ser cuidado.

Porém, a teoria “gaia”, que remonta a Grécia Antiga, já concebia uma visão similar à da encíclica. Como diz

Cardoso, “Ecologia integral significa pensar a ecologia a partir de uma visão que considera o mundo todo como uma casa comum. Daí o subtítulo da encíclica: sobre o cuidado da casa comum. Uma visão mais alargada vem de longe, vem dos clássicos” (Cardoso, 2016, p. 2). Porém, “Francisco incluye como dimensiones fundamentales, además de lo ambiental, lo económico, lo social, lo cultural, la educación, la dimensión espiritual, la ética, la transformación de la vida cotidiana” (Martín; Ruíz, 2020, p. 94).

Hoje, existe uma variedade de perspectivas sobre ecologia, natureza e a catástrofe climática hodierna, muitas vezes se contradizendo profundamente. O que o Papa faz é unir essas visões sobre o mundo natural, articuladas por cientistas, ecologistas, ativistas e filósofos, e chega a uma perspectiva abrangente que permite gerir eficazmente os problemas ambientais, para que se viva em harmonia no planeta. E, “dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema” (Francisco, 2015, LS, 139).

Segundo o Papa Francisco, a Encíclica não elabora uma teoria a mais sobre o cuidado da casa comum, porém, ao longo do texto apresenta condições para a compreensão da sua proposta e de seu pensamento. O título *Ecologia Integral* aparece nove vezes no texto. Dentre essas citações, para se compreender a proposta do Papa, vale a pena destacar algumas. Sobre a harmonia de vida, falando do testemunho de São Francisco, o Papa diz que “seu testemunho nos mostra também que uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exatas ou da biologia e nos põem em contato com a essência do ser humano” (2015, LS, 11).

No número 11 da *Laudato Si'*, o Papa expõe a origem de seu pensamento socioambiental, inspirado na vida de São Francisco de Assis, que foi considerado o homem do milênio pela revista “Times”, pela sua compreensão do mundo e estilo de vida, que até hoje inspira centenas de milhares de pessoas ao redor do mundo, inclusive Jorge Bergoglio, que assume o nome de Francisco para seu pontificado. Segundo Boff, “Francisco não é um nome. É um projeto de Igreja, pobre, simples, evangélica e destituída de todo o poder” (Boff, 2013, n.p.).

Referente às soluções para os problemas socioambientais hodiernos, o Papa assim se refere:

Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha

⁵ O termo “casa comum” é central na Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco. Na obra, o termo é usado para descrever a Terra e o ambiente natural como um bem compartilhado por toda a humanidade.

em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (Francisco, 2015, LS, 137).

Nesse número, o Papa enfrenta diretamente as mais variadas teorias reducionistas, que por sua vez propõem soluções simples e incompletas aos problemas que são complexos. E, citando o episcopado português, escreve:

Os bispos de Portugal exortaram a assumir este dever de justiça: 'O ambiente situa-se na lógica da recepção. É um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte'. Uma ecologia integral possui esta perspectiva ampla (Francisco, 2015, LS, 159).

Nesse ponto, Francisco dá a conhecer que seu pensamento é sinodal, ou seja, faz caminho junto aos outros episcopos e seus magistérios. A proposta não é individualizada, mas construída coletivamente. A metodologia da construção conceitual é a mesma da Educação Popular freireana. A aplicação da ecologia integral pelo Papa demonstra como a integração de diferentes perspectivas e disciplinas pode ser bem-sucedida. Por isso, oferece um paradigma teórico sólido que integra e organiza as várias dimensões da vida e diversas disciplinas e metodologias para encontrar a solução complexa aos problemas socioambientais que são complexos. A ecologia integral é esse modelo teórico, baseado nas distinções da teoria integral.

A aplicabilidade nos mais variados aspectos da vida humana, faz com que a teoria da Ecologia Integral tenha sido, e está sendo usada por muitas pessoas em diferentes campos. Quando aplicada ao contexto de problemas ecológicos, a teoria organiza insights de inúmeras perspectivas diferentes que contribuem para uma compreensão mais abrangente da dimensão socioambiental envolvida, isto é, a construção de uma nova racionalidade. Nesse sentido, "a racionalidade ambiental deve ser entendida a partir da perspectiva do paradigma da ecologia integral" (Santos; Fraxe, 2020, p. 63).

O modelo integral sustenta que existem perspectivas que não podem ser reduzidas uma à outra, e algumas delas foram quase completamente negligenciadas no discurso acadêmico e público sobre questões de ecologia como o humano e a transcendência.

A pergunta central é como uma sociedade fundada na razão pode apresentar tantos processos incoerentes (Santos; Fraxe, 2020 p. 61). Se deixarmos de fora qualquer uma destas perspectivas, chegaremos a uma compreensão incompleta e, infelizmente, a soluções incompletas e parciais. Devemos incluir perspectivas objetivas, subjetivas e intersubjetivas, diversas, multi-disciplinares, interdisciplinares.

A Ecologia Integral se refere a essas perspectivas irreduzíveis, muitas vezes negligenciadas pela atomização e especialização das abordagens (Santos; Fraxe, 2020, p. 63). A proposta do Papa impede o reducionismo, especialmente o "reducionismo grosseiro" ou a redução de toda a realidade a fenômenos individuais e objetivos, como também, falsas soluções, soluções simplistas a fenômenos complexos.

4 Interseção entre Educação Popular e Ecologia Integral

4.1 Sinergias entre as duas abordagens

A proposta da Educação Popular compreende práticas e conceitos que coincidem e dialogam com diversas concepções presentes na Ecologia Integral, sendo que esta é permeada pelas seguintes perspectivas: a) sistêmica; b) interdisciplinar; c) transcendental e transgeracional; d) ética: cuidado, justiça e harmonia; e) contextual e cultural (Marco de Orientação, 2022, p. 19). Na Educação Popular, a compreensão da realidade é também contextual e sistêmica, pois a análise parte da situação concreta do educando-educador, olhando diversos aspectos dessa realidade.

Na metodologia da Educação Popular, em que diversos saberes são valorizados e vistos como complementares e em constante diálogo, a interdisciplinaridade é uma exigência. A ética está presente no próprio ato de educar, por meio de atitudes como o respeito, a amorosidade, a busca por libertação, a autonomia e outros. O conceito de justiça está presente na relação entre o educador-educando e o educando-educador, em que o respeito mútuo requer a não anulação de nenhuma das partes.

4.2 Estudos de Caso

4.2.1 Curso de Educação popular e ecologia integral do SARES

O Curso de Formação de Educadores Populares, promovido pelo Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES) em parceria

com o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (NEPE), Fórum Estadual de Educação do Amazonas (FEEA) e Área Missionária Cidade de Deus, destinou-se às lideranças socioeclesiais de grupos e movimentos. O curso ocorreu na Comunidade Menino Jesus, localizada na Rua Dr. Alecrim nº 92, Bairro Jorge Teixeira, Manaus, entre os dias 8 de março e 19 de abril de 2024.

A Educação Popular é uma dimensão transversal do trabalho do SARES à medida que as características de dita educação se expressam no cotidiano por meio de processos participativos, promoção do diálogo, construção coletiva, colaboração nas lutas dos mais oprimidos, cooperação, trabalho em rede com a causa da Ecologia Integral, gerando processos de cuidado com a vida em todas as suas expressões, entendendo que estamos todos em uma mesma casa, a “Casa Comum” (Francisco, 2015, LS 15).

Por esta razão, o SARES desenvolve o Projeto Educação Popular para o “Bem Viver”, realizando um curso de formação anual com público diverso, que deseja atuar na sociedade como educadores populares e lideranças comunitárias. O curso visa instrumentalizar e favorecer, em Manaus, por meio das metodologias da pedagogia freireana e inaciana, a ação, a reflexão e a construção de processos pedagógicos que possam contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e geradora de autonomia dos sujeitos na sociedade. Além disso, busca ser um espaço para a consolidação do trabalho em rede, a partilha de experiências, a formação de lideranças para as resistências enfrentadas pelos coletivos populares da cidade de Manaus.

Ademais, pretende formar educadores e lideranças populares que atuam em diversos segmentos da sociedade usando a metodologia da Educação Popular, favorecendo a troca de experiências, as diversas lutas, a consciência de classe e o trabalho em rede, desencadeando um processo de formação política mediado pelos princípios da Educação Popular na perspectiva freireana.

Foram realizadas várias reuniões para alinhar pensamentos e objetivos das equipes do NEPE, Fórum e SARES. Esses encontros, fundamentais para garantir que todos estivessem trabalhando numa mesma direção e com metas comuns, possibilitaram a elaboração do roteiro de cada círculo de conversa.

Todos os encontros de formação do curso seguiram a seguinte estrutura: a) acolhida e boas-vindas; b) mística com músicas populares acompanhadas por violão

e/ou poesias; c) breve memória das situações do cotidiano e da realidade brasileira; d) painel de escuta, que é o momento do estudo do tema propriamente dito; e) aprofundamento da temática, ligando com diversos aspectos da realidade; e) partilha em grupos segundo o método ação/reflexão/ação; f) debate em plenária; g) socialização das experiências e boas práticas; h) sistematização da memória do encontro, por meio das diferentes artes, escrita e/ou música. Cada encontro teve a duração de duas horas, uma vez por semana, a saber, das 18 às 20 horas.

O curso foi desenvolvido seguindo o formato dos Círculos de Conversa, uma proposta metodológica para educadores populares. No Círculo de Conversa 1 foram trabalhados dois temas: 1) experiências ou vivências locais, e 2) valores básicos e atitudes do educador popular destacando os seguintes princípios: diálogo, escuta, relação horizontal de “A” com “B”; autoridade versus autoritarismo, autonomia, liberdade e democracia. No Círculo de Conversa 2 o conteúdo se originou de temas ou palavras geradoras a partir do olhar para a realidade dos participantes.

No círculo de Conversa 3 as temáticas trabalhadas foram a problematização e a conscientização. Foram feitas as seguintes perguntas aos participantes: O que é problematizar? Qual a relação entre os temas gerados e entre o fazer e o ser? Em seguida, foi desenvolvida a reflexão de conscientização, buscando trabalhar a capacidade crítica dos participantes, para que possam pensar por eles mesmos, fazendo as relações.

No Círculo de Conversa 4 abordou-se a questão da ação política e da “práxis social”. Na outra semana, no Círculo de Conversa 5 foi trabalhada a temática da avaliação, seguida pela organização do Seminário de Boas Práticas de Lideranças Populares, preparando, portanto, o Círculo de Conversa 6, no qual foi realizado dito Seminário, em que os participantes, em grupos, apresentaram seus planos de ação e de mobilização na comunidade com suas propostas e atividades.

A avaliação geral do curso foi feita pelo quantitativo da meta de pelo menos 70% dos inscritos que estivessem presentes na formação; 60% dos educadores e lideranças comunitárias qualificadas e certificadas, ou seja, ao final do curso alcançar a certificação para 60% dos participantes da formação. A meta qualitativa foi a seguinte: ter adquirido maior conhecimento de suas subjetividades enquanto seres inacabados em construção e contextualizados, iniciando um pro-

cesso de crescimento gradual em sua autonomia; maior consciência sobre o processo coletivo na construção das subjetividades e da transformação social. O principal parâmetro usado para medir se houve crescimento e assimilação dos conceitos da Educação Popular foi a participação efetiva nas ações comunitárias, realizando o que foi planejado ao final do curso, especialmente por meio da apresentação de boas práticas e projetos.

A liderança formada a partir dos princípios da Educação Popular observa atentamente o povo em suas realidades culturais, territoriais e as condições econômicas e sociais de produção da vida com o objetivo da construção de novos saberes. Dita construção prioriza a elaboração coletiva. Sua principal característica é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino, buscando integrar preocupações ambientais com justiça social, reconhecendo que os mais vulneráveis são, muitas vezes, os mais impactados pelas crises ambientais.

4.2.2 Análise de resultados e impacto na comunidade envolvida

O bairro Jorge Teixeira, local do curso, é uma comunidade periférica da cidade de Manaus. A população enfrenta desafios socioeconômicos significativos, incluindo acesso limitado aos serviços de saúde, educação e infraestrutura básica. A comunidade é diversa, com presença de indígenas e uma mistura de diferentes culturas e origens. O curso trouxe inúmeros benefícios para a comunidade, promovendo a inclusão, o início de um processo de empoderamento e o desenvolvimento comunitário por meio da valorização da experiência e o conhecimento local. Estimulou a colaboração e o engajamento comunitário, na elaboração de projetos coletivos de iniciativas comunitárias, como bem relata o pároco:

Sendo Deus o autor de sua História e de toda sua vida, nos possibilitou escrever mais um trecho do capítulo nos formando Educadores Populares das nossas comunidades, grupos, serviços, movimentos, pastores e nossas famílias. Os princípios da Educação Popular são transversais em todas as áreas e especificidades de nossas vidas. Onde houver o exercício do diálogo; amorosidade; problematização; construção compartilhada do conhecimento; emancipação e compromisso com a construção do projeto democrático e popular; respeito a diversidade e transformação social aí está o educador popular. Nossa imensa

gratidão a todos e todas que acolheram esse desafio de formar novas lideranças populares com os princípios que regem as atitudes de quem leva a Boa Nova do Reino de Deus, um reino de justiça, fraternidade e amor. Uma etapa concluída se abre um ciclo de práxis. Estejamos presentes nos fortalecendo na jornada da nossa igreja que é peregrina e missionária por natureza. Somos fortes porque agora somos mais, todos juntos e misturados, com Jesus na causa, unidos pela fé no Deus que escuta o clamor de seu povo e desce para libertar, na alegria de viver a vida que Ele nos deu, e assim viver o compromisso de cristão garantindo o direito à vida e vida em abundância às nossas irmãs e nossos irmãos. Permaneçamos juntos e participando dos processos de construção que os grupos planejaram e apresentaram no Seminário de Boas Práticas. Partilhemos as datas e locais das realizações das futuras ações dos líderes educadores populares da Área Missionária Cidade de Deus.⁶ (Gonçalves, G. Formulário N. 01, 14 mar. 2024)

Os participantes, fortalecidos em sua cidadania, empoderados com conhecimentos e habilidades, reivindicam seus direitos e participam ativamente nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Quanto ao público que aderiu ao curso, nos dados recolhidos na amostra do estudo a categoria “Ensino Médio” teve o maior número de inscrições em comparação com outros níveis educacionais. Fatores socioeconômicos podem estar associados à capacidade de acesso e interesse em diferentes níveis educacionais. O público principal para o curso foi composto por indivíduos que estão nessa fase da educação. Isso teve várias implicações para a adaptação do conteúdo do curso, estratégias metodológicas e análise das necessidades e interesses dos participantes. A compreensão dessas dinâmicas ajudou a otimizar tempo buscando melhor atender às necessidades dos inscritos.

Participaram desse evento 139 pessoas, sendo 87 mulheres e 52 homens. As mulheres participantes representaram 62,59% enquanto os homens representaram 37,41%. Esses números refletem a presença majoritária de mulheres na liderança comunitária de base, e representam a força, a participação e o grau de comprometimento do sexo feminino nas lutas e transformações sociais. Dado interessante é o viés que as mulheres trazem à discussão, a saber, um olhar de cui-

⁶ GONÇALVES, Gutemberg. Entrevista concedida em 14 de março para coleta de dados primários da pesquisa 2024.

dado sensibilizador, como se pode ver na avaliação de uma conselheira pastoral:

O curso tem acontecido às sextas-feiras e tem sido motivador, incentivador. A cada roda de conversa, cada aula, temos um tema diferente dando sequência ao estudo a cada semana. Tem nos ensinado um novo jeito de desenvolver ou de proceder dentro da Educação Popular seja na prática nas nossas comunidades, nos encontros, reuniões, em qualquer atividade que tenhamos que desenvolver. Vamos aprendendo como proceder em cada situação. Dentro do curso também aprendemos os tipos de atitudes libertadoras de um educador popular, como por exemplo, atitudes de amorosidade, escuta, diálogo, (uma relação horizontal, onde duas partes podem se expressar, falar tudo o que pensam e sentem sem autoritarismo); atitudes de autonomia (para construir nossa própria história, assumir nossos próprios projetos, tornando-nos sujeitos da nossa própria história). Atitude de libertação de todas as formas de escravidão e atitude democrática onde envolve participação popular nos processos de educação das pessoas para que possam participar das decisões na comunidade, dos bairros, conselhos. De um jeito esclarecedor, o curso nos leva a um novo horizonte, a um bom aprendizado. Nos ensina a contextualizar, olhar a nossa realidade, ver os problemas, onde pode melhorar, como fazer melhorar. Dentro do curso fazemos trabalhos em grupos, para desenvolver melhor nosso aprendizado, numa dinâmica interativa e evangelizadora onde vamos criando, e construindo nossa história. Tem sido muito gratificante, sobretudo, por sermos agentes de pastorais, coordenadores que já trabalhamos na base em nossas comunidades, com uma boa interação. Certamente as atividades em grupo tem fortalecido e facilitado nosso aprendizado. Que bom que temos essa oportunidade e contamos com pessoas dispostas a levar esse projeto evangelizador que é a Educação Popular. Muito obrigada ao Pe. Gutemberg, SARES, aos professores, Pe. Adriano, Vera, Ana, Jocélia, Mercy, Mary, Nilton e a todos os envolvidos.⁷ (Vasconcelos, Isa. Formulário de pesquisa N.05 em 14 março de 2024).

Como resultado foi possível perceber nas participações a responsabilidade e cuidado ao apresentarem

propostas de ação para cuidar da “Casa Comum”, adotando práticas sustentáveis, como reduzir o desperdício, o consumo de copos plásticos descartáveis e proteger a biodiversidade da comunidade, bem como de cuidar de um igarapé que corta o bairro. Ações de solidariedade coletiva para enfrentar desafios ambientais e sociais foram sugeridas, como uma caminhada ecológica, um seminário sobre ecologia integral em alguma escola pública. Além disso, houve a sugestão de inserir o tema da ecologia integral nos encontros de catequese para a adoção de práticas sustentáveis na proteção de áreas naturais, no combate às mudanças climáticas e a promoção de uma economia circular.

Um dos grupos apresentou a necessidade de montar uma pequena equipe para buscar junto à prefeitura políticas públicas de cuidado ambiental, especialmente em relação aos espaços que ainda restam no bairro e que viraram lixeiras viciadas, para assim melhorar a qualidade de vida local.

A Educação Popular mostrou ser uma ferramenta poderosa para promover mudanças positivas em comunidades periféricas. Por meio da participação ativa, do diálogo e da contextualização, a comunidade foi capaz de iniciar o enfrentamento de desafios locais e construir um futuro mais participativo. Este estudo de caso destaca a importância dessa proposta educativa para o Bem Viver envolvendo comunidades na construção de soluções para seus próprios problemas e a promoção de um modelo de aprendizado para a justiça socioambiental que valoriza e aproveita os conhecimentos e experiências locais.

Conclusão

A conclusão da pesquisa reafirma que a Educação Popular, fundamentada nos princípios de amorosidade, autonomia, liberdade e escuta ativa, oferece um modelo educativo que transcende o simples repasse de conhecimentos para promover uma participação ativa e consciente dos indivíduos em sua própria formação e em sua realidade socioambiental. Esses princípios, inspirados e desenvolvidos inicialmente por Paulo Freire, seguido por tantos outros, destacam a importância de uma prática educativa que valorize a horizontalidade nas relações entre educador e educando, bem como a pluralidade de saberes.

O princípio da amorosidade, central na Educação Popular, promove um ambiente de respeito e cuidado mútuo, em que o objetivo é o desenvolvimento e a emancipação dos participantes. Este conceito não busca controlar ou subjugar, mas respeitar a digni-

⁷ VASCONCELOS, Isa. Entrevista concedida em 14 de março de 2024 para coleta de dados da pesquisa [material não publicado]. 2024.

dade e promover a liberdade e a autonomia de cada indivíduo, o que possibilita a abertura a outras alteridades como a própria dignidade e os direitos da natureza, numa perspectiva de Ecologia Integral. A liberdade e a autonomia, por sua vez, são vistas como processos contínuos e interligados, que não devem ser confundidos com a autossuficiência, mas entendidos como dinâmicos e contextuais.

A escuta ativa e o diálogo, aspectos fundamentais da Educação Popular, reforçam a importância de um relacionamento horizontal, com todos os seres, e participativo. A escuta ativa envolve um entendimento profundo das experiências e contextos, em especial o contexto socioambiental, dos educandos, enquanto o diálogo pressupõe uma comunicação respeitosa e a troca de saberes de forma igualitária. Este enfoque contrasta com as posturas autoritárias e elitistas que tendem a centralizar o conhecimento e desconsiderar a contribuição dos indivíduos fora dos círculos acadêmicos ou especializados.

A integração de diversos saberes e a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, como os dos povos indígenas, são aspectos distintivos da Educação Popular. A abordagem crítica do saber acadêmico e a valorização da experiência prática e cultural enriquecem o processo educativo, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva da realidade.

A Ecologia Integral, conforme proposta na Encíclica *Laudato Si'* pelo Papa Francisco, compartilha uma sintonia com os princípios da Educação Popular, especialmente na perspectiva sistêmica e interdisciplinar. A Ecologia Integral adota uma visão holística, reconhecendo a interconexão de todos os aspectos da vida e a necessidade de uma abordagem abrangente para enfrentar os problemas socioambientais. Esta visão integra dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e éticas, promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios e soluções possíveis.

A interseção entre a Educação Popular e a Ecologia Integral evidencia uma sinergia significativa: ambas as abordagens promovem uma visão abrangente e participativa, reconhecendo a importância de múltiplos saberes e a necessidade de um engajamento coletivo. A Educação Popular e a Ecologia Integral convergem na valorização da participação ativa, na construção de conhecimento a partir das experiências locais e na promoção de uma transformação socioambiental que respeita e valoriza a diversidade e a interconexão dos sistemas naturais e humanos.

A aplicação desses princípios em contextos concretos, como demonstrado pelo Curso de Formação de Educadores Populares do SARES, evidencia o impacto positivo que a combinação de Educação Popular e Ecologia Integral pode ter nas comunidades. As práticas sustentáveis, a promoção de ações coletivas e o engajamento com políticas públicas são exemplos claros de como a integração desses princípios pode gerar mudanças significativas e promover um futuro mais justo e sustentável.

Em suma, a Educação Popular e a Ecologia Integral oferecem um paradigma robusto para enfrentar os desafios contemporâneos, destacando a importância de uma abordagem integrada, participativa e respeitosa. A convergência dessas abordagens fortalece a capacidade das comunidades para enfrentar desafios complexos e construir um futuro mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Vera L. L. **Falando de educação popular na Associação de Educação Católica do Amazonas**. Revista de Educação AEC, ano 33, n. 133, 2004.
- BARRETO, Vera L. L. **Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas / Vera Lúcia Lourido Barreto**. Dissertação de mestrado. Manaus: FLACSO/FPA, 2023.
- BOFF, Leonardo. **O Papa Francisco, chamado a restaurar a Igreja**. 2013. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2013/03/14/o-papa-francisco-chamado-a-restaurar-a-igreja/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. 3. ed. Porto: Porto Editor, 1994.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é método Paulo Freire**. Brasília: Editora Brasiliense, 2004.
- CALDART, Roseli S. (org.). **Formação de educadores e educação popular: Olhares, saberes e fazeres**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CARDOSO, Delmar. Ecologia Integral. **Pensar-Revista Eletrônica da FAJE**, v. 7, n. 1, 2016.

CELLARD, André A. análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R. & PIRES, Á. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo: Vozes, 2008.

CRESWELL, John W. **Research Design**: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 4. ed. New York: Sage Publications, 2013.

FEITOZA, Ronney da Silva. **Movimento de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na perspectiva da Educação Popular no Amazonas**: matrizes históricas, marcos conceituais e impactos políticos. Orientador: Afonso Celso Caldeira Scocuglia. 2008. 453 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2008.

FOLLMANN, José I. (org.). **Ecologia Integral**: abordagens (im)pertinentes. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. V. 2.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si'**: Sobre o Cuidado da Casa Comum. São Paulo: Editora Planeta, 2015.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 9. ed. São Paulo: EPU, 2017.

MARCO de orientação para o estudo e o trabalho em ecologia integral. Grupo de ecologia integral (RCS/CPAL). Trad. Rev.: Luciane Klein Vieira. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

MARTÍN, Oscar; RUÍZ, Castor B. Ecología Integral a la Luz de la Justicia Ambiental y la Justicia Anamnética. In: FOLLMANN, J. I. **Ecologia Integral**: abordagens (im)pertinentes. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, V. 2, p. 93-126.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

PATTON, Michael Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**: Integrating Theory and Practice. 4th. ed. New York: Sage Publications, 2015.

SANTOS, Sílvio M. S.; FRAXE, Therezinha de Jesus P. Ecologia Integral: nova racionalidade ambiental fundada na justiça socioambiental. In: FOLLMANN, J. I. (org.). **Ecologia Integral**: abordagens (im)pertinentes. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, V. 2, p. 59-76.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

Filosofia e Ecologia: a educação freireana como ferramenta conscientizadora do cuidado da casa comum

Guilherme Felipe S. Rocha¹

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão sobre a filosofia, quando combinada com a ecologia, como uma ferramenta poderosa para a conscientização e ação no cuidado da casa comum. A pesquisa fundamenta-se principalmente na Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco e nos escritos do filósofo da educação, Paulo Freire. A encíclica destaca a necessidade urgente de uma mudança radical no comportamento humano para enfrentar a crise ecológica global, promovendo uma ecologia integral que abrange dimensões ambientais, econômicas e sociais. Freire, por sua vez, defende uma educação crítica e libertadora, que capacita os indivíduos a questionar e transformar a realidade em que vivem. A combinação dessas perspectivas filosóficas e ecológicas visa formar cidadãos comprometidos com a justiça social e ambiental, capazes de agir de maneira responsável e sustentável. Assim, o artigo argumenta que a filosofia e a ecologia, juntas, podem inspirar ações concretas para o cuidado do planeta.

Palavras-chaves: Consciência. Filosofia. Ecologia. Cuidado. Casa Comum.

Introdução

Desde o início da história da filosofia antiga, os chamados pré-socráticos buscavam respostas para suas grandes dúvidas acerca do mundo através do estudo da natureza. De acordo com Aristóteles em sua obra *Metafísica*, ele afirma: “[...] os homens começaram a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração [...]” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, A 2, 982 b 11). Aristóteles considerava o espanto (ou “*admiratio*”) como o ponto de partida para a filosofia, acreditando que essa reação natural diante do surpreendente ou

inexplicável impulsionava a busca por respostas e o aprofundamento do conhecimento.

O filósofo via o espanto como uma motivação para a investigação filosófica. Observou que os homens se maravilhavam diante de fenômenos simples, como o movimento das estrelas ou a origem do universo, o que os levava a buscar explicações racionais e a formular teorias sobre o mundo natural. Da mesma forma, podemos nos maravilhar com a complexidade e a interconexão dos ecossistemas e da biodiversidade. Esse espanto diante da natureza pode nos levar a questionar e explorar mais profundamente nosso papel como seres humanos nesse sistema interdependente.

A filosofia, nesse contexto, pode nos ajudar a refletir sobre nossa responsabilidade em relação ao meio ambiente, incentivando práticas sustentáveis, respeito à vida e ações conscientes para preservar nossa “casa comum”.

A educação, por sua vez, é uma ferramenta poderosa para promover o cuidado com a natureza, inspirando uma conexão mais profunda com o meio ambiente e fomentando uma consciência sobre a importância da sustentabilidade. Leonardo Boff (2000) afirma: “cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato [...] estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro [neste caso, com a natureza] com desvelo e solicitude” (BOFF, 2000, p. 91).

A educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o cuidado do meio ambiente. Ao promover o conhecimento sobre ecologia, sustentabilidade e a interdependência entre os seres vivos e o ecossistema, a educação capacita indivíduos a adotarem práticas responsáveis para o cuidado da biodiversidade. Como afirmou Paulo Freire, “É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem

¹ Bacharelado do 4º semestre de filosofia, na Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília - FATEO

e o gosto da alegria, sem a qual a prática educativa perde o sentido” (FREIRE, 1996, p. 142).

O artigo tem como objetivo explorar a relevância da educação freireana como uma ferramenta conscientizadora para o cuidado da casa comum. Através da análise crítica da cultura de consumo e suas implicações ecológicas, busca-se apontar possíveis elementos para promover uma mudança de paradigma em direção a um estilo de vida mais sustentável e responsável a partir, também da reflexão a conscientização ambiental integrada à formação de professores e à prática pedagógica e sua contribuição para a preservação do nosso planeta.

1 Filosofia e ecologia, ferramenta de reflexão conscientizadora

A relação entre filosofia e ecologia é profundamente enriquecedora, pois ambas oferecem ferramentas para reflexão conscientizadora. A filosofia nos convida a questionar nossa relação com o mundo natural, explorando questões éticas, ontológicas e epistemológicas. Por sua vez, a ecologia nos conecta à teia da vida, revelando a interdependência entre todos os seres vivos e os ecossistemas. Juntas, filosofia e ecologia nos incentivam a repensar nossas práticas, promovendo uma consciência mais profunda sobre o cuidado com nosso planeta. De acordo com o filósofo e doutor em ciências físicas Mariano Artigas, em sua obra *Filosofia da natureza*:

“Existem diferentes motivos para promover o respeito a natureza: um teórico e outro prático. O motivo teórico fundamenta-se na unidade que há entre todos os seres da natureza: o sentimento de que somos parte da natureza conduz com uma atitude de respeito compatível com a sua utilização racional para as necessidades humanas, e este respeito pode relacionar-se com uma atitude religiosa, que, em determinadas ocasiões, teve manifestações históricas bem conhecidas. O motivo prático relaciona-se com os inconvenientes que surgem, na atualidade e para as gerações futuras, se os recursos naturais forem utilizados de modo irresponsável. (2017, p. 121)”

O respeito à natureza encontra seu fundamento teórico na nossa unidade com ela. Essa atitude de respeito está alinhada com o uso racional dos recursos naturais para atender às necessidades humanas. Assim, podemos apontar que a exploração irrespon-

sável desses recursos pode acarretar consequências negativas para as gerações futuras. É por meio dessa conexão intrínseca que devemos respeitar a natureza, reconhecendo nossa interdependência com ela. Um outro olhar contemporâneo sobre essa questão é o do Papa Francisco, o primeiro pontífice da Igreja Católica a dedicar uma Carta Encíclica ao cuidado da natureza. Em sua encíclica intitulada *Laudato Sí*, o Papa afirma:

“O ser humano não é plenamente autônomo. A sua liberdade adoece, quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal. Neste sentido, ele está nu e exposto frente ao seu próprio poder que continua a crescer, sem ter os instrumentos para o controlar. Talvez disponha de mecanismos superficiais, mas podemos afirmar que carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contenham dentro dum lúcido domínio de si. (FRANCISCO, p. 105)”

O Santo Padre nos convida à reflexão sobre a fragilidade da autonomia humana. O ser humano, embora busque a liberdade, frequentemente se torna vulnerável diante de forças internas e externas. Isso ocorre porque a fragilidade da liberdade humana, quando confrontada com impulsos inconscientes, necessidades imediatas, egoísmo e violência, leva a uma luta interior. Assim, o ser humano pode ser autônomo e, ao mesmo tempo, exposto a essas forças.

Francisco sustenta que o ser humano não é plenamente autônomo. Sua liberdade adoece quando ele se submete a impulsos cegos e não possui os instrumentos necessários para controlar seu próprio poder crescente. Essa falta de controle é evidenciada pela ausência de uma ética sólida, cultura e espiritualidade que estabeleçam limites claros.

O filósofo e professor Paulo Freire enfatizava a importância da educação no desenvolvimento humano como ferramenta de conscientização e transformação social. Em sua obra *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação* (1979), ele afirma que: “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (Freire, 1979, p. 15). Para Freire, a educação não é apenas a transmissão de conhecimentos, mas um processo dinâmico que envolve a interação crítica com o mundo ao redor.

Freire argumenta que a educação deve ser um meio para a emancipação dos indivíduos, permitindo-lhes compreender e transformar suas condições de vida. Ele destaca que a conscientização é essencial para que os oprimidos possam reconhecer as estruturas de poder que os subjagam e, assim, lutar por sua libertação.

Mais adiante, ele cita um exemplo claro: “Quero aprender a ler e a escrever para mudar o mundo”, afirma um analfabeto, para quem, com razão, conhecer é atuar sobre a realidade conhecida (Freire, 1979, p. 23). Este exemplo ilustra como a alfabetização pode ser um ato revolucionário, capacitando os indivíduos a questionar e transformar a realidade.

Nesse sentido, a educação como ferramenta do fortalecimento de uma consciência crítica está intrinsecamente ligada à ação e à conscientização. No contexto da ecologia, deixar a “cultura de consumo” (Freire, 2014, p.39) como um fenômeno que, apesar de atender à vocação ontológica do ser humano de “ser mais” (Freire, 2006, p. 93), frequentemente resulta na desumanização e na perda da humanidade. O diálogo é este movimento intrínseco do homem para o despontar de uma ecologia integral pois, “[...] no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens” (Freire, 2006, p. 93) movimentos sociais têm buscado alternativas a esse sistema, propondo modelos que enfrentem os desafios do consumismo e suas implicações ecológicas. O consumismo, ao promover um consumo excessivo e desnecessário, leva à exploração exacerbada dos recursos naturais, contribuindo para a degradação ambiental. É preciso “apontar para um outro estilo de vida”, como afirma Papa Francisco na Carta Encíclica *Laudato Sí* (2015):

Dado que o mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjectivo do paradigma tecno-económico. Está a acontecer aquilo que já assinalava Romano Guardini: o ser humano «aceita os objectos comuns e as formas habituais da vida como lhe são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo». O referido paradigma faz crer a todos que são livres

pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder económico e financeiro. Nesta confusão, a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia. Temos demasiados meios para escassos e raquíticos fins. (Papa Francisco, 2013)

O mercado cria um mecanismo de consumismo compulsivo para vender produtos, levando as pessoas a um ciclo de compras e gastos desnecessários. Esse consumismo é um reflexo do paradigma tecno-económico, onde as pessoas aceitam os objetos e formas de vida impostos pela produção em massa como se fossem razoáveis e justos. Esse paradigma faz com que todos acreditem que são livres porque podem consumir, mas na verdade, apenas uma minoria com poder económico e financeiro possui verdadeira liberdade. A humanidade pós-moderna, sem uma nova compreensão de si mesma, vive essa falta de identidade com angústia.

Consumismo obsessivo refere-se ao comportamento de compra excessiva e desnecessária, impulsionado por um desejo constante de adquirir novos produtos. Um exemplo é a compra frequente de novos modelos de smartphones, mesmo quando os antigos ainda funcionam perfeitamente, devido à pressão social e ao marketing agressivo. Mais do que uma realidade puramente materialista ela cria raízes profundas no sentimento hedonista hodierno. Como afirma Colin Campbell em sua obra, *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*:

(...) o espírito do consumismo moderno é tudo, menos materialista. A ideia de que os consumidores contemporâneos têm um desejo insaciável de adquirir objetos representa um sério mal-entendido sobre o mecanismo que impele as pessoas a querer os bens. Sua motivação básica é o desejo de experimentar na realidade os dramas agradáveis de que já desfrutaram na imaginação, e cada ‘novo’ produto é visto como se oferecesse uma possibilidade de concretizar essa ambição. Todavia, desde que a realidade não pode nunca proporcionar os prazeres perfeitos encontrados nos devaneios (ou, se de qualquer modo, tão somente em parte, e muito ocasionalmente), cada compra leva literalmente à desilusão, algo que explica como o necessitar se extingue tão depressa,

e por que as pessoas se desfazem dos bens tão rapidamente quanto os adquirem (CAMPBELL, 2001, p. 131 e 132).

Campbell argumenta que o consumismo moderno é impulsionado pelo desejo de experiências imaginadas, não pela posse de objetos. Ele explica que a realidade nunca corresponde aos prazeres perfeitos dos devaneios, levando à desilusão e ao rápido descarte dos bens. Alguém poderia argumentar que as pessoas compram objetos por necessidade. Campbell responderia que, mesmo assim, a motivação subjacente é a busca de experiências imaginadas. Ambas as perspectivas acerca do consumismo, tanto a do Papa Francisco quanto a de Campbell se complementam. Francisco foca na crise de identidade e na ilusão de liberdade criada pelo mercado, enquanto Campbell destaca a busca de experiências imaginadas e a desilusão resultante. A união dessas perspectivas mostra como o consumismo moderno é impulsionado por fatores psicológicos e sociais profundos, resultando em uma insatisfação contínua.

O Papa Francisco justifica suas afirmações ao destacar como o paradigma tecno-econômico influencia o comportamento humano, levando as pessoas a aceitar passivamente as normas de consumo impostas. Ele se apoia na observação de Romano Guardini sobre a aceitação dos objetos e formas de vida como razoáveis e justas, mesmo quando são impostas. Isso é reforçado pelo conhecimento de que o marketing e a produção em massa moldam as percepções e comportamentos dos consumidores. O consumismo compulsivo é um reflexo do paradigma tecno-econômico, que cria uma falsa sensação de liberdade.

Uma possível objeção poderia ser que o consumismo também traz benefícios econômicos, como a criação de empregos e o crescimento econômico. No entanto, esses benefícios não justificam os impactos negativos na identidade humana e no meio ambiente, e que é necessário buscar um equilíbrio que promova um desenvolvimento sustentável e uma verdadeira liberdade para todos. Há um diálogo a ser estabelecido entre diferentes visões.

De acordo com Freire (2006, p. 91): “Não há diálogo se não há um profundo amor ao mundo e aos homens” Ele acredita que a educação deve ser um ato de amor e coragem, que desafia a opressão e promove a liberdade. O consumismo compulsivo descrito pelo Papa Francisco pode ser visto como uma forma de desu-

manização, onde as pessoas são reduzidas a meros consumidores, perdendo sua identidade e capacidade crítica. Freire defende que o diálogo é essencial para desenvolver a consciência crítica, permitindo que as pessoas compreendam e transformem sua realidade. O Papa Francisco aponta que o paradigma tecno-econômico cria uma falsa sensação de liberdade através do consumo. Um diálogo crítico, como proposto por Freire, ajudaria as pessoas a questionar essa falsa liberdade e buscar uma compreensão mais profunda de si mesmas e do mundo.

Freire defendia um modelo de educação participativa e dialógica. A educação freireana valoriza o diálogo como uma ferramenta para a conscientização. Segundo Freire (1979), “O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.” (Freire, 1979, p. 82) Nesse sentido, a educação dialógica é crucial para incentivar a reflexão crítica sobre questões ambientais, como a degradação do meio ambiente, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas. Esse processo de reflexão ajuda a despertar a consciência e a compreensão da interconexão entre os seres humanos e a natureza. Como afirma Papa Francisco (2015):

A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção duma trama de respeito e de fraternidade. De igual modo é indispensável um diálogo entre as próprias ciências, porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamento e absolutização do próprio saber. Isto impede de enfrentar adequadamente os problemas do meio ambiente. Torna-se necessário também um diálogo aberto e respeitador dos diferentes movimentos ecologistas, entre os quais não faltam as lutas ideológicas. A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade, lembrando-nos sempre que «a realidade é superior à ideia». (Francisco, 2015, n. 201)

Paulo Freire defende uma abordagem participativa e dialógica na educação. Para ele, o diálogo é essencial para a conscientização, pois permite a transformação e a descoberta do significado humano. A educação dialógica desempenha um papel crucial na reflexão crítica sobre questões ambientais, como a degradação do meio ambiente, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas.

O Papa Francisco complementa essa visão ao afirmar que religiões e ciências devem dialogar para cuidar da natureza e enfrentar os problemas ambientais, promovendo o bem comum. A educação dialógica, portanto, refere-se a um modelo educacional que valoriza o diálogo como ferramenta central para a aprendizagem e a conscientização.

Um exemplo prático de educação dialógica seria um projeto escolar em que alunos e professores discutem e refletem juntos sobre os impactos das mudanças climáticas, buscando soluções colaborativas. Freire justifica a importância do diálogo ao afirmar que ele é uma necessidade existencial, permitindo que as pessoas encontrem seu significado enquanto seres humanos. Ele argumenta que o diálogo transforma o mundo e as pessoas, promovendo a conscientização e a reflexão crítica.

Francisco reforça essa ideia ao destacar a necessidade de diálogo entre religiões e ciências para enfrentar os desafios ambientais. Argumenta que a especialização excessiva pode levar ao isolamento e dificultar a resolução dos problemas. A falta de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento também impede a resolução adequada dos problemas ambientais.

Apesar das dificuldades, tanto Freire quanto o Papa Francisco concordariam que o diálogo é essencial para enfrentar os desafios globais e promover um entendimento mais profundo e colaborativo. A superação dessas barreiras é possível por meio de esforços conjuntos e da valorização da diversidade de perspectivas.

Considerações finais

A educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o meio ambiente. Ao promover o conhecimento sobre ecologia, sustentabilidade e a interdependência entre os seres vivos e o ecossistema, a educação capacita indivíduos a adotarem práticas responsáveis para a preservação da biodiversidade.

Embora o problema de pesquisa não tenha sido completamente resolvido, muitos efeitos positivos já são visíveis como resultado da práxis educativa. A reflexão e a conscientização têm contribuído significativamente para mitigar o devastamento ambiental. No entanto, novos problemas foram descobertos, como o consumismo compulsivo impulsionado pelo paradigma tecno-econômico. Este paradigma leva as pessoas a um ciclo de compras e gastos desnecessários, criando uma falsa sensação de liberdade e resultando em uma crise de identidade e angústia na humanidade pós-moderna.

As hipóteses do artigo foram confirmadas, demonstrando a relevância da educação freireana na conscientização ambiental. A análise crítica da cultura de consumo e suas implicações ecológicas apontou elementos essenciais para promover uma mudança de paradigma em direção a um estilo de vida mais sustentável e responsável. A integração da conscientização ambiental na formação de professores e na prática pedagógica é crucial para a preservação do nosso planeta.

A relação entre filosofia, ecologia e educação é profundamente relevante para a construção de uma consciência crítica e preocupada com a nossa casa comum. A esperança é um elemento essencial nesse processo. Como Paulo Freire destacou em sua obra *Pedagogia da autonomia* (2007, p. 72), a esperança é um ímpeto natural e necessário, um condimento indispensável à experiência histórica. Sem esperança, não haveria História. Portanto, é com esperança que devemos continuar a buscar soluções e promover a conscientização para o cuidado da nossa casa comum.

A ecologia e a educação na perspectiva freireana podem, de fato, soar como uma utopia aos ouvidos pessimistas. No entanto, é precisamente essa utopia que impulsiona a transformação e a esperança em um mundo melhor. Paulo Freire, em sua obra, sempre defendeu a educação como um ato de amor e coragem, capaz de libertar e emancipar os indivíduos. Ele via a utopia não como um sonho inalcançável, mas como uma força motriz que nos faz caminhar em direção a um futuro mais justo e sustentável.

Eduardo Galeano, ao citar Fernando Birri, nos lembra que a utopia está no horizonte. Ela se afasta à medida que nos aproximamos, mas é essa busca incessante que nos faz avançar. A utopia, portanto, serve para nos manter em movimento, para nos inspirar a

continuar lutando por um mundo melhor, mesmo que pareça distante. (GALEANO, 1993, p. 310)

Na perspectiva freireana, a educação ecológica é uma prática de liberdade. Ela busca conscientizar os educandos sobre a importância de preservar o meio ambiente e de viver em harmonia com a natureza. Essa educação crítica e transformadora visa formar cidadãos comprometidos com a justiça social e ambiental, capazes de questionar e transformar a realidade em que vivem.

Freire acreditava que a educação deve ser um processo dialógico, onde educador e educando aprendem juntos, construindo conhecimento de forma colaborativa. Essa abordagem permite que os educandos se tornem sujeitos ativos em sua própria formação, desenvolvendo uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais que os cercam.

A utopia freireana, portanto, não é uma ilusão, mas uma necessidade. Ela nos desafia a imaginar e construir um mundo onde a educação e a ecologia caminhem juntas, promovendo a emancipação e a sustentabilidade. Como nos lembra Galeano, a utopia nos faz caminhar, e é esse caminhar que nos aproxima de um futuro mais justo e humano.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Metafísica: vol. II**. Tradução e comentário para o italiano de Giovanni Reale; Tradução para o português de Marcelo Perine. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

ARTIGAS, Mariano. **Filosofia da Natureza**. 1. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon LLuLL), 2005.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano — compaixão pela terra**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FRANCISCO. **Laudato Si’**. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 19 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Cortez & Moraes, 1979, 53p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 56.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. 5. ed. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, sa de cv, 1993.

Fortalecendo a resiliência e o empoderamento das comunidades locais num cenário de transição energética justa e inclusiva

José Antônio Boareto¹

Betânia Hoss Lunelli²

RESUMO: A encíclica “*Laudato Si’*: sobre o cuidado com a Casa Comum”, do Papa Francisco, aborda a crise ecológica de forma abrangente, incluindo aspectos ambientais e sociais. O Papa busca entender as causas profundas da crise, como a desigualdade social que afeta milhões de pessoas. A encíclica trata de uma abordagem integral sobre uma única crise socioambiental, e propõe que devemos combater a pobreza, devolvendo a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. Seus objetivos estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, e, com a promoção do desenvolvimento humano integral. Assim, este artigo aborda a ecologia integral, considerando a subsidiariedade, o multilateralismo e adoção de estratégias sustentáveis que estão de acordo com os objetivos da *Laudato Si’* e da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chaves: Ecologia integral. Subsidiariedade. Desenvolvimento Humano Integral. Multilateralismo. Sustentabilidade.

1 Caminhos para o Desenvolvimento Ecológico Integral

Em 24 de junho de 2015, o Papa Francisco promulgou a encíclica social “*Laudato Si’*: sobre o cuidado com a Casa Comum”. Uma carta dirigida não só aos cristãos, mas a todas as pessoas do globo. É a partir dos pobres que o Papa Francisco escreve a encíclica. A preocupação é com a crise ecológica que é também social. Ele pretende não apenas chegar aos

sintomas, mas às causas, isto é, perguntar-se sobre a situação de desigualdade social que gera milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade. Diz, Francisco: “Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (FRANCISCO, 2015).

Ao comentar sobre o que está a acontecer em nossa Casa afirma que a realidade social é marcada pela desigualdade que gera milhões em situação de vulnerabilidade. Esta desigualdade produz uma dívida ecológica do Norte com o Sul. E, o modelo econômico demonstra-se em crise, pois na configuração da política atual, o Estado perde sua soberania e está a serviço das corporações que não respeitam os ecossistemas e conseqüentemente os povos com suas culturas em nome da maximização dos lucros (BOARETO, 2017).

Na encíclica o Papa Francisco oferece uma reflexão sobre o antropocentrismo desordenado, isto é, o ser humano não se pode propor uma relação com o ambiente sem prescindir das pessoas e de Deus, pois seria um individualismo romântico disfarçado de beleza ecológica e um confinamento asfíxiante na imanência. Diz, Francisco: “Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais” (FRANCISCO, 2015).

Francisco afirma que para uma relação adequada com o mundo criado, não é necessário diminuir a dimensão social do ser humano e nem sua dimensão transcendente, a sua abertura ao “Tu” divino. Uma abordagem integral compreende que se trata de uma

¹ Docente da Faculdade de Teologia. Extensionista do Observatório PUC-Campinas. (joseboareto@puc-campinas.edu.br)

² Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana da PUC-Campinas (betania.lunelli@puc-campinas.edu.br)

única crise socioambiental, e que, portanto, deve combater a pobreza, devolvendo a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. (BOARETO, 2017). Para isto ocorrer faz-se necessários alguns percursos de diálogo, sobretudo, com a comunidade política e comunidade internacional, uma vez que se considera que a razão da autoridade política é promover o bem comum. Entretanto, reconhece Francisco, a força de transformação social vem da educação e da espiritualidade, e por isto, afirma que muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa mudar, e para aqueles que crêem no Criador, busquem-O e assim cuidem da Sua Criação, e aos cristãos, que saibam assumir os compromissos com a Criação que o Evangelho de Jesus propõe. E de forma bela, termina, dizendo que as preocupações por este planeta não nos tirem a alegria da esperança (BOARETO, 2017).

Em 04 de outubro de 2023, o Papa Francisco escreveu a Exortação Apostólica “*Laudate Deum*” sobre a crise climática. Inicia ele dizendo que passados oito anos da promulgação da Encíclica Social “*Laudato Si’*” sobre o cuidado com a Casa Comum, deu-se em conta que não estamos a reagir de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe, está chegando num ponto de ruptura. Diz, Francisco: “Independentemente desta possibilidade, não há dúvida que o impacto da mudança climática prejudicará cada vez mais a vida de muitas pessoas e famílias. Sentiremos os seus efeitos em termos de saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas e noutros âmbitos” (FRANCISCO, 2023). Este problema social global está intimamente ligado à dignidade humana. Os efeitos das alterações climáticas recaem sobre as pessoas mais vulneráveis, tanto a nível nacional como mundial. A partir do que ele observa sobre a atuação da comunidade internacional afirma que se faz necessário reconhecer que muitos grupos e organizações da sociedade civil ajudam a compensar as debilidades, a falta de coordenação em situações complexas, a sua carência de atenção, relativamente a direitos humanos fundamentais. A sociedade civil e as suas organizações são capazes de criar dinâmicas eficazes que a ONU não consegue. Assim o princípio da *subsidiariedade* aplica-se também à relação global-local.

O Papa não quer substituir a política, ele reconhece que “Entretanto, não posso negar que é necessário sermos sinceros e reconhecer que as soluções mais

eficazes não virão só dos esforços individuais, mas sobretudo das grandes decisões da política nacional e internacional” (FRANCISCO, 2023). Reconhece que o mundo está a tornar-se multipolar, tão complexo que é necessário um quadro diferente para uma cooperação eficaz, assim, a globalização tem propiciado intercâmbios culturais espontâneos, maior conhecimento mútuo e modalidades de integração dos povos que tem levado a um multilateralismo “a partir de baixo” e não meramente decidido pelas elites do poder. Afirma, Francisco:

A cultura pós-moderna gerou uma nova sensibilidade para com os mais frágeis e menos dotados de poder. Isto relaciona-se à minha insistência, na carta encíclica *Fratelli tutti*, sobre o primado da pessoa humana e a defesa da sua dignidade, independentemente das circunstâncias. É outra forma de convidar ao multilateralismo para se resolverem os verdadeiros problemas da humanidade, procurando sobretudo o respeito pela dignidade das pessoas, de tal modo que a ética prevaleça sobre os interesses locais ou contingentes. (FRANCISCO, 2023).

Considerando que o multilateralismo é uma outra forma de convidar a sociedade civil e as suas organizações para se resolverem os verdadeiros problemas da humanidade, procurando sobretudo o respeito pela dignidade das pessoas, de tal modo que a ética prevaleça sobre os interesses locais ou contingentes, é que, este movimento de multilateralismo “a partir de baixo” tem favorecido uma cooperação eficaz e tornado um modo global-local para a realização do princípio de subsidiariedade.

Reconhecemos que a Plataforma de Ação *Laudato Si’* do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral é um modo de multilateralismo “a partir de baixo” global-local, e que, realiza o percurso de diálogo solicitado pelo Papa Francisco com a política internacional, sobretudo, ao que diz respeito aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No dia 17 de agosto de 2016, o Papa Francisco instituiu o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral. No “*Motu Próprio*” afirma: “Em todo o seu ser e obrar, a Igreja está chamada a promover o desenvolvimento humano do homem à luz do Evangelho. Este desenvolvimento tem lugar mediante o cuidado dos bens incomensuráveis da justiça, da paz e da proteção da criação” (FRANCISCO, 2016).

A Plataforma de Ação *Laudato Si'* é uma iniciativa do Dicastério do Serviço para o Desenvolvimento Humano Integral, inspirada na encíclica *Laudato Si'*, ela equipa a Igreja para alcançar soluções reais e duradouras para a crise ecológica. Este programa sempre crescente apoia os participantes a desenvolver Planos de Ação sob medida para atingir um objetivo: ações concretas para proteger nossa Casa Comum. Lemos no sítio da Plataforma de Ação *Laudato Si'*:

A Plataforma de Ação *Laudato Si'* capacita a Igreja universal e todas as pessoas de boa vontade para atenderem à *Laudato Si'*, a encíclica do Papa Francisco sobre cuidar da casa comum. Explorando os antigos ensinamentos da nossa fé à luz da crise ecológica de hoje, a *Laudato Si'* nos ensina que “tudo está interligado” (LS 91). Como nossa relação com nosso divino Criador foi negligenciada, as relações humanas esmoreceram e nosso mundo esquentou, tornou-se menos estável e com menos vida. Consequentemente, todos nós sofremos e os pobres e vulneráveis sofrem ainda mais. Encaramos uma “única e complexa crise sócio-ambiental” (DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL, 2024).

Sobre os Objetivos *Laudato Si'*, mostrados na Figura 1, afirma o sítio:

Discernir uma resposta para a crise ecológica é um profundo ato de cuidado. Neste momento de kairós, a ação é necessária. Os objetivos *Laudato Si'* guiam as nossas ações. Elas redefinem e reconstróem a nossa relação uns com os outros e com a nossa casa comum. Sua abordagem holística leva em conta os limites planetários de todos os sistemas socioeconômicos e as raízes humanas da crise ecológica. Estes objetivos nos chamam a uma revolução espiritual e cultural para alcançar a ecologia integral. (DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL, 2024).

Figura 1 – Objetivos do *Laudato Si'*



Fonte: Dicastério para o serviço do desenvolvimento humano integral, 2024.

Os Objetivos *Laudato Si'* estão em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, e, com a promoção do desenvolvimento humano integral conforme o paradigma gestado pela DSI.

Nos últimos anos, o desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, a urgência climática têm sido temas amplamente discutidos. Mas qual é a nossa responsabilidade diante desses dois desafios? As causas da urgência climática são consequência de termos incorporado as preocupações ambientais presentes no desenvolvimento sustentável tão tardiamente em nossas vidas? Para ser ambientalmente sustentável, basta cuidar do meio ambiente?

É evidente que desastres ambientais em áreas urbanas, provocados por fenômenos naturais, têm se intensificado à medida que a urbanização acelera. A urbanização, ao concentrar pessoas e atividades produtivas em um espaço restrito, ocasiona impactos degradadores ao meio ambiente (JATOBÁ, 2011, p. 141). Em um mundo que se torna cada vez mais urbano, especialmente nas regiões mais pobres do planeta, grande parte dos impactos ambientais mais significativos tem sido gerada nas cidades. Segundo dados das Nações Unidas, estima-se que, em 2050, a população mundial será de 9,7 bilhões de habitantes, com 66% vivendo em áreas urbanas. Como consequência, o consumo de energia e a geração de resíduos também deverão crescer. Projeções indicam que o consumo de energia aumentará em 50% e a geração de resíduos atingirá 4 bilhões de toneladas (ONU, 2022 p. 3).

O aumento global das taxas de urbanização trará desafios adicionais para áreas com elevados níveis de pobreza, desemprego, informalidade, habitação e serviços (WILLIAMS *et al.*, 2019, p. 157). Paralelamente ao crescimento populacional, estima-se que a demanda por alimentos aumentará entre 60% e 100% (NAGARAJAN *et al.*, 2021, p. 2). Segundo os criadores do conceito de pegada ecológica, a agricultura e o consumo de alimentos são os maiores contribuintes para a carga ecológica da humanidade, apropriando-se de mais de 60% da capacidade regenerativa do planeta. No entanto, alimentos, assim como 75% dos recursos naturais coletados e minerados, são consumidos nas cidades, principalmente nas áreas metropolitanas (JATOBÁ, 2011 p. 142).

Aliado a isso, a emergência climática decorrente das altas concentrações de gases causadores de efeito estufa (GEE) na atmosfera tem intensificado o debate e a pressão sobre o controle e redução das emissões desses gases, ressaltando a importância da transição

de um modelo de produção baseado em recursos fósseis para um modelo sustentável e renovável. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) revelou também que as mudanças climáticas irão colocar entre 32 milhões e 132 milhões de pessoas na pobreza extrema ao longo da próxima década (IPCC, 2022). Dentro desse contexto, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se garantir um desenvolvimento urbano que responda de forma harmoniosa às altas demandas de energia e aos altos níveis de geração de resíduos. Entende-se hoje, de forma unânime, que a implementação e a adoção contínua de alternativas para a geração de energia limpa e renovável são fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável das novas gerações.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 2) afirmam que, para atingirmos um desenvolvimento sustentável, é necessário que medidas ousadas e transformadoras sejam tomadas. Dentre suas principais ações, destacam-se a erradicação da pobreza, a garantia da segurança alimentar, o desenvolvimento de padrões sustentáveis de produção e consumo, a mitigação dos gases causadores das mudanças climáticas, o desenvolvimento de cidades sustentáveis, assim como a proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres (ONU, 2019, p. 52).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU, 2015.

Dentro dessa perspectiva, tecnologias baseadas no conceito de *Waste-to-Energy* (WTE) mostram-se bastante interessantes e vem despertando cada vez mais o interesse de órgãos governamentais e de centros de pesquisa. A geração de energia (elétrica, térmica ou biocombustível) renovável a partir de resíduos orgâ-

nicos contribui para a oferta de energia local, para a mitigação das emissões de GEE, além de gerar um produto de valor agregado.

2 Produção de energia a partir de resíduos

O aproveitamento de resíduos para a geração de eletricidade, calor e biocombustíveis, dentro do conceito de *Waste-to-Energy*, está entre as melhores práticas para a geração de uma energia limpa e totalmente sustentável. A geração de bioenergia a partir de biomassa sólida e a produção de biogás e biocombustíveis líquidos constituem uma parcela significativa da geração global de energia renovável atual (cerca de 9% do total de energia primária fornecida em 2019), tendência essa que deverá ser mantida, tanto na indústria de transformação como no setor de transportes. No entanto, espera-se que essa participação aumente, alcançando 17% do fornecimento total de energia primária até 2030, quase o dobro o nível de 2019 (IRENA, 2022, p. 14).

A digestão anaeróbia vem sendo apontada como uma solução bastante promissora, principalmente, por representar uma tecnologia com soluções conectadas às crescentes necessidades de desenvolvimento sustentável, uma vez que ela pode ser empregada tanto no tratamento de resíduos urbanos (fração orgânica), agrícolas e agroindustriais quanto na produção de bioenergia, além de contribuir para redução das emissões de GEE e a disposição final de resíduos em aterros sanitários (ANGELI *et al.*, 2018; CHEW *et al.*, 2021; GONG; LUNELLI, 2023; BOAS; LUNELLI, 2024).

No Brasil, em 2022, foram geradas 77,1 milhões de toneladas de resíduos urbanos, o que corresponde a uma geração anual de 381 kg de resíduos por pessoa (ABRELPE, 2023, p.20).

O Brasil sendo detentor de uma forte atividade agrícola e agroindustrial, cujos principais resíduos são ricos em matéria orgânica, apresenta um grande potencial para liderar o desenvolvimento dessas tecnologias, as quais, por sua vez, permitirão tanto o tratamento dos resíduos gerados quanto a geração de energia renovável, como o biogás, contribuindo para acelerar a implantação do conceito da economia circular dentro da matriz energética brasileira, essencial para se atingir as metas estabelecidas para mitigação das mudanças climáticas (IPCC, 2022; BRIGAGÃO *et al.*, 2021, p. 1). Nesse sentido, fontes não convencionais para geração de energia como os resíduos sólidos (orgânicos) urbanos e as biomassas residuais prove-

nientes de processos agroindustriais e/ou agrícolas despontam como alternativas interessantes.

3 Aderência à Agenda 2030 das Nações Unidas

A digestão anaeróbia desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável, especialmente em comunidades carentes, alinhando-se diretamente com a Agenda 2030 das Nações Unidas e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

No contexto dos ODS 7 e 12, que tratam de mudanças climáticas, transição energética, gestão de resíduos e economia circular, a digestão anaeróbia contribui significativamente. Ela reduz as emissões de gases de efeito estufa e a contaminação do solo e da água, ao mesmo tempo que promove o uso eficiente dos recursos. Comunidades podem produzir sua própria energia renovável, como biogás para substituir o gás de cozinha ou gerar eletricidade, e utilizar o digestato como biofertilizante em hortas comunitárias para a produção de alimentos orgânicos.

Os ODS 10 e 11, focados em direitos humanos, diversidade, inclusão social e econômica, e desenvolvimento sustentável das comunidades locais, também são atendidos pela digestão anaeróbia. Este processo ajuda a combater a discriminação e a exclusão social, além de reduzir a desigualdade econômica. A implementação de sistemas de digestão anaeróbia cria empregos locais, empodera as comunidades e fortalece a coesão social.

Finalmente, os ODS 8 e 16, que abordam trabalho decente, crescimento econômico, governança, ética, desenvolvimento e retenção de colaboradores, são beneficiados pela digestão anaeróbia. A gestão adequada de resíduos e a produção de energia renovável reduzem riscos legais e reputacionais, promovendo transparência e confiança na organização. Além disso, a criação de empregos e a capacitação técnica contribuem para o desenvolvimento profissional e a retenção de talentos nas comunidades.

Dentro de um contexto mais global, a digestão anaeróbia também se alinha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 e 17, reforçando ainda mais seu papel na promoção de um futuro sustentável.

O ODS 13 trata da ação contra a mudança global do clima. A digestão anaeróbia contribui significativamente para este objetivo ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa, como metano e dióxido de

carbono, que são liberados quando resíduos orgânicos se decompõem em aterros sanitários. Ao capturar e utilizar esses gases para a produção de energia, a digestão anaeróbia ajuda a mitigar os impactos das mudanças climáticas, promovendo um ambiente mais limpo e saudável.

O ODS 17 foca em parcerias e meios de implementação. A promoção da digestão anaeróbia em comunidades carentes frequentemente envolve a colaboração entre governos, organizações não governamentais, empresas privadas e a própria comunidade. Essas parcerias são essenciais para fornecer os recursos técnicos, financeiros e educacionais necessários para implementar e manter sistemas de digestão anaeróbia. Além disso, a troca de conhecimentos e melhores práticas entre diferentes regiões e países fortalece a capacidade global de enfrentar desafios ambientais e sociais.

Assim, a digestão anaeróbia não só promove a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece a inclusão social e econômica, alinhando-se perfeitamente com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas.

4 Aspectos sociais e desenvolvimento de comunidades locais

A digestão anaeróbia tem um papel social bastante significativo, especialmente para comunidades locais e carentes. Ao transformar resíduos orgânicos em biogás e biofertilizantes, este processo promove a inclusão social e a autossuficiência de várias maneiras. As comunidades podem produzir sua própria energia renovável, reduzindo a dependência de fontes externas e de alto custo (substituição de gás de cozinha e/ou uso para geração de energia elétrica), enquanto o digestato pode ser utilizado como biofertilizante em hortas comunitárias para a produção de alimentos orgânicos, o que é particularmente importante em áreas remotas ou com infraestrutura limitada. Além disso, a implementação e manutenção de sistemas de digestão anaeróbia criam oportunidades de emprego local, desde a coleta de resíduos até a operação das instalações. A gestão adequada de resíduos orgânicos também reduz a proliferação de vetores de doenças, como moscas e ratos, melhorando as condições sanitárias e de saúde pública. Projetos de digestão anaeróbia frequentemente incluem programas de educação e capacitação, empoderando os moradores com conhecimentos técnicos e habilidades

práticas. Ainda, a redução de resíduos e emissões de gases de efeito estufa contribui para um ambiente mais limpo e saudável, beneficiando toda a comunidade. Esses benefícios combinados ajudam a construir comunidades mais resilientes, autossuficientes e inclusivas, promovendo um desenvolvimento sustentável e equitativo (D'AQUINO *et al.*, 2022, p. 1).

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2023**. Disponível em: https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/Panorama_2023_P1.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ANGELI, J. R. B. *et al.* **Digestão anaeróbica e integração em escala urbana: feedback e estudo de caso comparativo**. Energia, Sustentabilidade e Sociedade, v. 8(1), p. 29, 2018.

BOARETO, José A. **Laudato Si'**. Fundamentação teológica. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/cadernos/article/view/3938>. Acesso em: 4 set. 2024.

BOAS, A. P. V.; LUNELLI, B. H. Projeto de biodigestor e fotobiorreator para produção e purificação de biogás a partir da codigestão anaeróbia. **Engenharia Urbana em Debate**. São Carlos, v. 4, n. 2, 2023. <https://doi.org/10.14244/engurbdebate.v4i2.119>.

BRIGAGÃO, G. V. *et al.* (2021). A zero-emission sustainable landfill-gas-to-wire oxyfuel process: Bioenergy with carbon capture and sequestration. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 138, p. 110686.

CHEW, K. R.; LEONG, H. Y.; KHOO, K. S.; VO, D. V. N.; ANJUM, H.; CHANG, C.K.; SHOW, P.L. (2021). Effects of anaerobic digestion of food waste on biogas production and environmental impacts: a review. **Environmental Chemistry Letters**, v. 19(4). doi.org/10.1007/s10311-021-01220-z.

D'AQUINO, CAMILA AGNER, *et al.* Biogas potential from slums as a sustainable and resilient route for renewable energy diffusion in urban areas and organic waste management in vulnerable communities in São Paulo. **Sustainability**. 14.12 (2022): 7016. doi.org/10.3390/su14127016.

DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. **Plataforma de Ação Laudato Si'**. Disponível em: <https://plataformadeaca-laudatosi.org/>. Acesso em: 4 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Encíclica Social Laudato Si'**. Sobre o cuidado com a Casa Comum. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 4 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Laudate Deum**. A todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 4 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Motu proprio Humanan Progressionem**. Com a qual institui o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral. Disponível em: <https://www.humandevlopment.va/pt/il-dicastero/motu-proprio.html>. Acesso em: 4 set. 2024.

GONG, Rosana; LUNELLI, Betânia Hoss. Exergy analysis of biogas production from sugarcane vinasse. **BioEnergy Research**, 2024, 17.2: 1208-1216.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, New York, NY, USA, 3056 pp. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>.

IRENA (2022). **World Energy Transitions Outlook 2022: 1.5°C Pathway**. International Renewable Energy Agency, Abu Dhabi. Disponível em: www.irena.org/publications. Acesso em: 2 set. 2024.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social**. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

NAGARAJAN, D.; VARJANI, S.; LEE, J.; CHANG, S. (2021). Sustainable aquaculture and animal feed from microalgae-Nutritive value and techno-functional components. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 150, 111549. doi.org/10.1016/j.rser.2021.111549.

ONU – **Organização das Nações Unidas (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas (2022). **World Population Prospects 2022: Summary of Results**. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas (2019). **The Sustainable Development Goals Report 2019**. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

WILLIAMS, D. S.; COSTA, M. M.; SUTHERLAND, C.; CELLIERS, L.; SHEFFRAN, J. (2019). Vulnerability of informal settlements in the context of rapid urbanization and climate change. **Environment & Urbanization**, v. 31(1), p. 157-176. [doi:10.1177/0956247818819694](https://doi.org/10.1177/0956247818819694).

O caminho para um futuro mais sustentável e consciente



Educar para a cidadania ecológica é um desafio e uma necessidade urgente no mundo em que vivemos. A cada dia, os sinais de que precisamos cuidar melhor do nosso planeta se tornam mais evidentes. Desde o aumento das temperaturas até a perda de biodiversidade, é crucial que comecemos a agir de maneira mais consciente. E é aí que a educação entra como uma ferramenta poderosa para promover essa mudança.

Ao pensarmos em educar para a cidadania ecológica, percebemos que não se trata apenas de transmitir conhecimento sobre o meio ambiente, mas de inspirar um profundo respeito e responsabilidade por tudo que nos cerca. Acredito firmemente que, ao educarmos nossas crianças e jovens sobre a importância de *cuidar do planeta*, estamos semeando as bases para um futuro mais sustentável e harmonioso.

A educação ambiental deve ser uma prioridade em nossas vidas. Quando ensinamos desde cedo a importância de preservar a natureza, reciclar, economizar água e energia, estamos criando cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios ambientais. E essa educação não deve se limitar à sala de aula; deve fazer parte do nosso cotidiano, envolvendo toda a comunidade.

Precisamos entender que a educação ambiental é fundamental para formar cidadãos conscientes. Quando as crianças compreendem a importância de cuidar do meio ambiente desde cedo, elas crescem com valores sólidos e um senso de responsabilidade pelo mundo que as rodeia. Além disso, a educação ambiental ajuda a desenvolver habilidades críticas e a compreensão das interconexões entre os sistemas naturais e humanos.

Além disso, quando as crianças são postas em contato com a natureza, elas desenvolvem um amor e respeito profundo por ela. A alegria e o entusiasmo que elas mostram ao ver os animais em seu habitat natural é contagiante.

É essencial que a educação para a cidadania ecológica vá além das paredes da sala de aula. Devemos integrar práticas ecológicas no nosso dia a dia para que essas ações se tornem hábitos. Um exemplo simples é a compostagem doméstica. Transformar restos de alimentos em adubo é uma maneira eficaz de reduzir o lixo e enriquecer o solo.

Outra forma de integrar a educação ecológica no cotidiano é promover o uso de transportes sustentáveis. Incentivar o uso de bicicletas, caminhadas e transporte público reduz a emissão de gases poluentes e melhora a qualidade de vida.

É fundamental que a educação para a cidadania ecológica envolva toda a comunidade. Quando trabalhamos juntos, podemos alcançar resultados muito mais significativos. Projetos comunitários, como hortas urbanas e programas de limpeza de espaços públicos, são excelentes formas de engajar a população e promover a sustentabilidade.

Na minha cidade, Morros, MA, por exemplo, especificamente a Escola Família Agrícola Nossa Senhora do Rosário tem a missão de formar jovens do meio rural e de comunidades de pesca, favorecendo o conhecimento e com ele novas perspectivas de vida. A comunidade escolar é formada pelos familiares dos alunos, professores, ex-alunos, agricultores da região, amigos e parceiros que, reunidos, buscam despertar a consciência de seu valor e autoestima, bem como estratégias para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia, e com elas a superação também da pobreza. As atividades da escola são desenvolvidas com espírito de comunhão e aprendizado coletivo que perpassam as aulas teóricas, o cuidado com os animais e plantas até o cultivo de hortaliças que serão consumidas nas refeições dos professores e alunos e normalmente também dos seus familiares. É o projeto chamado *Alimentar para Educar*, que inclui uma Horta Comunitária. Nesse espaço, os filhos dos agricultores

se reúnem para cultivar alimentos orgânicos. Além de promover uma alimentação saudável, o projeto fortalece os laços comunitários e educa todos sobre a importância da agricultura sustentável.

Participar dessa iniciativa está sendo uma experiência profundamente enriquecedora para mim. Primeiramente, sinto uma conexão maior com as pessoas e com a natureza. É emocionante ver pessoas comprometidas em desenvolver um respeito pela natureza e responsabilidade ambiental. A cada colheita, percebemos o impacto positivo das ações, reforçando a importância de práticas agrícolas sustentáveis e da união comunitária.

Além disso, campanhas de conscientização sobre o consumo responsável também são essenciais. Reduzir o uso de plástico, por exemplo, é uma ação simples que pode ter um grande impacto. Quando vamos às compras, levamos nossas próprias sacolas reutilizáveis e evitamos produtos com embalagens excessivas. Essas pequenas mudanças, quando adotadas por muitas pessoas, fazem uma diferença significativa.

Assim, a escola Família Agrícola Nossa Senhora do Rosário é um lugar em que a educação se entrelaça com a espiritualidade em que cada gesto transforma vidas, permitindo que cada jovem e família floresçam

como as plantas que cultivam, em um solo fértil de fé e de esperança.

Educar para a cidadania ecológica é, sem dúvida, um caminho para um futuro mais sustentável e consciente. Quando incorporamos a educação ambiental em nossas vidas e incentivamos práticas sustentáveis, estamos fazendo nossa parte na proteção do planeta para as futuras gerações. Acredito que, com pequenas mudanças em nosso cotidiano e um esforço coletivo, podemos fazer uma grande diferença. Afinal, cuidar do meio ambiente é uma responsabilidade de todos nós.

Juntos, podemos construir uma sociedade mais justa e sustentável, em que o respeito ao meio ambiente seja um valor central. Vamos continuar educando, inspirando e agindo para promover a cidadania ecológica e garantir um futuro melhor para todos.

Magnólia Santos Rodrigues

Pedagoga, faz parte da diretoria da Escola Família Agrícola Nossa Senhora do Rosário, Morros – MA, e trabalha com Marketing Digital. Endereço: Rua 4, Quadra I, Casa 1 – Solar dos Lusíadas, CEP: 65065-684 São Luís – MA. E-mail: maguysol@hotmail.com.

A Educação Popular é o espaço do coletivo, onde a participação de todos os envolvidos é elemento inerente no processo de construção dos saberes. A fala tem a capacidade de despertar e de envolver, de desenvolver e de fortalecer relações recíprocas de cuidado e de cidadania no território.

O que dizem as mulheres do Movimento de Educação de Base?

 **Revista MEB**
de Educação Popular

 **meb**
Movimento de Educação de Base



Nação Zumbi
Distrito Federal (DF)

São Sebastião – DF: **Projeto Nação Zumbi**

[Assista ao vídeo](#)

 **Revista MEB**
de Educação Popular

 **meb**
Movimento de Educação de Base



Cozinha Criativa
Distrito Federal (DF)

Itapoã – DF: **Projeto Cozinha Alternativa**

[Assista ao vídeo](#)

 **Revista MEB**
de Educação Popular

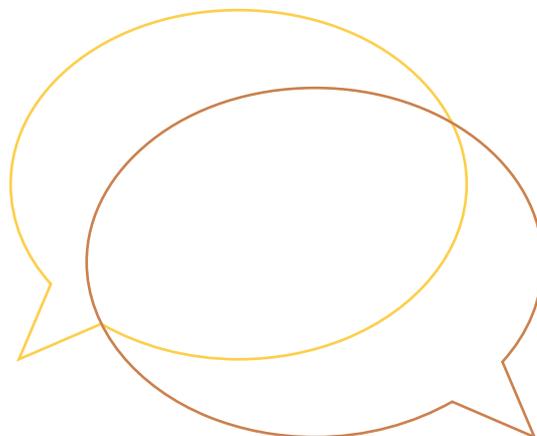
 **meb**
Movimento de Educação de Base



Projeto Jardim Educativo Laudato Si
Distrito Federal (DF)

Assentamento Dorothy – DF: **Projeto Jardim Educativo**

[Assista ao vídeo](#)



Educar para a Cidadania Ecológica

Marcos Sorrentino¹



ENTREVISTADO: Marcos Sorrentino

Esta entrevista foi concedida ao MEB/Brasília em outubro de 2024.

Revista MEB: Como você define “cidadania ecológica” e qual a importância dela no contexto atual de crises ambientais?

Marcos Sorrentino: Cidadania ecológica é atuar por um novo mundo possível! É compreender os enormes desafios sociais e ambientais do momento atual, buscando nexos de causas e consequências para os diferentes tipos de sofrimento humano (eventos extremos climáticos, como as queimadas e as enchentes; falta de moradia, emprego e terra para produzir; fome, sede e dificuldade de acesso à água e aos alimentos, em quantidade e qualidade suficiente para a manutenção da vida; discriminações e violências racistas e de gênero; entre outras) e as possibilidades de superá-los em direção à felicidade e aos aprendizados para todas as pessoas.

Como dizia o médico colombiano, José Abad, assassinado por forças paramilitares em seu país, todo ser humano necessita acesso aos “5 A” — Ar, Água,

Alimento, Abrigo e Afeto! Enquanto as sociedades humanas não possibilitarem a todos os seus membros o acesso a eles, os “5 A”, não teremos cidadania ecológica possível.

Certamente, esse acesso é necessário, mas não será suficiente para modificar uma cultura consumista e predatória que coloca o ser humano como “rei da natureza” e a ele faculta destruir todas as demais espécies e sistemas naturais de suporte à vida, em toda a sua diversidade. Cultura que vem sendo difundida pela modernidade e seus sistemas econômicos e políticos hegemônicos - o “capitalismo neoliberal” e o “comunismo de estado” que participa do mesmo modelo de globalização da economia capitalista.

Outros modos de vida e visões cosmogônicas existem e resistem. Com elas é preciso dialogar na busca de caminhos que possibilitem aos sapiens hominídeos superarem os impasses do momento atual.

É necessário compreender a nova realidade climática e assumir o apocalipse anunciado e vivenciado de forma cada vez mais intensa, como uma oportunidade para mudanças profundas, que não apenas mitiguem e promovam adaptações no modelo organizacional, de produção e consumo e nos desejos e modos de vida hegemônicos, mas também promovam outras perspectivas culturais, que nos aproximem de nós mesmos e de nossos propósitos existenciais mais profundos.

Perspectivas que incentivem a todas e a cada uma das pessoas que nesta Terra habitam ou vão viver, a repensarem o que as fazem felizes e como a solidariedade, sincrônica e diacrônica, com a nossa e com as demais espécies com as quais compartilhamos este Planeta, pode contribuir para renovar a nossa vontade de viver e aprender.

Revista MEB: Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de práticas voltadas para a cidadania ecológica nos espaços educativos?

Marcos Sorrentino: A compreensão de espaços educativos ou educadores que nos anima é a deles serem todos os territórios relacionais que compar-

¹ Professor e ativista da causa ambiental. Docente sênior da USP, no departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiróz. Atualmente é diretor de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

tilhamos durante toda a nossa existência. Todas as oportunidades relacionais são possibilidades educativas e podem ser sistematicamente planejadas para se tornarem educadoras.

O principal desafio na implantação e implementação de práticas voltadas para a cidadania ecológica é a de romper com o ciclo de alienação, promovido de forma ativa pelo modo de vida hegemônico.

É o desafio de promover o diálogo Eu-Tu, tão bem descrito por Martin Buber. O diálogo comigo mesmo, com o meu silêncio e com o refinamento da minha capacidade de ouvir o Outro, seja ele outra pessoa, a natureza em geral, o meu corpo, a história e as crenças, minha e dos antepassados, enfim, a capacidade de compreender criticamente as paixões e as situações com as quais nos deparamos ao longo da vida.

Certamente os espaços educadores devem promover exercícios sistemáticos de compreensão histórica e contextualizada da problemática socioambiental. Promover o estudo, a pesquisa e o desenvolvimento da razão científica. Devem também promover a contemplação, a meditação, o silêncio e a observação ativa, o diálogo com as paixões e com a intuição.

Espaços educadores não são sectários e discriminadores. Promovem o diálogo que coloca em suspensão pressupostos e se abre ao outro. Aproximações que não anulam a exposição de conhecimentos prévios de nenhum dos participantes, mas os colocam disponíveis e dispostos a aprender juntos.

A cidadania ecológica foca nos desafios da existência humana nesta Terra. Os da sobrevivência, relacionados ao equilíbrio ecológico dinâmico, mas também os da melhor existência emocional, psicológica e espiritual.

Espaços educadores que promovem a “cidadania ecológica” podem estar nas escolas e nas comunidades, nas mídias sociais e nas campanhas que promovem a participação, nos espaços públicos ou nas mudanças de atitudes e hábitos cotidianos.

Os desafios também passam por ações educadoras não descontinuadas. A educação ambiental precisa ser permanente, continuada, articulada e com a totalidade das pessoas de cada território relacional. Isto exige a elaboração de projetos político-pedagógicos de forma participativa, com a elaboração constante de diagnósticos, monitoramentos e avaliações do processo e dos seus impactos formativos.

Revista MEB: De que forma a educação popular pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ecológica crítica entre estudantes, educadoras(es) e comunidades?

Marcos Sorrentino: A história do Brasil propiciou a formação e atuação de pessoas como Paulo Freire, Moema Viezzer, Carlos Brandão, Moacir Gadotti, Eda Tassara, Madalena Freire e tantas outras educadoras e educadores, que influenciaram e influenciam uma educação ambiental popular, antirracista e climática, agroecológica e comprometida com a soberania alimentar, dentre outras frentes de atuação que caracterizam o seu compromisso com o “bem viver”, a frugalidade e simplicidade voluntária e com valores não materialistas que podem ajudar a superar a ganância, o individualismo e a competição, tão típicas dos dias atuais.

Pedagogia da alternância, ecopedagogia, educação ambiental crítica, educação ambiental climática, educação ambiental revolucionária e emancipatória e tantas outras variações, carregam propostas de transformação social que dialogam com o campo da educação popular.

Movimentos sociais, como o MST (Movimento dos e das Sem Terra), o Fórum Popular da Natureza, o MPA (Movimento da Agricultura Camponesa ou de Pequenos Agricultores), a Central de Movimentos Populares e os Movimentos de luta por moradia (é indecente, por exemplo, um Brasil com seis milhões de moradias vazias e praticamente o mesmo número de famílias sem teto), movimentos ambientalistas ou ecológicos, de educação ambiental, com suas diversas redes de articulação, agroecologistas e de restauração florestal, dentre outros, contribuem com o desenvolvimento de uma consciência ecológica crítica entre os seus participantes - não apenas por gradativamente estarem assumindo mais e mais bandeiras do campo da sustentabilidade socioambiental, mas também por promoverem o diálogo e a organização na busca e conquista de direitos humanos e da natureza.

Dentro das Escolas há o rebatimento dos aprendizados desses movimentos, mas ainda há muita resistência que reforça a difusão de uma lógica conteudista e disciplinadora, voltada à formação de mão de obra domesticada para servir ao mercado.

Propostas como “Escolas Sustentáveis”, formuladas pelo Ministério da Educação, nos governos Lula

e Dilma, enunciadas como proposições para os currículos, gestão, espaços e construções e para a relação com as comunidades, apontam para a lógica de uma consciência ecológica crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidades.

A educação popular contribuiu e pode contribuir ainda mais, incentivando e apoiando educadoras(es), estudantes e comunidades em geral a fazerem cotidianamente o exercício do aprendizado compartilhado e da escuta da/na diversidade. O Aprendizado do diálogo de corpo inteiro, com o corpo e com a alma.

Revista MEB: Como a cidadania ecológica pode ser integrada ao currículo escolar de maneira prática e interdisciplinar?

Marcos Sorrentino: Como disse acima, ela pode ser incorporada pelos gestores da escola, promovendo uma gestão participativa, com instâncias e procedimentos transparentes de tomada de decisão, com estudantes, profissionais da educação (professoras(es) e servidoras(es) administrativos e operacionais) e comunidade escolar. Deve estar presente na escolha dos conteúdos e método/técnicas que partam da realidade da comunidade escolar e promovam a participação a partir da diversidade de repertórios e histórias de vida.

Deve também estar presente na definição de seu PPP (Projeto Político-Pedagógico) participativo e na definição dos objetivos de ensino/aprendizagem da Escola. Precisa estar presente na organização dos espaços de aprendizagem, considerando que o meio comunica. A criação de um clima institucional cooperativo e solidário, também faz parte dos pré-requisitos para integrar a cidadania ecológica no currículo escolar.

Construções com materiais apropriados à realidade local, arquitetura que leve em consideração o conforto ambiental e a redução do consumo de energia, a economia de água e o seu reaproveitamento, a existência de espaços para o contato com a terra, com as sementes, com as árvores e os animais, deve estar no leque de possibilidades a serem acionadas pela gestão da escola e por toda a comunidade escolar, dentro das possibilidades que cada realidade oferece e exige.

Ela, a cidadania ecológica, pode e deve, acima de tudo, ser integrada ao currículo escolar, por meio das atividades junto à comunidade onde a escola está inserida. “Estudos do meio”, “ensino por solução

de problemas”, “estudos de caso”, “jogos de papéis”, “projetos de extensão”, oficinas de futuro”, são alguns exemplos de pedagogias ativas que possibilitam a sua inserção, de maneira prática e interdisciplinar.

Revista MEB: Quais estratégias você considera mais eficazes para engajar comunidades e indivíduos na promoção de ações sustentáveis e ecológicas e que promovam o cuidado com a casa comum?

Marcos Sorrentino: A participação dialógica na solução de problemas eleitos pelos participantes como prioritários para o envolvimento deles. O estudo das possíveis soluções irá exigir a pesquisa e o aprendizado. Precisam ser pautados por uma compreensão, a ser desenvolvida pelos responsáveis pelo planejamento educacional, sobre o que é e quais são os cuidados necessários e possíveis com a casa comum.

Revista MEB: Qual o papel dos educadores e das educadoras, em inspirar uma cultura de responsabilidade ambiental entre os estudantes e comunidades educativas?

Marcos Sorrentino: Dar o testemunho! Desenvolver em si, uma cultura de responsabilidade ambiental, ou socioambiental, como atualmente se tornou mais comum a nomear. É importante lembrar, desde os primórdios do movimento ecológico ou ambiental, a questão social e educacional está na sua base.

Essa cultura de responsabilidade ambiental, para além de ser buscada em nossas vidas cotidianas, revendo valores e desejos consumistas e individualistas, pode ser alcançada pela prática de planejamento compartilhado de processos educadores que promovam o estudo e aprendizado crítico, contextualizado e dialógico. Atividades educacionais que promovam o autoconhecimento e a busca de propósitos existenciais.

O papel de educadoras e educadores é sempre o de liderar o envolvimento das comunidades educativas. Uma liderança que muitas vezes é exercida com a construção da arena de diálogo e com o protagonismo compartilhado.

Revista MEB: Como você vê a relação entre justiça social e justiça ambiental na construção de uma cidadania ecológica e do bem viver?

Marcos Sorrentino: Justiça, social e ambiental, são duas faces de uma mesma moeda.

Uma cidadania ecológica e do bem viver objetiva propiciar, a todas as pessoas que habitam este Planeta, o pleno acesso aos já mencionados “5 A” e aos intrigantes desafios de buscarem os seus propósitos existenciais e de desenvolvimento integral de suas capacidades físicas, intelectuais, psicológicas e espirituais.

Superar as injustiças sociais, é também superar as diversas formas de degradação ambiental — a ocupação dos fundos de vale, margens de rios e encostas de morro, com submoradias e a aglomeração em concentrações urbanas de péssima qualidade, têm relação direta com a falta de acesso à terra e às moradias; muitas das doenças que mais matam crianças e pobres estão relacionadas à falta de saneamento básico; a invasão de terras indígenas ou públicas, o garimpo e a grilagem, que expulsam a agricultura familiar, muitas vezes são promovidas por interesse econômico poderosos, que se utilizam da miséria e da pobreza para as colocarem à frente dos desmatamentos, queimadas e outras formas de avanço das fronteiras da degradação; muitas das doenças modernas, estão associadas ao consumo de agrotóxicos nos alimentos, nas águas e no ar; o tráfico de animais silvestres e riquezas minerais, também se utiliza da pobreza e/ou da ambição desmesurada de enriquecimento individual.

Enfim, a construção de uma cidadania ecológica exige o cultivo de valores próximos aos que os povos tradicionais desenvolveram, relacionados à amizade, à convivencialidade, ao amor e ao diálogo pacífico. Valores que são expressos pelo conceito de “bem viver” atribuído aos povos originários que viviam o seu dia a dia sem a ganância e a busca do acumular desmesuradamente, em nome de um ideal de segurança para si e para os seus descendentes.

Revista MEB: Quais esperanças e horizontes podemos vislumbrar para a educação popular e a promoção de uma proposta educativa pautada pelo cuidado com a casa comum?

Marcos Sorrentino: Enquanto Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, estamos empenhados em apoiar a construção de uma política pública comprometida com a educação popular e com os cuidados com a casa comum, por meio de quatro frentes:

1. Centros, Núcleos e Equipamentos Sociais que possibilitem o apoio a processos educadores socioambientalistas, capilarizados e enraizados, para enfrentar a descontinuidade das políticas governamentais, exercitando a perspectiva de políticas públicas policêntricas e autogestionárias;
2. Formação de formadoras e educadores socioambientalistas, populares, antirracistas, climáticos, agroecologistas, dentre outras qualidades necessárias a transição para sociedades sustentáveis;
3. Comunicação e informação, por meio de processos integrados de educação, comunicação de massa e nas mídias sociais, campanhas e disponibilização de informações por meio amigáveis de navegação apropriados aos distintos sujeitos que buscam conhecer e aprender;
4. Incidência política, criando fluxos entre as vozes das comunidades e as arenas de tomada de decisão, nos municípios, estados, nacionais e internacionais.

As esperanças e os horizontes se delineiam, desvelam-se e desvendam-se, ao caminhar. É importante que sejam compartilhadas(os) e estabeleçam conexões com forças humanistas e emancipatórias, de todos os tempos. Forças comprometidas com o bem viver, com a paz e o amor, entre humanos e destes com todos os seres com os quais compartilha-se este pequeno e belo Planeta Terra.

Ecologia integral e cuidado da criação



ENTREVISTADA: **Moema Miranda**

Moema Maria Marques de Miranda

Possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Atualmente é professora do Instituto Teológico Franciscano. É doutoranda em Filosofia na PUC RJ, na área de Filosofia e Questão Ambiental. Tem experiência em temas ambientais, tendo atuado durante vários anos junto a organizações não governamentais, na organização do Fórum Social Mundial. É secretária da Rede Igrejas y Minería, com atuação na América Latina. Acompanha comunidades e organizações de base ligadas a Igreja Católica na Amazônia.

Em entrevista concedida ao MEB, em outubro de 2024, Moema Maria Marques Miranda enfatiza as características de um novo tempo para a terra. Afirma: “É impossível não ouvir seus gritos e permanecer indiferentes!”.

Chamados a estabelecer relações fecundas entre os humanos e com toda a criação, a ecologia integral nos coloca em conexão com todas as coisas.

Para isso, desconstruir conceitos e princípios, em uma profunda conversão de rota, é o desafio de todos nós, que desejamos ser mais e cuidar mais!



Moema Miranda
Teóloga

[Assista ao vídeo da Entrevista](#)

O Projeto Rodas de Educação e Cultura no trabalho junto à população de rua na cidade de Recife: canteiro do plantio e escolha das sementes

*Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá.
Roda Viva (Chico Buarque)¹*

O projeto Rodas de Educação e Cultura teve seu plantio no Recife, em abril de 2023, na Casa do Pão, com o objetivo de acolher e atender as necessidades básicas cotidianas de pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade social. Este foi um legado material do 18º Congresso Eucarístico Nacional, realizado na capital pernambucana em novembro de 2022, que integra a Arquidiocese de Olinda e Recife/AOR.

Na ocasião, o então arcebispo Dom Fernando Saburido, membro do Movimento de Educação de Base (MEB), convida esta entidade para realizar um trabalho socioeducativo na Casa do Pão. Este convite se dá em consideração às experiências do MEB ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, de cultivo à educação popular voltada para os mais pobres.

Este convite trouxe, mais uma vez, o MEB a Recife, e, junto a esta instituição, o desafio de alargar os seus objetivos, com a inclusão de novos sujeitos – a população de rua. Mediante um cenário social complexo, essa população tem demandado maior atenção por parte das sociedades com vistas ao enfrentamento desta que é, atualmente, uma questão global.

Ancorado no pensamento crítico-reflexivo, o projeto promove diálogos, articula saberes, problematiza a realidade concreta em que hoje se encontra a população em situação de rua de Recife. Esta ação exige comprometimento da sociedade e encontra no MEB e na Casa do Pão, a possibilidade de ampliação do espaço efetivo de debate e de ações conjuntas. A pers-

pectiva é a do compromisso, da corresponsabilidade, da luta diária pela garantia do direito à participação e à inserção cidadã desses sujeitos.

Esta é uma proposta que visa priorizar a vida digna, justa e solidária, a qual segue na contramão do modelo civilizatório hegemônico do mundo atual. Cotidianamente, textos, contextos, imagens, vozes e sons, afrontam, provocam, denunciam, causam indignação. A *roda viva* neoliberal arranca roseiras e tenta arrastá-las para a desigualdade, competitividade, meritocracia, racismo estrutural, desesperança.

Nesse cenário, Freire (2021, p. 15) reafirma a sua “[...] crítica à *malvadez neoliberal*; o cinismo de sua *ideologia fatalista e sua recusa inflexível ao sonho e à utopia*”. A ideia do autor corrobora essa discussão, principalmente quando isso se refere aos mais pobres, que vivem no limiar das políticas públicas e sem acesso aos direitos básicos fundamentais, condição na qual se encontram as pessoas em situação de rua.

O debate sobre as questões voltadas às pessoas em situação de rua tem sido ampliado no Brasil e no mundo. A pandemia, ocasionada pela Covid-19, descortinou mazelas às quais a população de rua está submetida. Entre elas a mais flagrante: a fome. A fome fere crianças, adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas, além de violar os direitos humanos ao negar a possibilidade de ser e viver em sociedade.

Em meio a essa conjuntura espinhosa, com tantos sinais que negam a vida, o início do projeto do MEB-Recife, em 2023, aponta movimentos de esperança e solidariedade em prol da vida digna para todos e todas. E assim, expande vozes, entrelaça mãos, ganha corpos mais robustos, vira algumas páginas da História, independente de cor, raça, credo, etnia, sexualidade, gênero, religiosidade, deficiência, contexto socioeconômico.

É importante ressaltar que alguns fatores vêm contribuindo para esta expansão, tais como: 1. A política nacional do governo Lula, reduz em um ano a inse-

¹ Referência à música Roda Viva, de autoria do cantor, compositor e escritor Chico Buarque de Holanda.

gurança alimentar severa no Brasil em 85% (Brasil, 2024). Cerca de 14,7 milhões de brasileiros e brasileiras saem dessa condição; 2. A Campanha da Fraternidade, de forma recorrente, trabalha o tema *Fraternidade e Fome - "Dai-lhes vós mesmos o que comer"* (Mt 14-16); 3. O Relatório do Censo Pop Rua (parceria da Prefeitura do Recife com a Universidade Rural Federal de Pernambuco/UFRPE) (Brasil, 2024), disponibiliza um conjunto de dados que podem contribuir para novos estudos, pesquisas, programas, projetos e outras iniciativas de criação e ampliação de políticas públicas, assim como ações intersectoriais da sociedade organizada, com o foco nas necessidades e interesses das pessoas em situação de rua.

Neste cenário, o projeto Rodas de Educação e Cultura ousou plantar a *roseira mais linda que há*. Roseiras que não são carregadas (pra lá), à mercê das ventanias, mas florescem nos canteiros da participação democrática, da justiça e da dignidade humana. Assim como as injustiças, as desigualdades, a miséria, podem ser enfrentadas, corrigidas, curadas.

Sobre esse plantio, segue uma breve incursão sobre o início do projeto, começando pela seguinte indagação: afinal, por que atuar junto à população de rua no Recife?

Porque ainda há muita gente nessa situação. Pessoas que têm seus direitos violados, pouco acesso às políticas públicas básicas, vínculos afetivos quebrados, a humanidade negada. Além da fome do alimento, esses sujeitos também sentem fome de acolhimento, de convívio, de direitos assegurados, de acesso aos bens educacionais e culturais.

O Papa Francisco, em sua Encíclica *Fratelli Tutti - sobre a fraternidade e a amizade social* - nos provoca a refletir sobre a convivência humana, orienta a construir a cultura do encontro, a buscar o diálogo, a conversa tranquila ou a discussão apaixonada. Esclarece que esse caminho exige perseverança, pois é feito também de silêncios e sofrimentos, capaz de recolher pacientemente a vasta experiência das pessoas e dos povos. O Santo Padre nomeia com propriedade a população que precisa ter prioridade no âmbito da boa política. "No meio da atividade política, 'os mais pequeninos, frágeis e pobres devem enternecer-nos: eles têm o "direito" de arrebatá-la nossa alma, o nosso coração'" (Francisco, 2020, n. 194).

O projeto do MEB na Casa do Pão

*A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá*

Erguida na Rua do Imperador, centro do Recife, a Casa do Pão se destaca por sua arquitetura histórica, pela missão que abraçou junto à população em situação de rua, e pelo burburinho das grandes filas nos horários de refeições. Fazem parte desta população de rua, uma maioria de jovens e adultos em idade economicamente ativa, pessoas idosas, e esporadicamente crianças e adolescentes que acompanham os seus familiares.

São vários os serviços disponibilizados pela Casa do Pão, tais como alimentação, lavanderia, banheiros e chuveiros, distribuição de roupas, atendimento médico, religioso, jurídico. Conta ainda com parcerias institucionais não governamentais e governamentais, a Prefeitura do Recife, o MEB, instituições educativas, organismos religiosos e voluntários em diversas áreas de atuação.

Neste cenário multidisciplinar, o Projeto Rodas de Educação e Cultura (também chamado de Roda de Conversa), desde abril de 2022 tem desenvolvido suas atividades, sob a coordenação colegiada da equipe de educadores do MEB/Recife. Trata-se de um grupo de professores, educadores populares, psicólogas, socióloga, assistente social, colaboradores do Movimento de Cursilhos da Arquidiocese de Olinda e Recife, de movimentos sociais e pastorais católicas.

Esse grupo de educadores(as) têm como princípio possibilitar às pessoas, excluídas social e economicamente, o acesso ao acolhimento, ao debate de ideias, à aprendizagem significativa. O acolhimento se apresenta como uma possibilidade para que este público possa compreender, averiguar, interpretar, criticar, transformar o mundo, por meio da problematização da vida, da ampliação cultural, do exercício cidadão, a partir do chão onde estas pessoas pisam.

Com relação aos objetivos, vejamos alguns que foram traçados para este projeto: 1. Colaborar com a construção de uma sociedade justa e ética; 2. Vivenciar processos de cidadania e participação social; 3. Participar comunitariamente com proposições para

as políticas públicas voltadas às necessidades das populações mais pobres e excluídas; 4. Fortalecer a identidade pessoal, os vínculos comunitários, o exercício da solidariedade e da amizade social; 5. Refletir sobre princípios éticos (liberdade, igualdade nos direitos, corresponsabilidades, respeito à diversidade, justiça social), e vivenciar valores que dão sustentação às sociedades democráticas (participação, tomada de decisão, autonomia, protagonismo, empatia, indignação, crença no ser humano, superação de injustiças, concretização de projetos pessoais e coletivos).

Esses objetivos estão em convergência com as linhas que sustentam as ações do MEB na atualidade, as quais estão voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos, à ecologia integral, ao direito à aprendizagem ao longo da vida, ao acesso à aprendizagem de linguagens verbal e digital, às campanhas da fraternidade e às questões afetas às juventudes na atualidade.

Idas e Vindas: começos e recomeços

Logo após a Semana Santa de 2023, na Capela Irmã Dulce dos Pobres (2º andar da Casa do Pão), o padre franciscano Frei Aloísio Fragoso, a convite da coordenação do projeto, trouxe uma reflexão sobre o sentido da Páscoa. Juntos(as) estavam as pessoas em situação de rua, denominadas acolhidos(as), a equipe que atua da Casa do Pão e os educadores membros do MEB. Este pode ser considerado o marco do início de nossa caminhada.

A partir de então, os educadores se mobilizaram para um processo de apresentação do projeto e de diálogo, junto ao público assistido, com vistas a oportunizar a essas pessoas, protagonistas neste contexto, a expressão de suas ideias acerca do trabalho ora iniciado. Como resultado foram colhidas sugestões, tais como a realização de atividades envolvendo música, contação de histórias, filmes, palestras, trabalhos de artes plásticas, debates sobre os problemas que afligem esses sujeitos, temas ligados à saúde, ao trabalho, aos direitos, entre outros.

O trabalho junto aos assistidos teve início à noite, após a refeição. Houve interesse e, ao mesmo tempo, curiosidade e desconfiança quanto ao convite feito pelos educadores, conforme as reações apresentadas a seguir: “Conversar? Vão dar o quê?”; “Subir pra uma reunião? Pra quê?”; “Eu vou pra ver como é”; “Vai dar alguma coisa?”; “Só pra conversar?”; “Eu vou, quero saber o que é

isso”; “Tô muito cansado, tia”; “Quero saber de conversa não”; “Eu preciso é de um trabalho, conversa não”; “Quero saber como é essa reunião”.

Mediante este cenário de desafios, os(as) educadores(as) conseguiram algumas adesões e a avaliação era sempre positiva. Sentiam-se vistos, ouvidos, era um raro momento de leveza em suas vidas. Mas competíamos com a dura realidade de quem não tem onde se abrigar, com o cansaço de um dia vagando pelas ruas. Estas pessoas gostavam das reuniões, mas havia pressa em sair, pois precisavam conseguir lugar menos precário para dormir, chegar a tempo de entrar nos abrigos públicos, repousar o corpo sofrido.

No mês de novembro de 2023 surgiu um outro desafio. Um assistido causou um grave tumulto mediante a necessidade de ter-lhe sido aplicada a regra de suspensão do seu acesso à Casa do Pão. Por esse motivo, as atividades do Núcleo MEB foram temporariamente interrompidas. Este foi um problema que o grupo de educadores(as) enfrentou exercitando o esperar, dialogando, no sentido do fortalecimento mútuo. As atividades foram retomadas no mês de fevereiro de 2024.

Caminho metodológico: as rodas de conversa como ponto de acolhida

*Roda mundo, roda-gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração (...)*

As rodas de conversa são realizadas semanalmente e se apresentam como caminhos estratégicos que possibilitam a construção do aprendizado coletivo, o qual se dá por meio da partilha de experiências, do diálogo e da escuta no grupo. Este processo possibilita a reflexão e conduz à busca de soluções possíveis para os problemas que afligem esses sujeitos. Essas pessoas também têm direito a participar de debates em torno do que lhes diz respeito, direito a um projeto de mundo em que se reconheçam sujeitos (não objetos), construtores de uma nova humanidade, de uma outra história, de um outro desenho de sociedade.

Nesse sentido, a metodologia do Ver, Julgar (Discernir) e Agir sustenta a base dessas rodas de conversa, conforme abaixo representado:



A roda traz o texto oral, escrito, imagético, contextos de vida, de convívio grupal, comunitário, social, afetos, memórias, silêncios, desabafos, dores, sentimentos represados, indignação, esperança, recomenços. Esses elementos giram na roda como em uma ciranda, em que, para funcionar bem, as mãos são dadas, o passo entra no compasso, a voz é orquestrada, afinada, afiada, rebelada, consensuada.

E é nesse “canto de acolhida” que acontecem a escuta, os depoimentos, a partilha de experiências, a socialização de necessidades, as angústias, as indignações dos sujeitos. Outro giro importante da roda é o momento de processar as demandas advindas do processo de escuta e dos encaminhamentos, momento em que se exercita o consenso, a tomada conjunta de decisões, a percepção dos passos dados.

O giro da roda se alarga quando o grupo compreende a importância de não deixar apenas nas mãos dos outros a extraordinária tarefa de reconstruir pessoal e coletivamente a sua própria história e a história de todos e todas.

A dinâmica das rodas

Esta atividade acontece quinzenalmente às segundas-feiras, a partir das 16 horas, com duração de aproximadamente 90 minutos, segundo planejamento do grupo, mas com flexibilidade para priorizar as demandas dos acolhidos. Lideradas pela equipe MEB, contam com a participação de 20 a 25 acolhidos. Alguns assíduos, outros esporádicos. Eventualmente contamos com colaboração de convidados(as) para aprofundar temas mais específicos, ou para uma atividade artística pontual.

De modo geral, o primeiro momento da Roda é de rápida apresentação dos novos participantes, seguido

de exercício respiratório. A dinâmica das Rodas sempre parte de momentos de debate (grande grupo ou grupos menores) com temas acordados coletivamente (calendário regional, necessidades, conjuntura local, entre outras). Para tornar concreto o intuito de servir, partilhar, é oferecido pequeno lanche: café e biscoitos. Atentos à construção conjunta do saber proposta por Paulo Freire, todo o tempo há a valorização da escuta de suas falas e a descoberta da importância de valorizar as falas dos(as) companheiros(as). O encerramento dos trabalhos do dia se dá em dois momentos: sucinta avaliação e oração espontânea protagonizada por um ou mais acolhidos.

Algumas temáticas trabalhadas

Sob o eixo transversal da identidade pessoal e comunitária, os temas foram gestados e geraram outros, em movimentos circulares, por meio dos quais o grupo retorna os aprendizados anteriores e sinaliza projeções de novos temas. Entre os giros das rodas, seguem alguns temas trabalhados:

Liberdade – a fábula da águia e da galinha (Leonardo Boff) com jogos teatrais e muita arte;

Cultura nordestina – ciclo junino e a vida de viajante (Luiz Gonzaga), formação da Banda de Forró Pão de Milho; Auto de Natal; Fraternidade e amizade social; Folia com muita alegria; Amizade; Afrouxando nós e apertando laços; Esperança; Operários (Tarsila do Amaral) / Sobreviventes (participantes da roda); Nossos Direitos Humanos; Espelho de nós (Milton Nascimento); Mais uma estação; A palavra e o mundo nos livros; Discutindo preconceitos (Liliana Iacocca); Pai; Grito dos Excluídos – Vida em primeiro lugar.

Efeitos alcançados: impulsionamento à abertura de debates; interações de saberes e trocas de experiências; exercícios participativos, construções coletivas; expressões artísticas; protagonismo e valorização dos trabalhos realizados em grupo.

Por hoje, as palavras são essas...

*No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá.*

Atuar junto às pessoas em situação de rua requer abertura para aprender sempre: exercitar a escuta,

a empatia, valorizar as diferenças culturais e identitárias, afirmar direitos, vivenciar valores e expressar afetos.

Hoje, há quase dois anos de existência, a Roda de Educação e Cultura do MEB - Recife na Casa do Pão demonstra os seus feitos, ainda que de forma amostal, em meio ao contingente de pessoas que diariamente pedem passagem na Casa do Pão. Mas, principalmente, constata o muito que se pode e se deve buscar fazer para que além da fome do pão, as pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social possam cada vez mais reunir para se encontrar, compartilhar, sentir-se aprendizes ao longo da vida.

Mas é preciso considerar que qualquer ação nesse sentido, por mais modesta que seja, deve ser grande. Conectada a um cenário maior de defesa e promoção da vida. Pensar globalmente e agir no local em que se vive e convive. Essa é uma atitude inteligente perante a vida e o mundo.

Nas cartas encíclicas *Laudato Si'* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020), o Papa Francisco convoca a Igreja para uma saída definitiva, para uma conversão ecológica, para uma sinodalidade em prol da Casa Comum, em que todas as gentes têm direito à vida, e vida plena.

Espera-se, por fim, que este projeto promova leituras críticas da realidade e possibilite que cada uma dessas pessoas se encontre consigo mesma, com o outro e com a cidade, alargando, cada vez mais, sua coautoria, sua compreensão do espaço-tempo em que vivem e de seu posicionamento consciente e responsivo diante da realidade.

Que este projeto seja também referência para recriação de outras iniciativas, e que as comunidades de periferias urbanas e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social conquistem espaços de cidadania plena, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática, justa, solidária e inclusiva, com práticas de cuidado da Casa Comum.

Deve-se, portanto, buscar a promoção dessas comunidades, acolher as suas demandas mais prementes e criar vínculos concretos de amorosidade fraterna, com vistas à educação para a cidadania ecológica.

Núcleo MEB – Recife, inverno de 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023, conforme dados extraídos de Relatório da ONU sobre a Insegurança Alimentar Mundial (SOFI2024)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 16 ago. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si'***: sobre o cuidado da casa comum. Doc. 201. São Paulo: Ed. Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***: sobre a fraternidade e a amizade social. Doc. 210. São Paulo: Ed. Paulinas, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

Experiências de intercâmbio teórico-prático no contexto do Grupo de Estudo do MEB (GEMEB)

Este texto visa compartilhar experiências de intercâmbio teórico-prático no Grupo de Estudos do MEB (GEMEB), formado em agosto de 2023. Seu objetivo é compreender a Educação Popular como um compromisso ético que exige uma análise crítica da realidade, o respeito aos saberes diversos e a valorização dos espaços de aprendizagem, com a intenção de ampliar e aprofundar os processos formativos.

O grupo é constituído por educadores(as) populares atuantes nos núcleos do MEB, situados em diferentes localidades do país. Trata-se de um coletivo que apresenta uma diversidade de idades e experiências de saberes em diferentes comunidades. Participam ativamente na construção de um projeto de sociedade mais inclusivo e democrático para a cidadania.

Os encontros são realizados quinzenalmente, em formato on-line, por meio das rodas de conversa norteadas por aportes teóricos previamente selecionados. O GEMEB reflete sobre as congruências e contradições teórico-práticas que permeiam o tema escolhido. À medida que avança o processo interativo, mediado pelas ferramentas tecnológicas, os integrantes se organizam em subgrupos que para selecionar e compartilhar a obra a ser debatida na próxima roda de conversa, segundo cronograma acordado.

Inspiradas e mobilizadas pelas ideias de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, dentre outros de referência da educação brasileira e mundial, as rodas de conversa ocorrem a partir da análise da realidade, da manifestação de inquietações, e de proposição de novas opiniões. Essa prática expressa uma ação protagônica e colaborativa, que culmina na valorização de conceitos e experiências compartilhadas pelo grupo.

A base metodológica das ações do GEMEB tem como suporte o “Ver, Julgar e Agir”. O “ver” pode ser compreendido como a necessidade do grupo em problematizar situações e avaliá-las à luz da obra em discussão. A contextualização e análise da obra, em consonância com a realidade, pode ser compreendida como o princípio do “julgar”. A proposição de ideias e ações interventivas geradas por esta apreciação cor-

responde ao “agir”. Nesse movimento metodológico de interlocução teórico-prática o grupo se manifesta e amplia suas perspectivas sobre o papel do educador popular no contexto de sua realidade factual.

A participação no grupo tem se mostrado uma ação proativa, que contribui para ampliar a compreensão do fazer e do pensar na educação popular sob a perspectiva da dialogicidade. Pode também ser compreendida como uma forma de resistência e engajamento dos(as) educadores(as) populares frente às lutas em defesa dos direitos à educação e à inserção social.

A ação reflexiva e educativa surge da necessidade de aprofundar os estudos teóricos e seus impactos nas práticas educativas cotidianas dos(as) educadores(as) populares. Freire (1989, p. 33) nos diz que “Estudar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema”. O autor provoca a todos(as) ao afirmar que o ato de estudar é um desafio que envolve criar e recriar, e não apenas reproduzir o que ouvimos: “Estudar é um dever revolucionário” (Freire, 1989, p. 33).

Nessa direção, o compromisso do grupo deve se ancorar na necessidade de ampliar a visão de mundo, em uma postura político-pedagógica crítica e proativa diante dos tensionamentos resultantes de um sistema socioeconômico pautado na indiferença, marginalização e, conseqüentemente, na exclusão dos sujeitos de direito. Nesse sentido, educar para a cidadania ecológica requer um pensar holístico dos fundamentos teórico-práticos que sustentam a educação popular para fomentar o diálogo entre os atores que compõem este cenário, sendo essa uma ação mobilizadora de potencial expressão.

Esse repensar nos leva a refletir sobre o sentido da própria educação, conforme conceitua Brandão (1995). O autor afirma que a educação popular não é um modelo único e paralelo à prática pedagógica, mas sim um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, o que permite explorar o próprio sentido da educação. Nesse espaço de diálogo o grupo se organiza, compartilhando responsabilidades por meio de leituras, interações e debates.

A seleção dos textos direcionados aos estudos realizados pelo GEMEB tem convergido para os eixos que fundamentam as linhas de ação do MEB, os quais têm como princípios a defesa e promoção dos direitos humanos, a ecologia integral, o direito à aprendizagem ao longo da vida, o acesso à aprendizagem voltada para a linguagem verbal e digital, as campanhas da fraternidade e as questões voltadas às juventudes na atualidade. Além disso, a escolha das obras diz respeito à atuação dos(as) educadores(as) populares em suas práticas pedagógicas cotidianas nas realidades em que trabalham, o que consolida essa atuação em um movimento constante de exercício entre teoria e prática.

Até o momento, pode-se mostrar as reações de participantes do GEMEB por meio das expressões* que seguem:

- “Todas as obras socializadas e estudadas, ou mesmo reestudadas, trouxeram a perspectiva de aprofundamento, ressignificação e recontextualização de uma educação popular voltada para os desafios contemporâneos e para a complexidade social que vivemos. Somos, então, desafiados a enfrentar esta realidade em seus múltiplos aspectos”;
- “Essas obras nos ajudam a entender a educação como um processo de participação democrática e como um direito. Além disso, elas fogem da perspectiva mercadológica e utilitarista, colocando a pessoa humana no centro das relações”;
- “A necessidade de uma luta coletiva para enfrentar esses desafios aponta para o potencial da educação popular como um coletivo estratégico no enfrentamento pela garantia do direito à educação e à inserção social. Essa é uma estratégia fundamentada na concepção libertadora e progressista, legado do pensamento freireano”.

Mas, por que a educação popular está tão fortemente associada ao nome de Paulo Freire? Clodovis Boff, citado em Freire e Nogueira (1993, p. 3), afirma que Freire é “o que melhor interpretou e com mais felicidade formulou uma verdadeira ‘pedagogia do oprimido’, uma autêntica ‘educação libertadora’ [...]”. Segundo o autor, essa concepção libertadora busca uma prática de educação nas mais diversas áreas do trabalho popular, seja em nível sindical e partidário, ou nas diversas associações e movimentos sindicais.

Freire e Nogueira (1993, p. 34) corroboram essa ideia ao afirmar:

[...] entre as mulheres da favela há conhecimento (conhecimento cada vez mais claro) de que, nas reuniões e discussões, buscamos pautas sobre suas vidas e sobre a favela. Assim, pode haver um ‘corrimão’, que é o seguinte: estamos nos reunindo em torno de nossos temas e buscamos mudanças mais amplas nesta sociedade em que sobrevivemos.

Pensar na educação popular como esse “corrimão”, como uma possibilidade de acesso e interação na comunidade, pode estimular processos participativos e, conseqüentemente, o sentido do trabalho coletivo. Com base nesses princípios teórico-práticos, o GEMEB tem evidenciado que a indissociabilidade desse processo é de fato essencial para o diálogo e questionamentos acerca do cenário atual.

É neste cenário que o grupo vem se constituindo. Trata-se de um coletivo que se identifica, se reconhece nessa responsabilidade e se compromete com o “agir” como forma de luta e enfrentamento dos processos que potencializam a exclusão social. Para ilustrar, seguem outras expressões(*), dos/as participantes do grupo, com base nos estudos e nas rodas de conversa:

- “O espírito do(a) educador(a) popular, que toma consciência das mudanças diárias em si e na relação com os outros, revela um mundo contraditório, mas não imutável, sobretudo por meio de um agir coletivo”;
- “Somos mais humanos na medida em que tomamos consciência de que podemos e devemos construir um mundo diferente, melhor, onde todos tenham oportunidades iguais, com direitos e deveres iguais”;
- “As desigualdades existem, a invisibilidade e as diferenças são marcantes, mas podemos sonhar, mudar e agir em cada ação diária”;
- “O GEMEB é uma forma de Amizade Social”.

O GEMEB segue ressignificando o diálogo sob uma perspectiva democrática e inclusiva. Este relato é também uma forma de reconhecimento do empenho dos(as) educadores(as) que seguem com firmeza, dedicação e determinação na trilha do Saber, Viver e Lutar, lema do MEB.

Agradecimentos

A todos(as) os(as) integrantes do GEMEB externamos o nosso respeito e consideração, e o desejo de que continuemos a propor e realizar ações conjuntas voltadas para educar para a cidadania ecológica.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer? Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Contato:

<https://www.facebook.com/movimentodeeducacaodebase/>

<https://www.instagram.com/mebsocial>

(*) Dados compilados dos relatórios advindos do formulário de avaliação realizada ao final de cada encontro do grupo.

Contribuição da metodologia do Movimento de Educação de Base – MEB, na formação dos educadores populares e demais envolvidos na educação de jovens e adultos – EJA, do projeto MEB e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no estado do Ceará

Maria Auxiliadora Antunes dos Santos
Movimento de Educação de Base–MEB

“A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação.”
(Paulo Freire)

RESUMO: Este artigo é resultado de um trabalho realizado pela equipe pedagógica do MEB no estado do Ceará, no período de 2013 a 2016 e visa mostrar o processo de seleção e de formação de educadores e educadoras populares e demais envolvidos(as) na Educação de Jovens e Adultos – EJA, do Projeto MEB/PRONERA e de como a metodologia do MEB colaborou estimulando a investigação, a autonomia, a crítica, a ética e a competência do educador e da educadora, tendo em vista o desenvolvimento integral do(a) educando(a). A metodologia adotada fez com que esses trabalhadores e trabalhadoras assentados (as) ou acampados (as), se sentissem parte do processo educativo, considerando o seu fazer cotidiano uma abordagem reflexiva e crítica.

Palavras-chaves: Formação. Educadores populares. EJA.

Introdução

O Movimento de Educação de Base – MEB, fundado como um movimento de educação, opera atualmente na vasta área da educação popular, com ações voltadas para a garantia e defesa dos direitos das classes menos favorecidas, nunca deixou de atuar na alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, criando condições para a continuidade dos processos educativos por meio da escolarização, mesmo que findo o período de alfabetização.

Na sua longa história, o MEB foi precursor, no Brasil, da educação a distância, por meio das escolas radiofônicas, destinadas especialmente aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo, às comunidades quilombolas e às comunidades indígenas. Quanto à alfabetização, criou subsídios didático-pedagógicos, como o “*Viver é Lutar*”, sendo notório o problema da inadequação dos textos de leitura, em uso na época, para os destinatários. E além da alfabetização, implantou cursos de capacitação destinados às comunidades do campo tais como cooperativismo e associativismo.

Superados os anos da dura repressão sofrida no estado de exceção, entre os anos de 1964 e 1980, mas na década de 1980 o MEB voltou a desenvolver novo trabalho de alfabetização e de formação de educadoras e educadores populares com ênfase na organi-

zação das comunidades rurais e urbanas, objetivando articular com outras instituições.

Há mais de meio século, realiza ações diretas de educação não formal em diversas regiões do país, baseado no desenvolvimento pedagógico dos princípios filosóficos de Paulo Freire e no método “Ver, Julgar, Agir e Rever”. É esse método a base adotada para fazer essa proposta de educação acontecer.

O método

O método **VER-JULGAR-AGIR-REVER** é um método prático de formação das nossas ações que nos tira da acomodação, despertando a consciência crítica e nos levando a assumir compromissos na transformação da sociedade. Esse método ajuda educadores (as) e educandos (as) a situar-se diante da realidade concreta e encaminharem uma ação transformadora para melhorar, corrigir e até transformar uma realidade, avaliando a caminhada e o engajamento do grupo envolvido.

Na educação, esse método parte das reais necessidades dos (as) educandos (as), clareia o conteúdo diante das vivências, propicia vincular a teoria à prática, envolve as pessoas, permitindo a participação de toda a comunidade, dá vida e significado ao conteúdo do tema gerador, alegra o ambiente, provocando a participação de todos (as), desenvolve a capacidade de observação e compromisso, estimula a criatividade, o trabalho grupal, a corresponsabilidade, dá mais segurança diante dos desafios e barreiras e ainda evita a improvisação mediante o planejamento das aulas.

Esse é um método circular que consiste em uma sequência de etapas e de atividades que serão desenvolvidas em conjunto e não devem acontecer separadamente.

VER – conhecer a realidade: não se trata de observá-la de modo passivo. Trata-se de mergulhar na realidade, ou seja, inserir-se e envolver-se na comunidade em que se atua, ajudando o (a) educando (a) a superar suas dificuldades, suas limitações e seus problemas. Dessa forma, educador (a) e educando (a), parceiros na comunidade em que vivem, devem observar atentamente os fatos, procurando ver o sentido profundo deles e, antes de tudo, delimitar a realidade a ser observada no país, na região, no bairro, no grupo familiar das pessoas assentadas e/ou acampadas que lutam por um mundo melhor. Para abordar a realidade, é necessário, também, atentar-se aos aspectos econômico, político, social e ideológico.

JULGAR – analisar e compreender a realidade observada: para julgar a realidade vivida e observada, devemos discutir analisar e compreender as situações da comunidade: analisando as causas e as consequências dos fatos observados, questionando criticamente o que se vê, captando o sentido profundo dos fatos e discernindo o que está a serviço da comunidade. Diante dos fatos observados, exige-se humildade, escuta, conhecimento, bom senso e disposição para aprender algo novo, sendo capaz de superar preconceitos e mudar opiniões.

AGIR – transformar a realidade: o Agir é o momento de encaminhar uma ação transformadora da realidade constatada e criticada. Quando falamos em Agir, não entendemos meramente de fazer coisas. O “Agir” significa trabalhar um conjunto de ações com potencial para mudar essa realidade, ter uma nova atitude diante da vida, uma transformação pessoal e integral da pessoa. É o resultado natural do “Ver” e do “Julgar”, comprometimento de toda a comunidade que procura abrir os olhos para ver melhor a realidade. O “Agir”, na educação, tem um significado profundo que vai além das aparências. Por meio da nossa ação é que podemos contribuir para a transformação da história.

REVER – avaliar, ver de novo: é tomar consciência hoje do que fizemos ontem para melhorar o agir de amanhã. A revisão serve para ver o envolvimento de cada um. Em cada ação devemos parar para fazer revisão da caminhada, num processo de aprendizagem, valorizando as conquistas, mesmo que pequenas, e assumindo os erros. Essa é a parte mais importante do método e normalmente é esquecida. O Avaliar é um novo ponto de partida do método, porque é um novo VER que exige um novo JULGAR para dar sequência ao AGIR. Esse método é um método dinâmico e forma uma espiral que nos lança sempre para a frente numa caminhada contínua na construção do saber.

A contribuição do MEB na formação de educadoras e educadores populares

O objetivo do nosso estudo é verificar a contribuição da metodologia do MEB na formação dos (as) educadores (as) e demais envolvidos (as) na Educação de Jovens e Adultos – EJA, do Projeto MEB/PRONERA, realizado nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. Queremos mostrar como se deu, no âmbito desse projeto de alfa-

betização, o processo de seleção e de formação das educadoras e educadores, resultado de um trabalho realizado pela equipe pedagógica do MEB no estado do Ceará, no período de 2013 a 2016.

1 Da seleção às formações iniciais e continuadas dos (as) educadores (as), coordenadores (as) pedagógicos (as), supervisores (as) técnicos (as) pedagógicos (as) e administrativos (as), bem como do coordenador (a) local

Os educadores (as) que participaram das ações de Alfabetização e Escolarização no Projeto do MEB/PRONERA são do acampamento ou assentamento onde moram e estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio e poucos (as) estão cursando o Ensino Superior.

Os principais critérios para a seleção dos educadores (as) foram o envolvimento em atividades do assentamento ou acampamento e, preferencialmente, um maior nível de escolaridade. A própria comunidade indicou os nomes para assumirem as salas de aula como educadores. Esses critérios de seleção respeitaram o edital e o Manual do PRONERA.

Após a seleção, cada educador (a) procurou formar a turma em que atuaria por oito meses na Alfabetização e oito meses na Escolarização.

Com a turma já formada, e conhecido o espaço onde deveria acontecer a alfabetização, inicia-se o processo de formação inicial em cada estado e nela, os educadores (as) tomam conhecimento da metodologia do MEB: Ver, Julgar, Agir e Rever. Aprendem a planejar, a trabalhar em grupos, arrumar a sala de aula, a lidar com o educando (a) jovem e adulto, para só depois iniciar um trabalho prático de aprendizagem. Participam também dessa formação o (a) Coordenador (a) Pedagógico (a), os (as) Supervisores (as), os (as) Técnicos (as) Pedagógicos (as) e Administrativos (as) bem como o (a) Coordenador (a) local.

Os (as) coordenadores (as) locais foram selecionados (as) pela comunidade, respeitando os critérios do edital e o Manual do PRONERA. São beneficiários (as) do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, possuem, no mínimo, formação completa do Ensino Médio e são responsáveis pelas visitas mensais às turmas.

O (a) Coordenador (a) Pedagógico (a), os (as) Monitores (as) /Supervisores (as), Técnicos (as) Pedagógicos (as) foram selecionados (as) respeitando o Manual do PRONERA. Os (as) candidatos (as) preencheram uma

ficha de Seleção e elaboraram um texto escrito sobre um assunto pertinente à educação do campo e os (as) selecionados (as) nessa primeira etapa fizeram uma entrevista com coordenadores (as) do MEB.

Os (as) Monitores (as) / Supervisores (as) acompanham as ações no campo com visitas às turmas e participam das ações de formação, bem como das oficinas mensais de planejamento.

Nessas visitas, são colhidos dados por meio de observação do trabalho do (a) educador (a) e educando (a) para o planejamento dos plantões pedagógicos uma vez por semana, e capacitações continuadas uma vez por mês, garantindo assim, uma formação mais próxima da realidade. Nesse contexto, os (as) participantes do processo de alfabetização e escolarização desenvolvem um olhar crítico sobre a ação pedagógica, a partir de reflexão sobre a ação à luz da pedagogia de Paulo Freire e a compreensão de que a organização do trabalho pedagógico é fundamental para uma prática eficiente. Os educadores (as) desenvolvem não só o domínio dos conteúdos de ensino, como também, sua capacidade de planejar, estabelecer relações, elaborar conclusões e aplicá-las às situações diferenciadas.

Dessa forma, educadores (as), coordenadores (as) locais, Supervisores (as), Técnicos (as) Pedagógicos (as) e Coordenador (a) Pedagógico (a), vão construindo o espaço de ensino e de aprendizagem, no qual a teoria e a prática são vivenciadas dia a dia.

Nas capacitações, prioriza-se o trabalho de grupos, favorecendo, assim, o diálogo, a socialização, a solidariedade, o cooperativismo, possibilitando o desenvolvimento do (a) educador (a) como um todo, resultando em coordenadores (as) e educadores (as) solidários (as), autoconfiantes, reflexivos (as), críticos (as), com melhor autoestima, participantes ativos da sociedade, conhecedores (as) da metodologia Ver, Julgar, Agir e Rever; e, dessa forma, desenvolvem competências para lidar com os conteúdos de forma contextualizada e lúdica.

Essa experiência é bastante significativa, principalmente por oferecer aos (às) educadores (as) o conhecimento sobre a cultura do (as) educandos (as) e também por ter proporcionado a todos (as) envolvidos (as) no projeto a oportunidade de aprender e ensinar de uma forma prazerosa, além de tornar o (a) aluno (a) ativo (a) frente à solução de certas situações do seu dia a dia, melhorando dessa forma a qualidade de vida da comunidade.

Para Freire (2002), o ponto de partida para a sistematização do conhecimento deve ser o saber que o aprendiz traz consigo da cultura, esse saber ingênuo de experiência, feito apenas da cultura oprimida. Embora não se esgote nela, o conhecimento do adulto sobre sua realidade é bastante grande. Provavelmente é aquilo que ele mais sabe. Afinal, é com ela que ele estabelece a quase totalidade das suas relações. Sendo assim, sabendo que para atingir o desconhecido é preciso partir do já conhecido, o (a) educador (a) de adultos deverá iniciar sua tarefa a partir daquilo que os (as) alunos (as) mais conhecem: a própria realidade. Mas, para que possa ser estabelecida essa ponte entre o conhecimento dos (as) educandos (as) e do (a) educador (a), é indispensável que este (a) conheça também essa realidade que servirá como mediação no diálogo educador/educando.

Segundo Freire (1967, p.107)

A educação é vista como uma relação horizontal. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Portanto, dialogando e, sobretudo, escutando, são planejadas as formações inspiradas em Freire (1986), que diz: “[...] ensinar não significa transferir conhecimento, mas sim criar meios favoráveis para sua própria produção ou a sua construção, principalmente para um alfabetizador preocupado em formar um cidadão capaz de ler o mundo”. Assim, trabalham-se os conteúdos de forma dialogada e participativa, articulando-os com o contexto sócio-histórico-cultural do (a) educando (a).

Lembramos, durante o trabalho, que a inclusão do jovem e do adulto no mundo letrado deve ser feita da forma mais prazerosa possível. Portanto, nas formações, os conteúdos e a metodologia Ver-Julgar-Agir e Rever recebem atenção especial e não podemos esquecer o que já foi falado: que os jovens e adultos trazem saberes e experiências de vida que devem ser o ponto de partida para aquisição do saber sistematizado e das competências e habilidades que serão desenvolvidas durante o processo de alfabetização e de escolarização.

Alguns valores e atitudes também são desenvolvidos para a aprendizagem como, por exemplo, o interesse em questionar, explorar, ler, escrever e interpretar os diferentes usos dos conteúdos, percebendo sua utilidade na vida cotidiana, bem como a curiosidade por conhecer a história desses conteúdos em diferentes grupos culturais.

Ressalte-se ainda que a função do (a) educador (a) é também encorajar o (a) educando (a) ao diálogo, a falar sobre sua cultura, buscando compreendê-la e se situar nela.

Ao encerrarmos as formações, percebemos que o educador precisa ser o mediador do processo de ensino e de aprendizagem, deve interagir com as representações do (a) aluno (a), isto é, identificar conceitos nas suas falas e produções, acompanhar o percurso da construção deles (as) para poder melhor orientá-los (as), conforme afirma D’Ambrósio (1986), na passagem do conhecimento espontâneo para o conhecimento elaborado, isto é, sistematizado.

Compreender o significado da metodologia do MEB na alfabetização e na escolarização, tanto nos aspectos da leitura como nos da escrita e cálculos, contribuiu para o (a) educador (a) entender melhor os atos de ler, escrever e calcular do (a) educando (a).

2 Resultados/impactos

Na intenção de conhecer os resultados do Projeto, a equipe do MEB realizou um encontro de avaliação final no período de 21 a 23 de março de 2016, na Serra da Preguiça – Maranguape – CE. O evento contou com a participação de educandos, educadores, representantes da equipe nacional e regional do Projeto. Por meio de várias dinâmicas de avaliação inferiu-se que a prática político-pedagógica em análise ultrapassou o enfoque da EJA como educação compensatória, ao construir uma visão mais ampla e permanente dos processos de aprendizagem. A função social da leitura e da escrita foi trabalhada nas vivências cotidianas da comunidade e a práxis educativa contribuiu significativamente para o avanço do processo de organização política e comunitária dos trabalhadores do campo.

Os resultados positivos das formações iniciais e continuadas ficaram evidentes nos depoimentos de educadores (as), coordenadores (as) e educandos (as) como citados a seguir:

De acordo com a Dorisvânia, coordenadora da região de Itapiúna e Aracati no Ceará:

Com o método do MEB, os educandos estão com mais autonomia e mais críticos e uma educanda disse: o que me motivou a participar das aulas foi o fato de ter entrado no banheiro errado, isto é, no masculino e não feminino, como consequência de não saber ler. Hoje isso não mais acontece, pois já sabe ler.

Maria das Graças, coordenadora pedagógica da região de Monsenhor Tabosa, Ceará, afirmou que o processo de educação vivenciado tem contribuído com a participação dos educandos na vida comunitária, tanto pela aquisição da leitura e escrita, quanto na formulação dos “discursos”.

A Educadora Aline Oliveira do Acampamento 1º de Maio/ Vassouras do Pajé, Sobral - CE diz que: “A educação de jovens e adultos é sem dúvida uma grande conquista da classe trabalhadora, é muito prazeroso passar por esta experiência transformadora”.

2.1 Relatos de educandos (as) e educadores (as) durante a avaliação final do Projeto no estado do Ceará-CE:

A maior mudança com este projeto na comunidade foi a escrita, pois temos educandos que já trocaram seu documento saindo de analfabeto de letras para alfabetizado. Isso foi importante para a comunidade e para nós como educadoras.

A aprendizagem da escrita e da leitura desenvolve o estímulo dos educandos para agir confiante na comunidade e ir em busca de novos conhecimentos.

Neste projeto, houve avanços, o sonho de muitos era escrever. Os educandos passaram em várias turmas de alfabetização e não conseguiram ler e, neste, conseguiram.

Centenas de pessoas tiraram novas carteiras de identidade e de trabalho.

Diminuição dos índices de analfabetismo nas áreas de reforma agrária.

Maior participação dos sujeitos nos eventos que necessitam de leitura e escrita.

A participação dos sujeitos na busca de projetos e nos financiamentos nos assentamentos.

Compreensão das conjunturas ocorridas no mundo.

A organização interna dos assentamentos e de algumas associações avançou bastante.

O convívio social ficou mais aflorado, mais aproximações, mais troca de convivência, ficando assim mais clara a participação na comunidade.

Melhorou a convivência com as pessoas e o conhecimento; modificou e fortaleceu as nossas lutas para buscar nossos objetivos.

Mais desenvolvimento de cada um deles, mais participação de cada um na comunidade e na família. Ex: nas atividades do assentamento.

Nos relatos vistos, os (as) educadores (as), coordenadores (as) e educandos (as), consideraram que, por meio do método adotado, foi possível maior proximidade entre educador (a) /aluno (a); maior desenvolvimento do senso crítico e da criatividade, capacidade para trabalhar em grupo, liberdade de expressão e participação ativa no conhecimento da realidade de sua comunidade.

Considerações finais

Enfim, podemos dizer que a utilização da metodologia Ver-Julgar-Agir-Rever, nas formações, oportunizou aos (às) educadores (as) desenvolver em sala de aula uma metodologia compatível com os interesses do (a) educando (a) permitindo que sejam os (as) co-autores (as) da história de vida da comunidade de que fazem parte e pela qual também são responsáveis.

A formação inicial e a continuada estão intimamente ligadas, pois a primeira se complementa e é ampliada pela segunda. É por meio dessas formações e de sua prática que os (as) educadores (as) conseguem conquistar sua autonomia, melhorando sua criatividade e o modo de se relacionar consigo e com os outros, bem como desenvolvendo competências para ensinar e aprender.

O Projeto MEB/PRONERA foi um espaço de aprendizagem e prática pedagógica, pois nele o (a) educador (a), aprendeu, entre outras coisas, a cultura do (a) educando (a) para poder estabelecer vínculos entre os conhecimentos intuitivos ou espontâneos que o (a) aluno (a) tem sobre os conteúdos com base em uma experiência cotidiana. Dessa forma, segundo Vygotsky (1984), o (a) educador (a), tomando conhecimento desses conteúdos, pode estabelecer pontes por meio de diálogos constantes com os (as) alunos (as), entre os conceitos espontâneos e os conceitos científicos. É necessário também que interprete, contextualize os conteúdos da EJA, considerando a realidade dos (as) educandos (as).

Considerando que o conhecimento é construído numa relação interativa entre o (a) educador (a) e o (a) educando (a), os (as) educadores (as) tornam-se mais motivados à participação, construtores (as) do seu próprio conhecimento, devido às várias estratégias utilizadas durante a sua formação inicial e continuada, bem como ao próprio contato com os (as) educandos (as).

De acordo com Freire (1986), o (a) educador (a) deve saber escutar, dialogar, querer bem ao (à) educando (a) e a afetividade deve constar no seu dia a dia de educador (a).

Esses (as) educadores (as), colocados (as) mais próximos (as) da realidade social e do trabalho de alfabetização, tornam-se mais críticos (as), com mais autonomia e com uma visão das condições de vida das pessoas que vivem na comunidade, conduzindo o desenvolvimento de suas potencialidades na descoberta de respostas aos problemas de seu dia a dia.

Ao longo dessa experiência com os (as) educadores (as), percebeu-se que, a cada dia, eles (as) se tornaram mais conscientes do seu trabalho, por começarem a compreender melhor, tanto a metodologia quanto os conteúdos, a partir dos fundamentos teóricos.

Dessa forma, deixaram de ocupar o lugar alienado e alienante daqueles que executam propostas elaboradas por outros, para se tornarem sujeitos efetivos do seu processo de trabalho, responsáveis pela transformação de sua prática e da comunidade na qual estão inseridos.

A certeza de que a prática na Alfabetização do MEB contribui para a formação desses(as) educadores(as) aparece em seus próprios relatos que revelam que essa participação está além de uma atividade prática. Sendo assim, o MEB constitui um espaço de aprendi-

zagem que, utilizando a metodologia Ver-Julgar-Agir-Rever, contribui para a formação de pessoas conscientes e comprometidas eticamente com a melhoria da qualidade de vida de todos e de todas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Proposta Curricular – 1º segmento**. Educação para Jovens e Adultos - Ensino Fundamental. São Paulo, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base Pro jovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**. Cadernos e subsídios, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações**. Brasília, Edição Revista e Atualizada, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7352 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**. 3. ed. São Paulo: Sumus e Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos. **Matemática para a formação do alfabetizador**. Brasília: Universa, 2003.

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos. Educação matemática: formação dos alfabetizadores de jovens e adultos. In: **Anais do 2º Congresso de Extensão Universitária**. Disponível em: www.ufmg.br/congrext. UFMG/ BH/ MG, setembro de 2004.

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos; AQUINO, Vânia. Formação de alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições da matemática e da língua portuguesa. **Revista Diálogos**, volume 04, junho/2004, p. 76-83.

SOUZA, Maria das Dores Alves; MOREIRA, Rejane Mary. **Relatório do encontro de avaliação final do projeto MEB/PRONERA-CE, Oficina de circuito**. Serra da Preguiça, Maranguape-CE, março de 2016.

VYGOTSKY, L. S. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984.

Seminário “Transição ou transação energética?”

Realizado em Fortaleza, de 2 a 4 de abril de 2024, o Seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões” congregou especialistas e uma diversidade de integrantes da sociedade civil, preocupados com os rumos da política energética, da transição energética, das políticas internacionais e nacionais do Brasil e suas implicações socioambientais no contexto atual.

Neste e no próximo ano, o Brasil, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sediará três importantes cúpulas internacionais de chefes de Estado: do G20 em 2024, dos BRICS e a COP 30, em 2025. As negociações internacionais continuam promovendo a expansão de políticas neoliberais que mercantilizam e financeirizam a vida e a natureza, resultando no aumento da violência, da miséria, da pobreza, das desigualdades e do aquecimento global, o que agrava a emergência climática que vivemos. O mercado, tal como constituído atualmente, privatiza a riqueza e socializa a miséria, a repressão e a destruição ecológica do planeta.

A participação das chamadas economias emergentes – a expansão do G7 para o G20 e a criação dos BRICS, por exemplo – não representa um afastamento da globalização neoliberal. O que temos visto é a aposta em políticas que promovem medidas de austeridade e de liberalização de mercados, agravando a situação de bilhões de pessoas afetadas cotidianamente pelas guerras e pelas crises econômica, social, sanitária, ambiental e climática que caracterizam os tempos atuais.

Renováveis: energia “limpa” para quem?

Um tema presente em todos esses espaços, negociações e diálogos internacionais é a transição energética. A COP 28, em Dubai, afirmou o compromisso pouco crível de substituir o petróleo e outras energias fósseis por energias renováveis. A título de exemplo, no Brasil mais uma rodada de leilões de petróleo aconteceu logo após a COP 28, o que foi apenas mais uma evidência da contradição entre o discurso e a prática governamental neste campo.

O que temos visto, e que ultimamente está amplamente documentado, é o avanço de mega estruturas de usinas eólicas e solares em terra e a projeção de 95 mega eólicas no mar (offshore) brasileiro, em escalas que causam e têm potencial de promover impactos devastadores sobre os territórios pesqueiros e ecossistemas marinhos. A expansão de renováveis está conjugada à projeção de produção de hidrogênio verde para exportação de commodity energética destinada ao Norte global. As consequências da compreensão da energia como mercadoria são perceptíveis na rápida proliferação de conflitos socioecológicos, bem como nas ameaças aos defensores e defensoras do meio ambiente. A proposta de transição energética está limitada em seu campo de ação ao sistema econômico, político e social existente, que até o presente momento não reconhece os limites planetários.

O seminário destacou uma preocupação central em relação à contradição evidente entre os objetivos proclamados pelo G20, particularmente aqueles relacionados à transição energética e outras metas cruciais, como a segurança alimentar e a luta contra a fome. Essa contradição manifesta repercute na competição por recursos e penaliza as populações na medida em que o orçamento, o financiamento dos bancos públicos, privilegia os negócios da expansão das mega renováveis, aprofundando o cenário de injustiça que predomina no país, em especial no nordeste brasileiro.

Megaemprendimentos afetam corpos e territórios



Usina eólica em Aracati (CE): conflitos socioambientais, praia privatizada e invasão de área quilombola.
Foto: Claudia Pereira/APC

A geração de energia eólica tornou-se uma das atividades mais rentáveis no país, com um ambiente seguro e confiável, por meio das políticas públicas, altas taxas de lucratividade e um marco regulatório flexível. Tratada como “energia limpa”, o fenômeno das eólicas manifesta muito da ideologia do desenvolvimento sustentável, na qual a retórica ecológica pode encobrir os verdadeiros impactos das escolhas realizadas. Não é por se tratar de uma matriz renovável que não existam danos ao meio ambiente e às populações locais. Além disso, muitos componentes, desde as pás dos aerogeradores até as linhas de transmissão, estão baseadas na exigência de matérias-primas e processos que não são “limpos”. Esses processos afetam também a saúde e a reprodução dos animais, devido ao barulho, sombra e resíduos.

A indústria eólica também afeta profundamente as comunidades próximas aos locais escolhidos para instalação dos aerogeradores que predominam no nordeste brasileiro. Por vezes invisibilizadas, essas populações acabam sofrendo com problemas como perda de território através de contratos de arrendamento profundamente injustos, terem o ingresso a determinadas áreas bloqueados, acarretando mudanças no acesso a bens naturais comuns disponíveis em manguezais, mar, terras agricultáveis, matas, além de situações de subemprego. Tanto o processo de construção quanto a operação das usinas afetam profundamente a saúde humana: seja pela poeira excessiva das obras, seja pela poluição sonora e visual (efeito sombra ou estroboscópico) dos aerogeradores em funcionamento, comprometendo a saúde mental e física das populações que vivem no seu entorno, decorrentes do barulho constante e mecânico das pás, e ainda as dermatoses e doenças respiratórias decorrentes da deterioração das fibras dos componentes de aerogeradores e pás.

Expansão com financiamento público e tarifa alta pagas pela população

O seminário também expressou preocupação com as repercussões da expansão das eólicas sobre o setor elétrico. A expansão das renováveis no nordeste exige investimento em linhas de transmissão da ordem de R\$ 2,8 bilhões no Ceará nos próximos cinco anos, e de R\$ 24,7 bilhões para o Brasil em novos projetos que estão incluídos no Programa de Expansão da Transmissão (PET) e no Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP), que visam, além do aumento da margem de escoamento da geração renovável para os centros

consumidores, trazer soluções para os problemas de sobrecarga e trazer a confiabilidade no fornecimento de energia para determinadas regiões do país.



Energia “limpa”: barulho, impactos na produção de alimentos, na sobrevivência comunitária, na fauna e flora. Foto: Flaviana Serafim/Jubileu Sul Brasil

A necessidade de investimentos na expansão das linhas de transmissão, inclusive contando com financiamento do BNDES, apesar dos benefícios a longo prazo supracitados, acaba por onerar o sistema elétrico e repercute em tarifas de eletricidade crescentes. À medida que os custos associados à construção e operação são repassados aos consumidores, estas têm sido subsidiadas pelo governo federal no contexto da privatização da Eletrobras.

O aumento das faturas de energia para a população, subsidiado pelo governo para mitigar o impacto nas famílias e no setor produtivo, evidencia um desequilíbrio que não pode ser sustentado a longo prazo. O financiamento público para a expansão da transmissão elétrica, por meio de bancos públicos, encarece ainda mais o sistema, sobrecarregando os consumidores e comprometendo a eficiência do setor.

Vale ressaltar que a grande novidade no setor eólico e de hidrogênio verde - esse último altamente consumidor de energia - é a expectativa de início da geração de energia eólica em alto mar (offshore). Já existem 95 projetos (IBAMA, 2024) desse tipo no Brasil em análise pelo órgão ambiental federal, e os planos apontam um potencial muito superior aos projetos on shore (continental). A maioria dos projetos previstos está diretamente relacionada com o capital internacional a exemplo da BI Energia (Itália), Neoenergia (Espanha), Shell (Reino Unido), Qair (França), Total (França), Equinor (Noruega), Shizen (Japão) e H2 Greenpower (Alemanha).

Descarbonização multiplica demanda por minérios e terras raras



Mineradora da Samarco e rompimento de barragem em Mariana (MG). Foto: Felipe Werneck/Ibama

Com relação à transição energética hegemônica, além da expansão das renováveis, temos um outro setor em expansão que se relaciona com a eletrificação e a transição energética em curso, que é a mineração. Os territórios em que se realiza e as populações que neles habitam serão profundamente impactados em relação às bases naturais de sustentação à vida. A descarbonização da economia, essencial para conter a crise climática, multiplica a demanda por minerais e terras raras estratégicas. A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a demanda de lítio foi a que mais cresceu e que, em apenas duas décadas, irá se multiplicar por 42. A demanda de cobalto se multiplicará por 25, a de níquel por 19, a de manganês por 8 e a de terras raras por mais de 7.

Ora, se a agenda internacional principal do governo Lula é o combate à fome, o que se observa de forma muito explícita é que um dos impactos do modelo de implantação de usinas eólicas e solares no Brasil é a restrição de atividades relacionadas à produção de alimentos (agricultura, pesca, coleta...) das comunidades afetadas, o que traz séria insegurança alimentar às mesmas. Além dos impactos sobre a saúde dos ambientes e às populações associadas.

Instituições financeiras ignoram critérios socioambientais

Restou evidente no seminário o contínuo e protagônico papel que as instituições financeiras multilaterais possuem nesse processo. O Banco Mundial

financia e desenha políticas públicas para a transição energética, emprestando aos países recursos destinados a este fim, mas que contribuem também para o aumento do endividamento público. Exemplo recente é a negociação, com a Caixa Econômica Federal, para um empréstimo de US\$ 500 milhões.



Troca de experiências em visita ao Quilombo do Cumbe foi parte da programação do seminário. Foto: Flaviana Serafim/Jubileu Sul Brasil

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concebe que o aproveitamento de recursos eólicos e solares será crucial para suprir o aumento na demanda por eletricidade no país, projetando uma redução da participação da energia hidrelétrica na matriz elétrica brasileira para algo entre 30% e 55%. A contribuição das fontes renováveis na matriz de geração de energia do Brasil continuará em ascensão, ultrapassando a marca de 90%. Há anos o Grupo BID vem estudando o potencial de implementação de um mercado de hidrogênio verde na América Latina e Caribe, ciente de que essa região possui a matriz elétrica mais limpa do mundo. Seu apoio a governos e ao setor privado da região através da assistência técnica, projetos, fundos concessionais, consultorias, estabelecimento de marcos legais, já o coloca à frente do financiamento de 11 das 12 estratégias regionais de hidrogênio em desenvolvimento e/ou em implementação.

No plano nacional, o financiamento é viabilizado principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em 2021, foram mais de R\$ 10 bilhões de crédito de longo prazo destinados ao setor, representando 58,3% a mais em relação ao ano anterior (Cenários Eólica, 2022).

Em novembro de 2024 teremos a reunião do G20 acontecendo no Rio de Janeiro.

O Governo brasileiro definiu sua agenda como presidente do bloco para esse ano: combate à fome e à desigualdade, reforma das instituições financeiras, governança global, mudanças climáticas e transição energética.

Ainda que o BNDES desempenhe relevante papel no fomento do setor de energia do país, ele não aplica importantes critérios socioambientais para a sua análise de risco e tomada de decisões com relação às suas carteiras de crédito e investimentos. O projeto Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Conectas Direitos Humanos, Instituto Sou da Paz e Proteção Animal Mundial, apontou que, em 2022, o banco levava em conta em suas políticas socioambientais de fomento para o setor elétrico tão somente 45% dos critérios exigidos pela sociedade civil para uma atuação responsável.

Transição energética para quem e como?

A partir desses temas, pretendemos aprofundar uma visão crítica desde a economia e a ecologia política: a quem interessa tudo isso? Quem ganha? Quem perde? – para contribuirmos com o debate, no Brasil, de que as comunidades não podem ser sacrificadas e chamadas a pagar a conta da transição energética. Trata-se de uma oportunidade para que organizações e movimentos sociais do país aprofundem e ampliem, no território brasileiro, estratégias de resistência ao capitalismo e de afirmação de propostas em defesa dos bens comuns e da vida.



Santa Quitéria (CE): assentamentos da reforma agrária afetados pela exploração de urânio.
Foto: Elena Meirelles/Instituto Terramar.

Nas encruzilhadas da busca por uma necessária transição energética justa, devemos reconhecer que as políticas de desenvolvimento para as fontes renováveis (eólicas, solar) e hidrogênio verde são influenciadas pelas estruturas de desigualdades de nossa sociedade, nas quais o racismo é fundante.

Essa realidade não pode ser negligenciada nos debates das políticas de desenvolvimento e de transição energética, nem nas análises das degradações e dos conflitos socioambientais associadas à expansão das renováveis.

Territórios de vida e dos povos não são mercadoria!
Energia renovável sim, mas não assim!

Fortaleza, 4 de abril de 2024

Articulação organizadora do seminário:

Adelco – Associação para Desenvolvimento Local
Co-produzido

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Cáritas Brasileira Regional Ceará

Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)

De Mãos Dadas Criamos Correnteza

ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria

Frente por uma Nova Política Energética

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

Instituto Terramar

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento de Atingidos por Renováveis (MAR)

Movimento Pela Soberania Popular na

Mineração (MAM)

Observatório da Cultura e Meio Ambiente (Unilab)

Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Rede Jubileu Sul Brasil

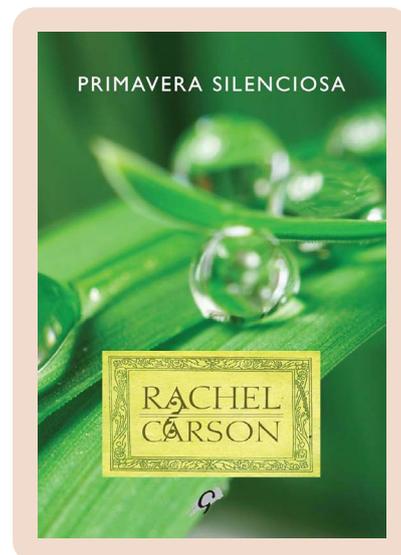
Primavera Silenciosa

Gabriele Cipriani¹

Por que uma outra resenha de um livro escrito há mais de 60 anos e editado e comentado no mundo inteiro? Não temos hoje a Encíclica *Laudato Si'*² de Papa Francisco? Certo. A encíclica é um convite apaixonado a dialogar sobre o nosso destino neste planeta, atualizando as problemáticas e engajando-nos na elaboração de uma nova cultura de ecologia integral. Mas voltar às fontes e sentir o *ethos* profético que esteve nas origens desta nova consciência nos permite revisitar os caminhos trilhados e repensar as decisões que nos colocam como atores no processo de transição ecológica e rompimento com os posicionamentos persistentes das elites neoliberais. Primavera Silenciosa é um daqueles livros que fez história porque abriu novas perspectivas, apontou para outras direções e estas, estranhamente, ainda nos dividem. “Encontramo-nos agora” — escreveu Rachel Carson — “no ponto em que duas estradas divergem. [...] A escolha, no fim das contas, cabe a nós” (p. 233).

A autora, Rachel Louise Carson (1907-1964), é uma escritora convincente, que nos toma pela mão e gentilmente nos diz: vem comigo, vamos descobrir os mistérios deste mundo maravilhoso a que pertencemos e as causas que apagam a vida e as belezas que contemplamos. Formada em Zoologia na Universidade de Maryland, EUA, ela integrou o grupo de cientistas e pesquisadores no *Bureau of Fisheries*, depois mudado em *United States Fish and Wildlife Service*, até o dia em que decidiu renunciar ao seu cargo no governo e questionar a política federal dos EUA. Seus livros surpreenderam e sensibilizaram um grande número de leitores. Antes de *Silent Spring* (1962), que foi seu último livro, foram publicados vários outros estudos, entre eles, lembramos os que podem ser encontrados facilmente nas livrarias no Brasil: Sob o mar vento (1941), O mar que nos cerca (1951), Beira-Mar (1955), todos pela Editora Gaia.

Não queremos, nesta resenha, repetir as numerosas e pertinentes reflexões, iniciativas, novas leis, organizações que a obra de Rachel Carson suscitou e alimentou nos últimos 60 anos e as polêmicas que a acompanharam, nem vamos apresentar os conteúdos do livro Primavera Silenciosa que, em linhas gerais, enquanto trabalho de divulgação científica, explica como o uso desenfreado de pesticidas nos EUA alterava os processos celulares das plantas, reduzindo as populações de pequenos animais e colocando em risco a saúde humana. Temos que renunciar também a um confronto dos diferentes contextos porque exigiria uma resenha mais longa. Podemos afirmar, porém, que todas as modernas questões da agenda ambiental, de uma forma ou de outra, estão presentes em Primavera Silenciosa, abrangendo assuntos que vão desde a contaminação do leite materno por produtos químicos e o multiplicar-se de variantes genéticas, até a paixão incontida pelo crescimento econômico a qualquer custo e a ameaça de guerra nuclear, hoje evocada, com indícios de tolice e brutalidade, por alguns governantes.



“

À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições dirigidas não só contra a Terra que ele habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele.

(Rachel Carson)

¹ Padre Gabriele Cipriani, assessor de Projetos do MEB, é de nacionalidade italiana, da cidade de Ceccano. É Doutor em Letras pela Universidade de Nápoles – Itália; graduado em Teologia pela Faculdade Teológica da Itália Meridional e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

²https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

Chama a nossa atenção o sentir inquieto e a atitude militante de Rachel Carson ao tratar da relação entre os seres humanos e a natureza. O problema de compartilhar a nossa Terra com outros seres vivos passa o tema constante: a consciência de que estamos lidando com a vida (p. 249). A inquietude sobre o nosso futuro no planeta Terra vem crescendo e os alertas se multiplicando ao aproximar-se de um *deadline* catastrófico, um tempo inadiável e sem retorno. O que nós podemos aprender e aprofundar na leitura desta obra é a mensagem ética dirigida aos humanos e a denúncia da cegueira e dos interesses das elites políticas e industriais, assim como o espanto pela omissão ou cumplicidade de estudiosos.

A denúncia pública do perigo de vida que a população estava passando devido ao uso abusivo dos produtos químicos, a destruição da flora e da fauna, tinha como alvo pressionar as autoridades para criação de leis especiais e mais severas que a questão dos pesticidas exigia. Ainda mais, apontava para o bem viver da humanidade e a formação de uma consciência comum sobre a necessidade de proteção do meio ambiente e a preservação da vida. “O controle da natureza” — escreve Carson — “é uma frase que exprime arrogância, nascida da era de Neanderthal da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existisse para a conveniência do ser humano” (p. 249). O presidente J. F. Kennedy, naquele ano de 1962, leu e tomou providências, mas houve, e continua existindo hoje, uma profunda resistência — política, econômica, cultural — uma percepção ainda inadequada que não consegue captar a urgência política e moral de uma verdadeira ecologia integral. “A consciência da natureza da ameaça ainda é muito limitada” — observa Carson. “Esta é uma era de especialistas: cada um deles enxerga seu próprio problema e não tem consciência do quadro maior em que ela se encaixa, ou se recusa a apreciá-lo” (p. 28). As principais questões ficam sempre em segundo plano. São as questões éticas que podem conflitar com os interesses dos maiores poluidores e destruidores do meio ambiente. As leis são criadas porque há direitos e deveres mal combinados, injustiças a remediar, potencialidades a revelar ou desbloquear, realidades infelizes a modificar, mas a abordagem resolutiva do assunto vem sendo irremediavelmente adiada, em nível nacional, a cada governo e, em nível internacional, a cada COP.

A nossa consciência precisa de conhecimento e de uma indignação ética — lembrava com insistência Paulo Freire — para estabelecer as bases e definir os contornos de uma nova cidadania para a qual temos necessidade de nos educar no atual contexto de produção para o descarte. O Ensaio sobre a cegueira, de José Saramago, nos faz lembrar a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam. O desenvolvimento de uma consciência ética que valoriza a vida em todas as suas formas, a relação da humanidade com a natureza da qual a vida depende, a necessidade de uma nova concepção civilizatória que não trate a natureza como objeto de domínio e de mercado, são as expressões da alma transparente que Rachel Carson manifestou nesta obra. “É curioso” — diz ela — “que o mar, do qual a vida se originou seja agora ameaçado por uma espécie de ser vivo. Mas o mar, embora sinistramente alterado, continuará a existir; em vez dele o que está sob ameaça é a própria vida” (Rachel Carson, outubro 1960, Prefácio à edição de 1961); e ainda: “A água, o sol e o manto verde da Terra, formado pelas plantas, constituem o mundo que sustenta a vida animal em nosso planeta. Embora o homem moderno dificilmente se lembre desse fato, ele não poderia existir sem as plantas que captam a energia do sol e fabricam os alimentos básicos de que ele depende para viver. Nossa atitude com relação às plantas é singularmente estreita” (p. 65)³.

A atual crise planetária — a poluição, o desmatamento, as monoculturas e o uso descontrolado de agrotóxicos, as mudanças climáticas — realça-nos como o desenvolvimento que tínhamos concebido já não é sustentável, como chegou o momento de questionar os paradigmas, esquemas, ações, comportamentos e perspectivas que nos guiaram até agora. “À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquistar a natureza,” — insiste a autora — “ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições dirigidas não só contra a Terra que ele habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele” (p. 83).

A ambiguidade, o contínuo alternar entre a racionalidade e a tolice, a divisão entre ativistas do ambiente

³ Wohlleben, Peter. ‘A vida secreta das árvores’. É outro livro que precisa ser lido especialmente em tempos, como o nosso, em que são incentivadas queimadas para passar a boiada ou quando destruímos os biomas com a fúria de “elefantes numa loja de louças”. Expressão de C.J. Brierjèr, citada por R. Carson (p. 77).

e negacionistas climáticos, projetos de esquerda e projetos de direita, está se tornando dramática com o passar do tempo. Atrelados ao capitalismo vigente, há quem continua acreditando que mais vale produzir do que preservar. Contudo, constatamos diariamente que a degradação ambiental e as mudanças climáticas já causam tragédias. O tempo mostrou que o ser humano não foi capaz de habitar sabiamente a terra, mas explorou-a, devastou-a, utilizou-a única e exclusivamente de acordo com as suas necessidades e ambições. “Arriscar tanto em nossos esforços para moldar a natureza conforme nossa satisfação e, ainda assim, falhar em alcançar nosso objetivo seria, sem dúvida, a ironia final (p. 208). Estamos correndo todo esse risco — para quê?” (p. 24), é a pergunta incrédula da autora. Adotar uma mentalidade ecológica e biológica é essencial para enfrentar os desafios da conservação da própria vida e promover um futuro desejável em que a vida naturalmente brote e se renove.

O paciente leitor que, como todos os habitantes do planeta, não se percebe ainda livre do coronavírus SARS-CoV-2 que nos assustou, enclausurou e matou milhões durante a pandemia, é desafiado a penetrar nos enigmas do mundo invisível que nos rodeia. Sinta-se convocado a ler ‘Primavera Silenciosa’. Irá compreender as origens de uma nova forma de pensar e agir que valoriza a conservação do meio ambiente e a compreensão dos sistemas biológicos que o sustentam. Vai ouvir também o chamado para um novo aprendizado, a conscientização ambiental, o desenho de uma outra economia e a ação coletiva necessárias à sustentabilidade das relações entre as necessidades humanas e a conservação dos recursos naturais. O livro de Rachel Carson estimula essa verificação.

Primavera Silenciosa, um texto de divulgação científica, expositivo, argumentativo, nos surpreende ao iniciar com uma fábula — Uma fábula para o amanhã — “Era uma vez...” (p. 20). Ao concluir, levanta uma pergunta apreensiva: “Que foi que silenciou as vozes da pri-

mavera em inúmeras cidades dos Estados Unidos? Este livro constitui uma tentativa de explicação” (p. 21). Em que silenciar as vozes da primavera significa declarar a morte da beleza, aquela beleza que, como opina Dostoiévski, salvaria o mundo se os humanos fossem compassivos⁴. “Não havia sido nenhuma bruxaria,” — urge a Carson — “nenhuma ação inimiga que havia silenciado o ressurgir da nova vida nesse mundo devastado. As próprias pessoas tinham feito aquilo” (p. 21).

Ao longo de Primavera Silenciosa, são inúmeras as passagens em que Carson se manifesta encantada pela beleza da Terra e se posiciona como defensora de valores humanistas: a vida, a conservação da natureza e a contemplação da sua beleza, a sobrevivência da raça humana, o direito à qualidade de vida e de saúde, o cuidar de nós, os humanos, seres não sempre racionais e frequentemente tolos. “A rapidez da mudança e a velocidade com que as novas situações são criadas seguem o ritmo impetuoso e insensato da humanidade” — anota Rachel Carson — “e não o passo cauteloso da natureza” (p. 23)⁵.

A crise ambiental impactou, e a Encíclica *Laudato Si’* do Papa Francisco roda ao redor dela. Mas alerta que uma abordagem ecológica deve incluir também uma abordagem social, que integre questões de justiça nos debates sobre o meio ambiente, de tal maneira que se ouçam ambos os gritos, “o grito da terra e o grito dos pobres” (LS, 49). Uma das questões centrais é substituir o projeto do crescimento econômico com a aplicação da sustentabilidade não só ambiental, mas também econômica e social.

A cidadania ecológica convoca a ativar uma forte ação cultural, a desenhar uma cultura de sustentabilidade, estabelecer um novo pacto educativo que enfatize a dignidade da vida e do bem comum e eduque a superar o individualismo reconhecendo a interdependência ambiental e social.

4 A frase de Dostoiévski: “A beleza salvará o mundo” se encontra no livro ‘O Idiota’. É repetida em forma de pergunta no romance Os Irmãos Karamazov, como a beleza salvaria o mundo? Segue uma resposta silenciosa, a descrição de um quadro: o príncipe Mynski, cheio de compaixão e amor, junto a um jovem de 18 anos que agoniza.

5 Elliot Aronson; Joshua Aronson — ‘O animal social’ — Tradução: Marcello Borges, São Paulo, Editora Goya, 2023. Obra de psicologia social a ser recomendada, que analisa profundamente as dissonâncias dos comportamentos humanos e pode nos ajudar a compreender os problemas que afligem a sociedade contemporânea.

Chegou o tempo de fundar uma nova cidadania: a cidadania ecológica. Precisamos sonhar com ela. O aprendizado de uma nova maneira de ser cidadão nesta Terra exige, antes de tudo, mudanças interiores, capacidade de contemplar a beleza da natureza — “A água, o solo, o manto verde da Terra” — e cuidar dela. O cuidado é a outra palavra do amor. Precisamos tomar consciência de que cada um de nós é parcialmente responsável por esta situação ética, cultural, social e ecologicamente insustentável e, precisamente por esta razão, cada um de nós é capaz de agir, de contribuir para a mudança, de realmente fazer algo para reverter esta tendência.

Acidania ecológica apela por um novo Pacto Educativo Global⁶, exige mudança de visões e de hábitos individuais e coletivos, visa estabelecer relações com uma nova consciência ética. Uma consciência de que todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, classe social ou lugar em que vivem, devem ter igual acesso aos benefícios e recursos ambientais, além de serem igualmente protegidos contra os danos que podem provir da degradação ambiental. Uma ética social e ambiental nos demanda modificar os métodos de produção e consumo, bem como as formas de organização social para torná-los sustentáveis. Uma ética que seja orientada pelos princípios da interconexão, que desperta a consciência de que “na natureza nada existe sozinho” (p. 56), e as ações de uma pessoa ou grupo podem ter impactos que se estendem além de suas intenções ou localizações, e implica a responsabilidade de que os indivíduos e as sociedades protejam o meio ambiente e os recursos naturais, levando em consideração as consequências de suas ações.

Nesta nossa época de relações virtuais, mais do que nunca, é necessário viver com sabedoria o nosso bem comum, promovendo uma transição ecológica para comunidades mais inclusivas, democráticas e resilientes. Para atingir tal condição é necessário investir na educação dos cidadãos. A educação popular tem papel fundamental, além das escolas de todos os

níveis, para a informação e o despertar da consciência de que a adoção de comportamentos e práticas que reduzam o impacto na natureza e nos seus recursos é possível e tem repercussões fortemente positivas nos orçamentos dos cidadãos, na qualidade de vida das pessoas e comunidades.

A educação política e a mobilização social são fundamentais para a mudança de mentalidade e a elaboração de uma nova cultura: o equilíbrio entre a necessidade dos recursos e a conservação da natureza da qual eles provêm. O que deve ser “apoiado” numa comunidade sustentável não é o crescimento econômico, o desenvolvimento ou a vantagem competitiva, mas toda a rede da vida da qual depende a nossa sobrevivência em longo prazo. A cidadania ecológica convoca a ativar uma forte ação cultural, a desenhar uma cultura de sustentabilidade, estabelecer um novo pacto educativo que enfatize a dignidade da vida e do bem comum e eduque a superar o individualismo reconhecendo a interdependência ambiental e social. Somos tentados a observar aqui que na educação popular há vagas para matricular também as elites, que recortam espaços onde se escondem os maiores analfabetos ecológicos.

A cidadania ecológica reclama por novas leis adequadas à urgência dos problemas ambientais e não finalizadas à defesa de interesses. O cidadão ecológico desenvolve ações públicas, políticas e sociais, de informação e formação, eficazes e generalizadas, para despertar a consciência de legisladores, administradores, empresários, funcionários, educadores e cidadãos para a urgente promoção de uma ecologia integral, de um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Rachel Carson fez a sua batalha social como uma heroína solitária. A democracia moderna deve abrir espaços amplos à inclusão de diversas vozes e perspectivas nas decisões políticas que afetam o meio ambiente, garantindo que comunidades locais e grupos marginalizados sejam ouvidos e atendidos. Nesta ação, que não pode mais ser adiada, a política é chamada a traduzir, de forma eficaz, os princípios gerais em regras concretas que devem inevitavelmente regular a vida das comunidades e ser capazes de encorajar a desenvolver projetos de mudança, recompensando comportamentos sustentáveis e práticas inovadoras do ponto de vista econômico, social e ambiental. Não disponibilizar recursos financeiros adequados para impactar concreta e imediatamente

6 https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_messaggio-patto-educativo.html. O Pacto Educativo Global é um compromisso, lançado pelo Papa Francisco em um encontro mundial no dia 14 de maio de 2020, que convoca a «Reconstruir o pacto educativo global» na perspectiva de uma ecologia integral, em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão, convidando todos a «unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna».

as escolhas políticas inibe as ações ecológicas das comunidades e dos movimentos sociais.

Rachel Carson cuidou com carinho e com humildade do seu projeto de cidadania ecológica, suportando exemplarmente uma sorte incomum. Escreveu palavras claras, às vezes irônicas, outras apaixonadas, outras ainda duras e inconformadas. Enfrentou sem medo e com dignidade agressões ignorantes e injustas. Ao finalizar esta resenha, podemos ler juntos, na primeira orelha do livro, parte da confissão de Rachel Carson a uma amiga: “A beleza do mundo vivente, que eu estava tentando salvar, sempre ocupou um lugar de destaque em minha mente — assim como a indignação pelas coisas insensatas que estavam sendo feitas [...]. Agora consigo crer que, pelo menos, ajudei um pouco”.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

.....

A educação política e a mobilização social são fundamentais para a mudança de mentalidade e a elaboração de uma nova cultura: o equilíbrio entre a necessidade dos recursos e a conservação da natureza da qual eles provêm.

.....

Cultura popular e cidadania ecológica

A cultura popular é elemento inerente à vida. Caracteriza os territórios, dá identidade às pessoas e à comunidade. Em geral, é identificada por meio da música, da dança, da poesia, dos jogos, da culinária. É contada, representada e cantada de geração em geração adaptando-se conforme o tempo e as circunstâncias. O que não muda são os valores essenciais para a convivência comunitária.

“Quando a cultura popular é fundamentada na preservação da tradição, entra em cena a questão do

caráter autoral ou coletivo das manifestações” (Dicionário do Patrimônio Cultural).

Nesta 4ª edição da Revista MEB de Educação Popular, cujo tema é Educar para a Cidadania Ecológica, transcrevemos a música “Réquiem por um Planeta”, do escritor **Roberto Malvezzi**, conhecido como “Gogó”, e alguns versos do educador popular **Iremar Antonio Ferreira**, no intuito de trazer um alerta para a necessidade extrema de olhar e cuidar da nossa casa comum — o Planeta Terra.



Foto: sompong_tom / Adobe Stock



Música

Réquiem por um Planeta

Quando as florestas sumirem e o verde, então, for apenas mais uma memória
Quando o olhar das crianças for triste, for longo, perdido e sem rumo na história
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós

Quando os rios secarem e a água for cara, for rara e motivo de guerra
Nem todas as lágrimas juntas serão o consolo dos filhos e órfãos da Terra
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós

Quando o ar que respiras for sujo e matar o teu corpo, tua alma e esperança
Quando o cheiro das flores for coisa perdida ou apenas mais uma lembrança
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós

Quando o sol que aquece, ilumina e brilha trazendo a felicidade
For um calor infernal, aquecendo o planeta e inundando as baixas cidades
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós

Quando a Terra for seca e deserta assim como a pele de Vênus e Marte
Verás pelas fotografias os tempos felizes do azul que brilhava no espaço
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós

Quando esse tempo chegar se ainda viveres e vires o fim do planeta
Registra na pedra um sinal para o tempo lembrar que a morte da Terra é eterna
Lembrarás, chorarás, por mim, por ti, por nós.

Autor: **Roberto Malvezzi (Gogó)**
Intérprete: **Coral Pró-Stúdio**



[Assista ao vídeo](#)



Poesia

Apague o Apagão da Consciência

Sem Amazônia não tem chuva
Sem chuva não tem água
Sem água não tem comida
Sem comida não tem nada
Sem água não tem luz
Sem água não tem agro
Sem água não tem pop
Sem água não tem população.

Vamos apagar o apagão da consciência.

Sem água não tem vida
Sem vida não tem industrialização
Sem Amazônia não tem floresta
Muito menos conservação
Sem Amazônia não tem cerrado
Sem cerrado não tem distribuição.

Vamos apagar o apagão da consciência.

É a morte dos biomas é desertificação
Não se pode esperar 2030
Para promover a transformação
É aprender com os povos originários
Pois reflorestar mentes é revolução.

Vamos apagar o apagão da consciência.

Autor: **Iremar Ferreira**

*Cultura popular:
a riqueza
de um povo!*



Poesia

Somos Rios em Movimentos

A nossa sociedade tem muito que aprender
Amar os rios e as águas para o nosso
bem viver!

Poluir e barrar os rios já mostrou
que não é bom
Altera-o-clima da mãe terra e mata
o que é um dom

Sociedades conscientes defendem
os direitos dos rios
Para deixar seu curso livre e vidas
reproduzir

Somos rios em Movimentos
Fazendo um grande banzeiro
Pra levar a nossa luta para
o mundo inteiro

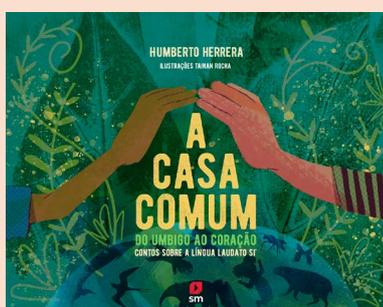
Declaramos nossos rios portadores
de direitos
Parte da natureza, obra do
criador perfeito.

Somos rios em movimentos
Somos rios em movimentos.

Autor: **Iremar Ferreira**

Confira as indicações de livros que dialogam com o tema dessa edição da Revista MEB de Educação Popular.

“
É preciso que a
leitura
seja um
ato de amor”.
(Paulo Freire)



A Casa Comum: Do Umbigo ao Coração

O livro de Humberto Herrera tece a mensagem da encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da Casa Comum, escrito pelo Papa Francisco, em 2015, para as crianças. De forma criativa, o texto apresenta as principais ideias ecológicas convidando o leitor infantil a inquietar-se pela realidade, a despertar curiosidade pelo diálogo com a natureza e com os demais seres vivos e a praticar o cuidado desde o local. O livro está organizado em várias partes — cada uma tratando dos temas-chaves da encíclica *Laudato Si'*. O livro constitui uma série de contos, que ao mesmo tempo que possuem um enredo específico, conectam-se a partir de elementos figurativos que surpreendem o leitor criança. Já o leitor adulto que conhece a encíclica *Laudato Si'* percebe as inúmeras metáforas que se conectam com as temáticas e com os objetivos do texto original. Sugerimos um estilo que o leitor pode escolher o percurso. Do prefácio é direcionado para o centro da obra e na sequência apresenta-se a opção: seguir para o início ou ir escolhendo os capítulos aleatoriamente.



Coleção Corredores Bioculturais do Brasil

O Movimento de Educação de Base – MEB é uma das organizações apoiadoras da Coleção Corredores Bioculturais do Brasil, a qual foi uma iniciativa do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS) e do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA). Os sete volumes que compõe este subsídio têm por objetivo central a valorização das práticas populares de dezenas de organizações que cuidam da vida das pessoas e de toda a comunidade de vida da Mãe Terra, e quando necessário traçam estratégias para denunciar, enfrentar e proteger a vida nos biomas. Acesse os e-books da coleção no link: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/olma/corredoresbioculturais/indice/index.html>.

